

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**O Plano de Recuperação e Resiliência dos Países do Sul da Europa - Uma  
Análise Comparativa das Medidas Socioeconómicas**

Laura Fabíola Reinecke Pestana Reis Rodrigues

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Gestão

Orientador: Professor Doutor José António Porfírio

2024



UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**O Plano de Recuperação e Resiliência dos Países do Sul da Europa - Uma  
Análise Comparativa das Medidas Socioeconómicas**

Laura Fabíola Reinecke Pestana Reis Rodrigues

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Gestão

Tese orientada pelo Professor Doutor José António Porfírio

julho 2024



## **AGRADECIMENTOS**

Como John F. Kennedy reflete quando diz “*As we express our gratitude, we must never forget that the highest appreciation is not to utter words, but to live by them.*” não poderia deixar de reconhecer o acompanhamento do Professor Doutor José António Porfírio, com as críticas sempre construtivas e direções conduzidas para as informações relevantes e na transmissão de conhecimento, pois levo comigo lições importantes transferidas ao longo deste percurso.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã que sempre proporcionaram e continuam a fornecer o encorajamento e motivação incansáveis para que desse e revelasse o meu melhor em qualquer situação.

# **O Plano de Recuperação e Resiliência dos Países do Sul da Europa - Uma Análise Comparativa das Medidas Socioeconómicas**

## **RESUMO**

A pandemia originada pelo COVID-19 foi um acontecimento que marcou as várias sociedades europeias. É neste contexto que surge o Mecanismo de Recuperação e Resiliência enquanto maior componente do instrumento temporário de referência da União Europeia, designado Next Generation EU para a recuperação da crise sanitária mundial.

Este mecanismo visa reforçar a oportunidade de retomar e assegurar o crescimento económico dos Estados europeus signatários, por via do estabelecimento de planos nacionais de recuperação e resiliência que descrevem as reformas e projetos de investimento a implementar.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar em que medida as especificidades dos contextos económicos e sociais se encontram refletidos nas metas definidas nos planos de recuperação e resiliência de dois dos países do Sul da Europa- Portugal e Espanha.

O ponto de partida para esta análise foi o impacto da crise sanitária no agravamento da desigualdade socioeconómica, do bem-estar social, do desenvolvimento e crescimento económicos.

Os resultados mostraram que este grupo de países tinha vindo a desempenhar um papel ativo na construção de um contexto económico favorável ao emprego e criação de riqueza, porém ainda insuficientes, dado que este grupo se caracteriza pelo elevado nível de pobreza, desemprego, desigualdade e população não qualificada, *i.e.*, sem formação superior, em contrário dos restantes Estados-Membros da União Europeia. A eficácia dos planos nacionais depende da forma como as políticas públicas constroem estratégias de desenvolvimento, que exponenciem a economia, indo além da recuperação. A abordagem comparativa que aqui se propõe tem como elementos essenciais alguns indicadores como sejam a taxa de emprego, a população em risco de pobreza ou exclusão social, o índice de Gini sobre a desigualdade, e a população com ensino superior, avaliando a consideração destes fatores nas medidas definidas nos planos nacionais.

# **O Plano de Recuperação e Resiliência dos Países do Sul da Europa - Uma Análise Comparativa das Medidas Socioeconómicas**

## **ABSTRACT**

The pandemic caused by COVID-19 was an event that marked the various European societies. It is in this context that the Recovery and Resilience Mechanism is the largest component of the European Union's temporary reference instrument called Next Generation EU for the recovery from the coronavirus pandemic.

This mechanism aims to strengthen the opportunity to resume and ensure economic growth in European signatory states, through the establishment of national recovery and resilience plans that describe the reforms and investment projects to be implemented.

In this sense, this paper aims to analyze to what extent the specificities of the economic and social contexts correspond to the goals defined in the recovery and resilience plans of the Southern European countries.

The results showed that this group of countries had been playing an active role in building an economic context favorable to employment and wealth creation, but still insufficient, since this group is characterized by high levels of poverty, unemployment, inequality and unskilled population, *i.e.*, without higher education, as opposed to the other Member States of the European Union. The effectiveness of national plans depends on how public policies build development strategies that boost the economy beyond recovery. The comparative approach proposed here has as essential elements some indicators such as the employment rate, the population at risk of poverty or social exclusion, the Gini index on inequality, and the population with higher education, evaluating the consideration of these factors in the measures defined in the national recovery and resilience plans (RRP).

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	v
ÍNDICE DE TABELAS .....	viii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	ix
ÍNDICE DE QUADROS.....	x
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xi
CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO GERAL .....	12
CAPÍTULO 2. ANÁLISE EMPÍRICA DO PRR .....	15
2.1 Enquadramento do Contexto.....	15
2.2. Quadro Financeiro Plurianual e Next Generation EU .....	21
CAPÍTULO 3. REVISÃO DA LITERATURA .....	28
3.1. Políticas Públicas.....	28
3.2. Teoria de Sistemas e Sistemas Socioeconómicos .....	32
3.3. Resiliência .....	35
3.4. Transição Climática .....	40
3.5. Transição Digital .....	49
3.6. Modelo dos Países do Sul da Europa.....	55
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA .....	63
4.1. Método .....	63
4.2. Dados e Fontes de Informação .....	65
CAPÍTULO 5. APLICAÇÃO EMPÍRICA.....	67
5.1. Plano de Recuperação e Resiliência de Espanha.....	67

5.2. Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal.....	81
<b>CAPÍTULO 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>89</b>
6.1. Plano de Recuperação e Resiliência .....	91
6.1.1. Espanha .....	91
6.1.2. Portugal .....	93
6.2. Resultados Alcançados .....	95
6.2.1. Emprego .....	95
6.2.2 Desigualdade .....	98
6.2.3 Pobreza.....	100
6.2.4 Educação .....	102
6.4 Discussão dos Resultados .....	104
6.4.1. Espanha .....	104
6.4.2 Portugal .....	105
<b>CAPÍTULO 7. CONCLUSÕES E PISTAS PARA PESQUISAS FUTURAS .....</b>	<b>106</b>
7.1 Resultados Alcançados e Limitações do Estudo .....	106
7.2 Contributos para a temática.....	108
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>129</b>
Anexo I - Quadro Resumo 1. – Componentes do PRR de Espanha por Áreas Políticas .....	129
Anexo II - Quadro-Resumo 5.2. – Componentes do PRR de Portugal, Reformas e Investimentos Associados.....	137

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Taxas de juro bancárias por país da zona euro.....	19
<b>Tabela 6.2.1</b> Taxa da população empregada, faixa etária entre 20-64 anos, 2016-2022 (%) .....	96
<b>Tabela 6.2.2</b> Índice de Gini, 2016-2021 (%) .....	98
<b>Tabela 6.2.3</b> População em risco de pobreza ou exclusão social, 2016-2021 (%) .....	100
<b>Tabela 6.2.4</b> Total da população com ensino superior, 25-64 anos (%) .....	102

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Crescimento da Economia Global (1990-2021) .....	16
<b>Gráfico 2</b> - Taxa de Crescimento anual do PIB (%) .....	16
<b>Gráfico 2.2.1</b> Pilares do Next Generation EU .....	23
<b>Gráfico 3.1</b> Tendências do coeficiente de Gini nos países do Sul da Europa (2012-2022) .....	61
<b>Gráfico 3.2</b> Taxa de risco de pobreza total (2018-2022) .....	62

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 3.6.1</b> –Despesas por função na Europa do Sul e na UE.....	57
<b>Quadro 6.1</b> Reformas e Investimentos socioeconómicos nos planos de Espanha e Portugal .....	90

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Taxas de juro bancárias sobre crédito à habitação concedidos a famílias .....	19
<b>Figura 3.1</b> A implementação no ciclo das políticas públicas .....	31
<b>Figura 3.2</b> As diferentes avaliações no ciclo da política.....	31
<b>Figura 3.6.1</b> Modelo dos Países do Sul da Europa, Adão e Silva (2002) .....	56
<b>Figura 3.6.2</b> Evolução das taxas de crescimento do PIB e do desemprego nos países do Sul da Europa .....	59
<b>Figura 4.1</b> Racional da proposta de investigação .....	66

## **CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO GERAL**

Globalmente a crise pandémica da doença COVID-19, fez-se sentir numa clara instabilidade económica e social, em que a resposta da União Europeia foi célere, dada as circunstâncias únicas de cada economia. No entanto, a retração económica exigiu uma adaptação estratégica e operacional no sentido de uma resposta que fornecesse estabilidade, evidenciando a recuperação e resiliência a médio e longo prazo.

Dada a instabilidade perceptível o Conselho Europeu consentiu que cada Estado-Membro definisse um conjunto de reformas e investimentos aplicáveis à sua situação concreta, estabelecendo um modelo de fundos no âmbito do instrumento de recuperação e resiliência da União Europeia do Next Generation EU. A concretização dos objetivos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), é um aspeto essencial do designado Next Generation EU, para o período de 2021-2026.

Assim, os planos representam o novo quadro político em que os Estados-Membros europeus identificam as suas estratégias de desenvolvimento, ao afetar os recursos europeus e nacionais na melhoria das condições socioeconómicas e simultaneamente orientar as suas economias para as transições climática e digital.

O despoletar da invasão da Ucrânia pela Rússia, agravou a crise económica e social, em particular na Europa, dada a dependência do bloco europeu do gás, petróleo e outros combustíveis fósseis, provenientes da Rússia e do acesso a gasodutos que passam pela Ucrânia, mas também da exportação de alimentos, nomeadamente cereais que sofreram graves perturbações. Na verdade, este conflito teve um impacto imediato direto sobre o agravamento da inflação presente, agravando ruturas na logística do fornecimento de bens e serviços que se vinham sentindo especificamente desde a epidemia do COVID 19.

O objetivo da presente dissertação passa por analisar quais as principais medidas propostas pelos países do Sul da Europa que são representados por Espanha, Grécia, Itália e Portugal -, com foco particular nos planos nacionais de Espanha e Portugal, priorizando as necessidades impostas pela situação socioeconómica majorados pela crise da COVID-19.

Esta dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: no capítulo 2 será realizada uma contextualização onde são expostas as conjunturas atuais a nível mundial, com foco na União

Europeia, em particular o COVID-19 e a crise pandémica gerada e, mais recentemente a guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Passa-se, então à revisão da literatura que trata de explicar o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que por sua vez disponibiliza o apoio financeiro da União Europeia, em que os Estados-Membros tiveram de apresentar planos nacionais de Recuperação e Resiliência.

Por seu lado, o PRR integra-se na nova estratégia de financiamento apresentada por cada país, indicando as categorias onde se integram as principais reformas e investimentos no sentido de colmatar os problemas socioeconómicos, majorados pela crise da Covid-19.

No capítulo 3 descreve-se a questão geral de investigação “*Em que medida o PRR apresentado por cada país, dá resposta às necessidades de recuperação e resiliência dos países do Sul da Europa – Espanha e Portugal?*” fazendo referência aos países do Sul da Europa - Grécia, Espanha, Itália e Portugal -, mas desenvolvendo uma perspetiva analítica focada em Espanha e Portugal. Como indicadores de base, esta dissertação utilizará um conjunto de dados estatísticos focados nos indicadores ensino e qualificação, índice de Gini relativamente à desigualdade, população ativa e população em risco de pobreza ou exclusão social, que se consideram espelhar bem os objetivos do PRR, atinentes aos mecanismos simultâneos da Recuperação e da Resiliência das economias em análise.

Desta forma, no presente trabalho, procurar-se-á, a partir do contexto teórico, explicar como é que os planos apresentados por Espanha e Portugal, poderão dar resposta às necessidades a este nível, sentidas por estes países, pelo que se recorrerá a uma metodologia mista no estudo, com vista a obter uma triangulação na comparação dos múltiplos dados, que resultam da complementaridade da análise.

O capítulo 4 centra-se na componente empírica desta investigação, destacando dos planos nacionais de cada país, as principais reformas e investimentos direcionados para a melhoria dos indicadores socioeconómicos - população em idade ativa (20-64 anos), população em risco de pobreza ou exclusão social, índice de Gini e população com ensino superior (25-64 anos) entre 2016 e 2021, dado que este horizonte temporal capta a fase de progressão económica até o momento de colapso causado pelo COVID-19.

O capítulo 5 é dedicado aos resultados, confrontando-se as medidas centrais que servem de resposta às necessidades socioeconómicas dos planos de recuperação e resiliência dos dois países de forma comparativa, no sentido de resposta à questão de investigação.

Finalmente, no capítulo 6, apresentam-se os principais resultados considerados, e procede-se à respetiva análise, e, no capítulo 7, apresentam-se as conclusões, limitações do trabalho, e as pistas de pesquisa futura.

## **CAPÍTULO 2. ANÁLISE EMPÍRICA DO PRR**

### **2.1 Enquadramento do Contexto**

A 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou oficialmente estado de pandemia devido ao surto em larga escala do vírus SARS-CoV2, que teve origem na China, na região de Wuhan, e se disseminou globalmente, provocando uma crise sem precedentes ao afetar a generalidade das atividades económicas (OMS-China, 2021).

A pandemia gerou uma disrupção económica e social, contribuindo, sobremaneira, para 70 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema a nível mundial em 2020, um aumento de 12% face ao ano transato, exacerbando ainda mais as disparidades socioeconómicas globais (Mahler *et. al.*, 2021; World Data Lab, 2022).

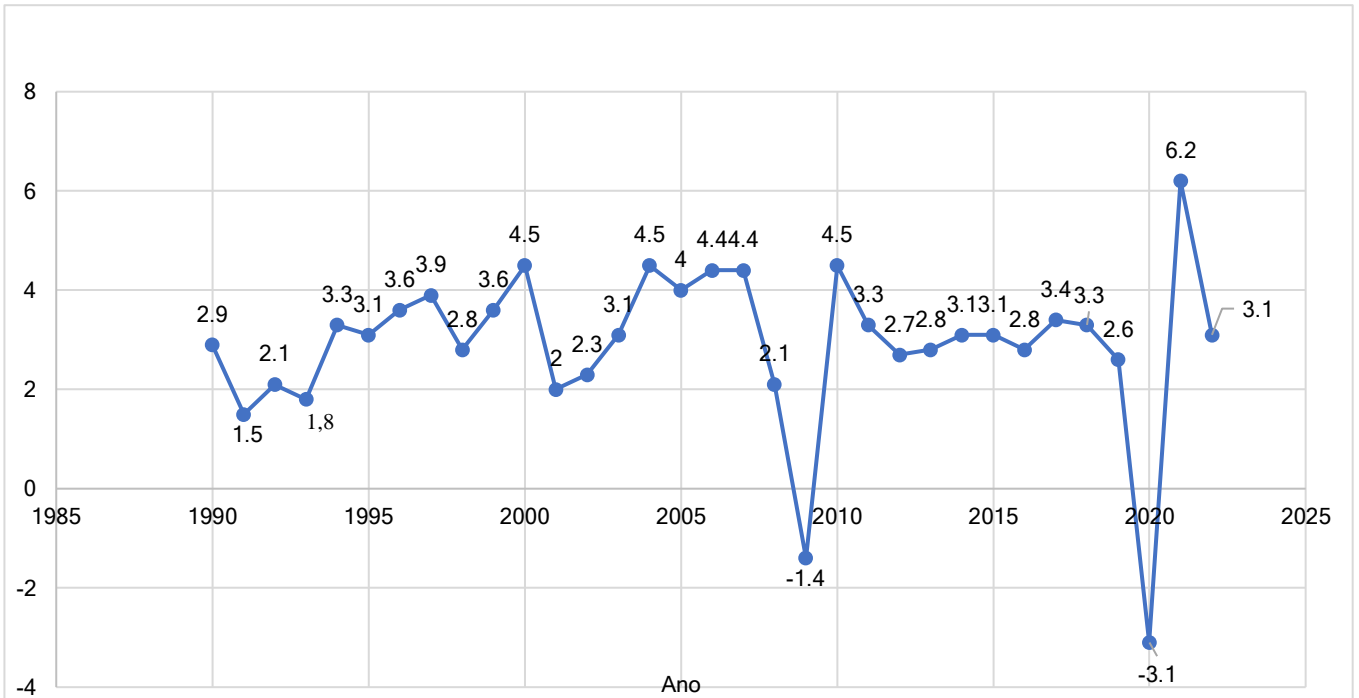
O encerramento de fronteiras e a imposição do confinamento levaram à interrupção do mercado cambial, com quebras nas cadeias de abastecimento (ILO *et al.*, 2020). Esta situação económica decorrente da pandemia do COVID-19, conforme observado por Fernandes (2021), refletiu-se num declínio nas importações e exportações, impactando o lado da oferta do mercado de bens e serviços. Neste sentido, traduziu-se numa queda do comércio global, devido à quebra nos sectores industriais e colapso na logística, em particular no transporte marítimo e aéreo de mercadorias.

Dada a conjuntura, a economia global desacelerou em 2020, resultando num declínio de 3,1% (Gráfico n.º 1), por conseguinte um impacto negativo no crescimento do PIB em várias economias europeias. A UE registou uma contração de 5,7% em relação ao período homólogo, o que se refletiu numa afetação negativa das exportações e do comércio internacional (The World Bank, s.d.).

Como resultado, as cadeias de abastecimento globais fragilizaram-se devido a interrupções na produção e distribuição e elevada procura, causando um abrandamento no comércio global (McGillivray, 2021).

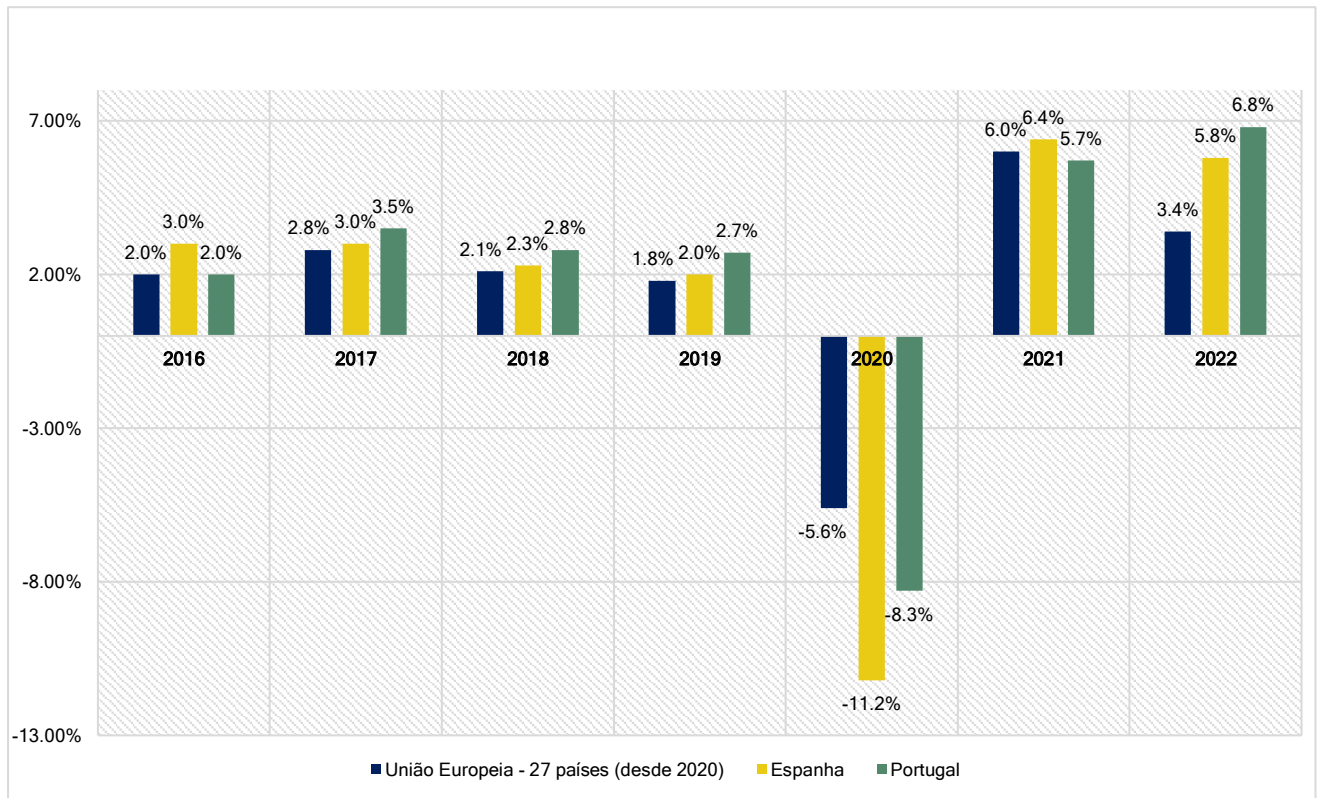
Países como Espanha e Portugal enfrentaram quedas acentuadas do PIB em 11,20%, e 8,3% respetivamente (vide Gráfico n.º 2). Estas economias foram particularmente impactadas pela redução da procura externa e por interrupções nas cadeias de abastecimentos globais, dada a vulnerabilidade destes países às flutuações económicas internacionais (OCDE, 2022).

**Gráfico 1 - Crescimento da Economia Global (1990-2021)**



Fonte: The World Bank

**Gráfico 2 - Taxa de Crescimento anual do PIB (%)**



Fonte: Eurostat

O choque assimétrico proveniente da pandemia do COVID-19, provocou uma alteração súbita das condições económicas que afetou de forma particularmente distinta os países da União Europeia. Este cenário veio a ser agravado pelo conflito na Ucrânia, atingindo as economias, de um modo genérico, mais enfraquecidas e vulneráveis, originando uma crise alimentar e energética, e exacerbando a crise financeira anteriormente estabelecida pela pandemia da COVID-19. A desestabilização das relações geopolíticas provocou uma desaceleração do crescimento económico global, com o aumento da inflação ao atingir um máximo de 7,4%, e um agravamento dos preços sobre os combustíveis, cujo impacto económico impede a recuperação da pandemia indefinidamente (FMI, 2022; Orhan, 2022).

A presença da Rússia no mercado energético é dominante, representando 40% das importações de gás natural da Europa Central e de Leste, é o terceiro maior produtor e exportador de petróleo no mercado global de energia (Bridge *et al.*, 2018; Masters, 2022). Em resultado do clima de grande incerteza, a atual circunstância influenciada pelo conflito assume um impacto muito significativo nos mercados energéticos globais (República Portuguesa, 2022), estando na origem do agravamento da designada crise energética.

*“A situação de crise energética caracteriza-se pela ocorrência de dificuldades no aprovisionamento ou na distribuição de energia que tornem necessária a aplicação de medidas excecionais destinadas a garantir os abastecimentos energéticos essenciais à defesa, ao funcionamento do Estado e dos sectores prioritários da economia e à satisfação das necessidades fundamentais da população.”* Decreto-Lei n.º 114/2001, de 7 de abril de 2001.

A dependência da Europa de um adversário geopolítico tornou-se numa vulnerabilidade externa, trazendo implicações face ao fornecimento de gás e encerramento de gasodutos (Kuzemko *et al.*, 2022). Inevitavelmente a UE viu-se na contingência de ter de acelerar o processo de descarbonização da economia, por meio do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), no que concerne a transição climática.

A guerra na Ucrânia veio, deste modo, agravar a já sentida crise económica e energética que se disseminou e resultou numa subida de 90% dos preços no sector dos combustíveis, provocando que cerca de 70 milhões de pessoas apresentassem dificuldades no acesso à eletricidade (AIE, 2022).

O conflito fez com que o fornecimento de gás natural pela Rússia, passasse de 74% em 2021 para 47,5% no ano seguinte na UE, comprometendo a cadeia de abastecimento de gás e obrigando a procura por outros parceiros exportadores do recurso energético (Conselho da União Europeia, 2023; Hooper, Barden & Raghuveer, 2022).

Por estas razões, o regulamento que criou o MRR em 2021 sofreu uma alteração, conforme estatuído pelo Regulamento (EU) 2023/435 do Parlamento Europeu e do Conselho, e introduziu diretrizes relativamente ao REPowerEU. Estas alterações evidenciaram a importância da independência energética relativamente às metas de sustentabilidade e recuperação da União Europeia (República Portuguesa, 2022).

Paralelamente, intensificou-se a problemática da disrupção das trocas comerciais, em particular das cadeias de abastecimento dos cereais, uma vez que as exportações globais da Ucrânia e da Rússia são 30% (Krammer *et al.*, 2022). Em 2023 a taxa de inflação cresceu 2,5% nas economias desenvolvidas, enquanto nos países subdesenvolvidos aumentou 6,5%, devido ao impacto da guerra na Ucrânia sobre os preços do gás, petróleo e bens alimentares (FMI, 2022).

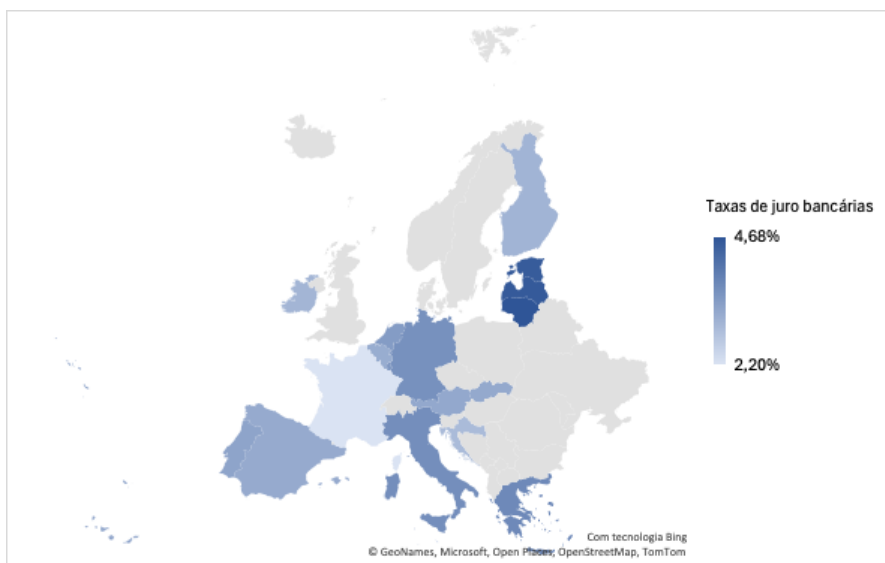
Dada a incerteza geopolítica, o principal fator que moldou as perspetivas de inflação em 2021 com uma taxa média global de 3,42%, na UE de 3%, foi o limitado fornecimento de combustíveis fósseis gerando um aumento nos custos sobre a energia (FMI, 2022; The World Bank, 2022).

A situação referida para o mercado da energia, cedo se veio a refletir nos mercados financeiros, dando lugar a consequências económicas que transcendem os preços elevados de matérias-primas, assistindo-se a um maior risco de estagflação, *i.e.*, sincronismo na estagnação do crescimento económico, com a subida do nível de desemprego e da inflação (Neves, 2017).

A estagflação é geralmente representada pelo ciclo inflacionário, sendo normalmente mitigada por meio do aumento das taxas de juro pelos principais Bancos Centrais, aqui agravada pelos referidos choques no abastecimento de gás, petróleo e matérias essenciais (Hawkins, 2022).

O aumento genérico dos preços de energia e alimentos, simultaneamente com perturbações no abastecimento e no comércio desencadeadas pela guerra na Ucrânia foi responsável pela contração da economia global, em 2021, na ordem dos 3,1% (World Bank Group, 2022).

**Figura 1 Taxas de juro bancárias sobre crédito à habitação concedidos a famílias**



Fonte: Adaptado de Banco Central Europeu (s.d.)

**Tabela 1 Taxas de juro bancárias por país da zona euro**

<b>País</b>	<b>Taxas de juro aplicadas</b>
Lituânia	4,68%
Letónia	4,60%
Estónia	4,56%
Grécia	3,77%
Itália	3,68%
Alemanha	3,64%
Luxemburgo	3,55%
Holanda	3,44%
Portugal	3,30%
Áustria	3,23%
Eslováquia	3,22%
Espanha	3,19%
Bélgica	3,15%
Finlândia	3,02%
Irlanda	3,00%
Croácia	2,89%
Malta	2,28%
França	2,20%

Verifica-se que este evento tem reduzido o poder de compra da população na aquisição de bens essenciais, fenómeno agravado pelo aumento generalizado do preço das matérias-primas, produtos alimentares e recursos energéticos, ao qual intensifica as desigualdades económicas, e se apresenta como originadora de forte impacto no empobrecimento e exclusão social (DW News, 2022).

No mercado imobiliário o acesso ao crédito à habitação torna-se mais difícil dado o acréscimo algo significativo das taxas de juro na Zona Euro (particularmente sentido após um período longo de taxas muito baixas para o crédito), fenómeno agravado aumento genérico dos spreads no crédito concedido pelos bancos (justificado pelo cenário de risco económico e, portanto, pelo risco de crédito), tornando, conforme figura 1 e tabela 1 infra, o crédito à habitação com prestações mais elevadas, acabando por ter um forte impacto no rendimento disponível das famílias e, assim, no agravamento da pobreza e das desigualdades na Europa (Euribor rates, 2022; Banco Central Europeu, 2022).

A política monetária do Banco Central Europeu (BCE) face à inflação generalizada nos Estados-Membros, suporta este aumento das taxas de juro, dificultando, assim, ainda mais o acesso ao crédito às empresas e particulares, cujo reverso, por sua vez, é a redução do poder de investimento e de consumo (BCE, 2022).

Para além dos fatores já referidos, que originaram esta crise na Europa e no mundo, importa considerar que a origem da inflação, pós-pandemia e anterior ao conflito Ucrânia-Rússia pode também encontrar justificação na forte subordinação mundial ao mercado chinês, no que concerne a certo tipo de bens como roupa, calçado e fornecimento de serviços globalmente, designadamente transporte de mercadorias, comunicação, informação e construção, onde a China é responsável por cerca de 30,6% destes mercados (valores correspondentes ao primeiro trimestre de 2021, conforme Favre, 2021).

Em 2021, o atraso e custos associados ao transporte marítimo de mercadorias esteve na origem de um aumento de 2 p.p. sobre a inflação global, resultado do denominado *bottleneck* – engarrafamento logístico, da procura elevada por produtos intermediários, da reduzida frota marítima encarregue pelo transporte de matérias (Ostry *et al.*, 2022).

A procura elevada face às perturbações no lado da oferta, foi, assim, um outro fator determinante para a subida dos preços (Wonnacott & Wonnacott, 1982). Acrescendo a esta situação, nota-se que a reabertura da economia posteriormente aos múltiplos confinamentos

e na sequência das políticas de contenção social, ocorreu de forma muito lenta, originando uma desaceleração dos vários sectores económicos, dada a elevada procura por bens e serviços num cenário em que a produção se encontrava em fase de readaptação.

Nestas circunstâncias uma política fiscal expansionista, traduzida num aumento da dívida pública, acaba por ter um efeito contrário ao de estabilizador económico, causando um abrandamento real e nominal da economia (Gomes, Sousa & Teles, 2011). Assim, o aumento da procura agregada tende a originar um aumento ainda maior na inflação, criando desemprego e incerteza quanto ao crescimento económico (Mishkin, 2014), que foi um dos fatores que ocorreu, levando a dificuldades económicas, em geral, na Europa.

É precisamente nesta conjuntura debilitada que, para apoio na recuperação económica, fruto da pandemia do COVID-19, e impelida pela necessidade da construção de um futuro verde, digital e resiliente, que a União Europeia formaliza o instrumento temporário Next Generation EU.

A peça central do Next Generation EU é o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), um instrumento que dispõe de subvenções em fundos perdidos (338 mil milhões euros) e empréstimos (385,8 mil milhões euros) para o apoio a reformas e investimentos aos Estados-Membros da UE, num total de 723,8 mil milhões euros, consoante o Regulamento de alteração (UE) 2023/435.

## **2.2. Quadro Financeiro Plurianual e Next Generation EU**

Tal como anteriormente referido, a crise pandémica causada pela COVID-19 agravou os problemas sociais existentes, emergindo um novo contexto de crise económica e social, compelindo a uma resposta por parte dos Estados-Membros e da União Europeia (UE), na formulação de medidas de curto e longo prazo para a recuperação e resiliência dos países membros, de modo a enfrentar os choques económicos, sociais e ambientais e mudanças estruturais persistentes (Conselho Europeu, 2020).

Em 2020, o Conselho Europeu decidiu estabelecer como resposta à crise pandémica, um acordo sobre o Plano de Recuperação para a Europa, tendo sido aprovado um pacote global de 1.824,3 mil milhões de euros (Comissão Europeia, 2023). Este plano combina duas vertentes, o Quadro Financeiro Plurianual (QFP), também designado por orçamento de

longo prazo da UE27, com um montante global de 1.074,3 mil milhões de euros, e o instrumento Next Generation EU no valor de 750 mil milhões euros.

O QFP define os montantes anuais que podem ser desembolsados para as políticas públicas europeias, assegurando um planeamento de médio prazo dos limites acordados e um alinhamento da despesa com as prioridades políticas, no que a coesão social e territorial, a investigação, cooperação europeia no domínio da migração, a política de segurança e defesa e a atenuação das alterações climáticas.

Deste modo, o QFP apresenta-se como orçamento de longo prazo, entre 2021 e 2027, no financiamento de programas e projetos de investimento, nos domínios:

- Mercado único, inovação e digitalização;
- Coesão, resiliência e valores;
- Recursos naturais e ambiente;
- Migração e gestão das fronteiras;
- Segurança e defesa;
- Vizinhança e mundo;
- Administração pública europeia.

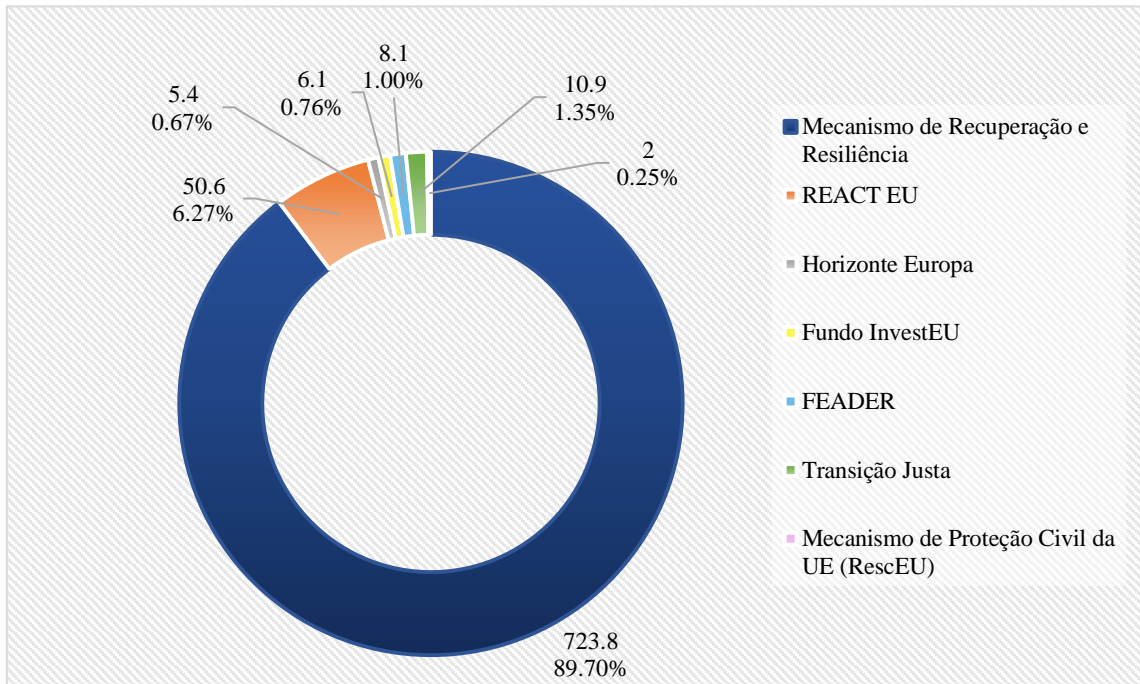
Por sua vez, o instrumento de curta duração Next Generation EU, com 750 mil milhões que dispõe de 390 mil milhões de euros sob a forma de subvenções a fundo perdido e 360 mil milhões de euros em empréstimos para o apoio das reformas e investimentos pelas economias europeias, fazendo igualmente parte do orçamento de longo prazo da União, *i.e.*, partilha dos pilares do QFP. A coesão, resiliência e valores, recursos naturais e ambiente e mercado único, inovação e digitalização, embora estejam a ser financiados individualmente por diferentes programas e fundos (Conselho Europeu, 2020a).

Assim, o instrumento temporário Next Generation EU financia individualmente os programas e fundos:

- Horizonte Europa;
- Fundo InvestEU;
- Mecanismo de Proteção Civil da União (rescEU);
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);
- Fundo para uma Transição Justa;

- Fundo da política de coesão REACT-EU;
- Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

**Gráfico 2.2.1 Pilares do Next Generation EU**



Fonte: Conselho Europeu

O programa-quadro Horizonte Europa insere-se na área de investigação e inovação, reforçando a base científica e tecnológica da União Europeia, dando continuidade ao Horizonte 2020.

O fundo InvestEU presta apoio a projetos na retenção de investimento privado e público nos domínios da sustentabilidade das infraestruturas, investigação, inovação e digitalização e pequenas e médias empresas. De forma a fazer face ao latente investimento na Europa, este fundo serve na mobilização plurianual prevista de 650 mil milhões de euros até 2027, resultando da combinação de instrumentos financeiros para o financiamento direto e intermediário de projetos e na criação de parcerias (União Europeia, 2023).

O mecanismo de proteção civil da UE integra-se no pilar coesão, resiliência e valores do QFP, como sistema de apoio voluntário aos Estados-Membros em situações de catástrofes naturais. Desde 2019 que o rescEU foi criado para a aquisição conjunta de recursos no apoio de países atingidos por catástrofes de grande escala. A crise da pandemia COVID-19 forçou

o acionamento deste mecanismo no sentido de facilitar o repatriamento de mais de 90.000 cidadãos da UE de todo o mundo, permitindo também a aquisição de equipamento de saúde para os serviços nacionais.

A Política Agrícola Comum (PAC) é constituída essencialmente por dois fundos, o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) na melhoria do desenvolvimento sustentável e inteligente apoiando as explorações agrícolas, os sectores alimentar e florestal e entidades que operem nas zonas rurais (Comissão Europeia, 2023b). O FEADER tem como principal missão a transição para uma economia resiliente às alterações climáticas e neutra de emissões de carbono, sendo suporte para outros programas como o mercado único digital.

Por seu lado, o FEAGA presta apoio ao rendimento dos agricultores e financia medidas de mercado relacionadas com a produção agrícola, no fornecimento de alimentos seguros, saudáveis e a preços acessíveis (Centro de Informação Europeia, s.d.). Este fundo procura garantir uma distribuição mais equitativa do rendimento e um apoio complementar ao salário dos jovens agricultores. Outra das medidas deste fundo passa pelo financiamento a pequenos e médios produtores através da regularização e promoção do mercado agrícola europeu, como forma de incentivo ao consumo interno de produtos agrícolas (Diário da República, s.d.; European Parliament, 2023).

O Fundo para uma Transição Justa (FTJ) destinado a prestar apoio às pessoas, economias e ambientes que enfrentam graves desafios socioeconómicos decorrentes do processo de transição para atingir as metas energéticas e climáticas para 2030, mobiliza investimentos para empresas, sectores de indústrias e regiões ainda dependentes de combustíveis fósseis na prossecução dos objetivos relativamente à transição climática (Ordem dos Advogados, 2021; Conselho Europeu, 2023)

Inserido no domínio da coesão, resiliência e valores, o fundo da política de coesão REACT-EU visa a promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia COVID-19 e respetivas consequências sociais, particularmente para grupos vulneráveis, envolvendo investimento na manutenção do emprego. Esta iniciativa proporcionará recursos adicionais aos Estados-Membros no desenvolvimento económico e inclusão social, permitindo a adoção de medidas temporárias em futuras crises (Compete 2020, 2022; Conselho Europeu, 2020b).

O MRR representa aproximadamente 96,5% do orçamento do Next Generation EU totalizando 723,8 mil milhões de euros, estabelecendo-se como o pacote financeiro no qual os Estados-Membros acedem ao financiamento (reformas e subvenções), cujas áreas prioritárias definidas pela Comissão Europeia (2020) são:

- Energias limpas e renováveis (*Power up*);
- Eficiência energética dos edifícios (*Renovate*);
- Transportes sustentáveis (*Recharge e Refuel*);
- Conectividade, internet rápida e com maior cobertura (*Connect*);
- Digitalização da Administração Pública, do sistema judicial e de saúde (*Modernise*);
- Aumento da capacidade *industrial data cloud* e desenvolvimento de processadores mais potentes, avançados e sustentáveis (*Scale-Up*);
- Sistema de ensino e formação de competências digitais (*Reskill e Upskill*).

Os seis pilares de intervenção do âmbito geral do mecanismo e que os planos de recuperação e resiliência devem reger são:

- Transição ecológica;
- Transformação digital;
- Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo a coesão económica, o emprego, a produtividade, a competitividade, a investigação, o desenvolvimento e a inovação e um mercado interno em bom funcionamento, com pequenas e médias empresas (PME) fortes;
- Coesão social e territorial;
- Saúde e resiliência económica e social e institucional;
- Políticas para a próxima geração, para a educação e competências.

Desta forma, o instrumento de recuperação temporário é baseado no desempenho, idealizado na mitigação do impacto económico e social, de forma a tornar as economias e sociedades europeias mais sustentáveis e resilientes. O principal objetivo do MRR centra-se na promoção da coesão económica, social e territorial da União Europeia, o financiamento de medidas com impacto duradouro e abrangente ao clima e à transformação digital.

Os fundos do Next Generation EU deverão aumentar o PIB da zona euro em cerca de 1,5% até 2026, tendo em conta os riscos inflacionistas, por seu lado estima-se que a

implementação dos recursos do MRR resultem numa subida para 3,6% no investimento público que seja favorável ao crescimento económico em 2026 (Bańkowski *et al.*, 2022).

Instituído como instrumento-chave do Next Generation EU para a recuperação económica, pelo Regulamento (UE) 2021/241, a 12 de fevereiro de 2021, os pagamentos baseiam-se e dependem do desempenho via metas alcançadas através da implementação dos investimentos e reformas delineados nos Planos de Recuperação e Resiliência dos Estados-Membros (Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, 2023).

O emprego, a produtividade, investigação, desenvolvimento, inovação, o bom funcionamento do mercado interno com pequenas e médias empresas fortes e a resiliência económica são áreas políticas prioritárias de relevância europeia. Dada a importância das despesas sociais, o mecanismo define a agenda política para uma estratégia inclusiva e sustentável para o crescimento da UE (Comissão Europeia, 2022).

A aplicação do MRR, encontra-se estruturada em pilares, no domínio de intervenção do mecanismo, em particular o da transição ecológica, transformação digital, “*crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo a coesão económica, o emprego, a produtividade, a competitividade, a investigação, o desenvolvimento e a inovação e um mercado interno em bom funcionamento, com PME fortes*”, saúde e resiliência económica, social e institucional, com o objetivo de aumento na preparação face a situações de crise e políticas direcionadas para a próxima geração, artigo 3º do Regulamento (EU) 2021/241, de 12 de fevereiro.

O Parlamento Europeu atua como colegislador no que concerne às medidas do MRR, participa na discussão sobre implementação, e controla o trabalho realizado pela Comissão Europeia.

Assim a função do Conselho Europeu consiste em emitir recomendações e providenciar aos Estados-Membros orientações políticas no crescimento social e económico, no âmbito do investimento e finanças públicas (Parlamento Europeu, 2022b).

Assim, o mecanismo determina que os Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) se traduzam em medidas para a implementação dos objetivos alinhados com as recomendações específicas por país. O PRR é um instrumento de transformação estrutural com um forte impulso para a criação de reformas estruturais das economias, alinhado com os princípios da ação europeia. Neste sentido é crucial que o apoio à coesão social e a promoção de um

ambiente económico moderno e atrativo estejam no seu centro e, simultaneamente que responda aos desafios climáticos e digitais.

Sendo a resiliência uma das vertentes do PRR, estes planos devem incluir soluções de forma a colmatar os problemas de desigualdade como a pobreza e exclusão social, capacitando as sociedades com educação obrigatória, criação de emprego e maior participação no mercado de trabalho.

Os planos apresentados pelos Estados-Membros, no seu todo disponibilizam de, aproximadamente, 113,2 mil milhões de euros, divididos por 4.100 investimentos e 2.600 reformas, para objetivos relacionados com a saúde, resiliência económica, social e institucional, crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e políticas para a próxima geração (Comissão Europeia, s.d.b).

Fora a pandemia do COVID-19, os acontecimentos geopolíticos despoletados pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia causaram uma alteração ao Regulamento (UE) 2021/241, no que concerne o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia, 2023). Por meio da inclusão do capítulo REPowerEU, os planos de recuperação e resiliência de cada Estado-Membro devem apresentar medidas para uma maior autonomia energética (República Portuguesa, 2023).

O objetivo principal continua a constituir-se como impulso para a recuperação económica e crescimento da Europa, no seu todo, afirmando-se como propósito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), no estabelecimento e suporte à recuperação e preparação face a mutações sistemáticas (Comissão Europeia, 2020).

É de salientar que consoante o Relatório da Comissão e Parlamento Europeu (2022), o MRR é dotado de 723,8 mil milhões de euros - 385 mil milhões sob a forma de empréstimos e o valor remanescente de 338 mil milhões de euros em subvenções (a preços de 2022).

O apoio via PRR visa financiar medidas no combate às consequências económicas da crise pandémica e a suprir necessidades de financiamento, designadamente medidas que recuperem e ajudem a criar emprego, sob forma de reformas de investimentos como estímulo ao crescimento sustentável e aumento da resiliência dos Estados-Membros, investimento direto nas empresas e da Administração Pública (AP), que proporcionem um aumento da preparação da UE na resposta a crises (Conselho Europeu, 2020).

Deste modo, e como vimos, o Next Generation EU implica uma certa mutualização de dívida, que deve ser financiada pela Comissão Europeia. Esta situação advém da decisão política, e como resposta a circunstâncias extremas, impulsionando a dotação de meios para a recuperação sustentável e resiliente, priorizando a transformação digital e climática (Jacques Delors Institute, 2020).

A estabilidade e prosperidade da UE dependem da sua capacidade no fornecimento de medidas oportunas e eficazes no âmbito dos pilares referenciados, sendo que o mecanismo deve proporcionar o caminho para uma maior coesão, resiliência e transformação da União (Crescenzi, Giua & Sonzogno, 2021).

O Next Generation EU vem reforçar o orçamento da UE, o que permitirá a contração de empréstimos no valor de 750 mil milhões de euros, *i.e.*, 806,9 mil milhões de euros em preços correntes (Centro de Informação Europeia, 2021).

Neste quadro, o instrumento mencionado permitirá que a Comissão Europeia advogue um novo limite máximo dos recursos próprios da UE, a título temporário, de 2% do rendimento nacional bruto da UE, por meio de operações de financiamento nos mercados internacionais de capitais (Abreu Advogados, 2020).

A contração deste empréstimo será canalizado pelos Estados-Membros de forma direta (empréstimos) ou indireta (apoios não reembolsáveis), assim o Next Generation EU é responsável pelo escalonamento dos financiamentos até 2058 (European Commission, 2021).

## **CAPÍTULO 3. REVISÃO DA LITERATURA**

### **3.1. Políticas Públicas**

Atendendo ao papel dos instrumentos europeus na melhoria da eficácia, eficiência e impacto dos seus resultados na economia, a avaliação das atividades do sector público e das decisões dos governos estabelecem-se como centrais na execução dos apoios financeiros (Craig, 2018; Guibentif, 2017).

Partindo da teoria económica Keynesiana, a política pública é a figura essencial de um Estado mais intervencionista nas condições de vida dos cidadãos. Fazendo surgir medidas de controlo de custos da gestão pública, a avaliação das políticas públicas consubstancia-se como um instrumento essencial (Tobin, 1983).

Knoepfel *et al.* (2007) partem do pressuposto que políticas públicas são decisões coerentemente tomadas por distintos atores públicos, cujos recursos, elos institucionais e interesses se diversificam na resolução de um problema de dimensão política coletiva. De facto, o conceito de políticas públicas adquire sentidos heterogéneos ao longo do tempo, Dye (1972) refere-se às políticas públicas como as opções que os governos decidem tomar. Peters (1986) define políticas públicas como a soma das atividades dos governos, enquanto para Thoenig (*apud* Baudouin, 1990, p. 396) políticas públicas são o produto das atividades e decisões de autoridades que assumem o poder público e legitimidade governamental.

De entre as referências existentes, salienta-se a de Lemieux (1995), a qual ressalta a ideia primordial de que as políticas públicas ajudam a estruturação das tomadas de decisões, garantem a transparência e asseguram a resolução dos problemas do âmbito público.

A abordagem sistematizada defendida por Lasswell (1965) convencionou que a análise sobre políticas públicas se insere no ciclo político, defendendo que os assuntos de governação e ética devem ser integrados na melhoria do processo democrático.

As políticas públicas têm o papel de trazer coesão à sociedade, na medida em que o sistema político serve de resposta às questões de cariz social, em que as decisões se constituem como o processo final.

A intervenção política advém de contínuas interações com o contexto económico e social, como resultado das tensões e conflitos da sociedade, onde a sua relação com as políticas públicas parte do princípio da organização partidária e da ideologia das estruturas organizacionais.

A ação do Estado diversifica-se, à medida que as suas responsabilidades e funções se expandem na promoção do bem-estar social, provocando, inevitavelmente o surgimento das políticas públicas na resolução dos problemas de uma economia.

O impacto positivo das políticas de avaliação dos fundos deve-se à sua capacidade de fornecer informações para decisões justificadas que validem a intervenção pública, na garantia de uma maior transparência e responsabilidade e, permitir a participação dos cidadãos para resolver questões sociais, promover o crescimento económico e melhorar o bem-estar social (Amandio, 2022).

O ciclo político apresenta os estágios do processo deliberativo, fundamental na compreensão do processo de elaboração de programas e medidas para a resolução dos problemas, permitindo determinar o impacto da eficácia das políticas aplicadas (Knoepfel *et al.*, 2007). A primeira fase deste ciclo é caracterizada pela definição da agenda política e a identificação do problema pelo sistema político, com o objetivo de perceber como é que este será percebido e de que maneira se enquadra na atenção pública e institucional (Parsons, 1995).

No ciclo da política, a formulação é o desenvolvimento de propostas de ação na resolução do problema na proteção do interesse público, realizando-se uma avaliação *ex ante*, *i.e.*, análise da intervenção das propostas (Kraft & Furlong, 2018).

No momento da legitimação da política, é determinada a mobilização do apoio político e a aprovação formal, a justificação ou fundamento para a ação política, *i.e.*, a transparência da abordagem. Seguindo-se com a avaliação *in continuum* que examina as formas de melhorar a gestão e implementação dos programas, com base nos benefícios trazidos à sociedade (Comissão Europeia, 1997). A monitorização a que se refere a avaliação política, apoia a conceção e aplicação das políticas públicas, de modo que promove a eficácia do sector público na melhoria contínua da tomada de decisões (Kraft & Furlong, 2018).

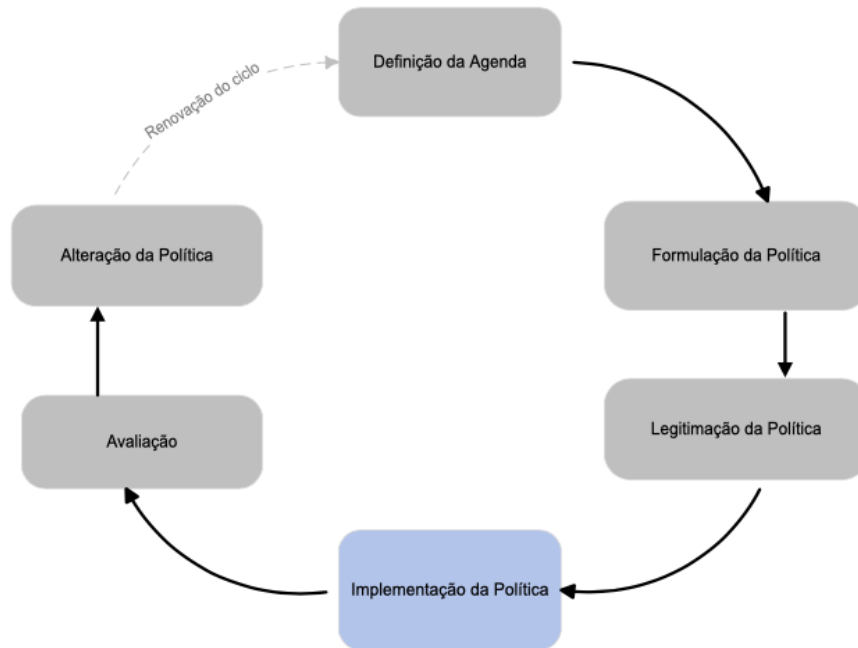
Os maiores desafios da implementação da política de avaliação por toda a Administração Pública resumem-se ao controlo limitado e ausência de estratégia que promova uma abordagem governamental e falta de gestão sobre os resultados, dados sobre desempenho das políticas (OCDE, 2020).

O presente trabalho visa analisar os Planos de Recuperação e Resiliência dos países do Sul da Europa, focando-se na fase *in itinere* das políticas que abrangem os mesmos.

Estabelecido o Mecanismo de Recuperação e Resiliência pelo Conselho Europeu, criou-se uma oportunidade de planeamento de reformas e investimentos que atenuem o impacto da crise provocada pela doença COVID-19 (Decreto-Lei n.º 29-B/2021 de 4 de maio).

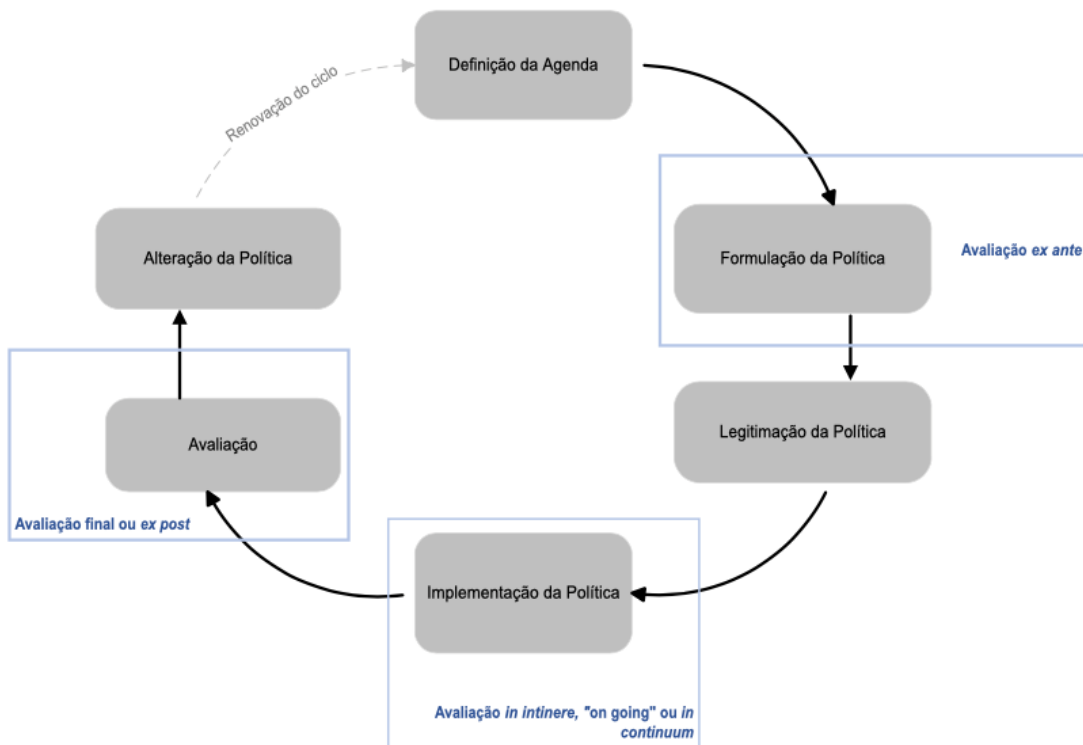
Neste sentido, o mecanismo é determinante na estruturação de medidas dos PRR dos Estados-Membros, prevalecendo a contínua necessidade da avaliação *in itinere* na provisão de recursos para a implementação dos programas previstos (Kraft & Furlong, 2018).

**Figura 3.1. A implementação no ciclo das políticas públicas**



Fonte: Machado (2022)

**Figura 3.2. As diferentes avaliações no ciclo da política**



Fonte: Machado (2022)

O Plano de Recuperação e Resiliência caracteriza-se pela sua natureza excecional (*i.e.*, irrepetível), sendo o resultado integrado das fontes de financiamento europeu das políticas públicas ao abrigo do Acordo de Parceria dos fundos de coesão (Estratégia Europa 2020) e dos seus programas operacionais nos domínios competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos (Decreto-Lei n.º 29-B/2021 de 4 de maio).

Este instrumento estratégico de política pública resulta de respostas concertadas a nível europeu, financiado pelo MRR, tendo como destinatários imediatos as entidades públicas responsáveis na execução dos investimentos, enquanto opções estratégicas no cumprimento dos marcos e metas das reformas e investimentos expressos nos planos nacionais (Decreto-Lei n.º 29-B/2021 de 4 de maio).

As medições e avaliações *ex post* devem mostrar coerência com o que foi proposto nas fases iniciais de estabelecimento das medidas, visto que o período decorrente entre as fases de *ex ante* e *ex post* avaliações tem de se mostrar síncrono para que as políticas possam ter impacto no desenvolvimento das novas práticas (Mergaert & Minto, 2015). Desta forma, destaca-se o papel das políticas de avaliação dos fundos europeus na contribuição para a tomada de decisões na intervenção pública, refletindo uma maior transparência na resolução de problemas sociais, potenciando o crescimento económico e bem-estar social.

### **3.2. Teoria de Sistemas e Sistemas Socioeconómicos**

O estudo de sistemas permite uma visão ampla que transcende uma centralização para as matérias como a física, matemática e a biologia, oferecendo uma reorientação para a ciência, no seu sentido global (Bertalanffy, 1969).

Bertalanffy (1969) desafia as crenças prevalentes à época, ao propor que um sistema seja composto por conjunto de elementos em constante interação, contrariando a noção comumente disseminada de que o sistema equivale à soma das partes.

A teoria de sistemas permite a explicação e desenvolvimento de hipóteses sobre as características que ocorrem nos sistemas complexos, partindo das formulações convencionais da física que determinam que os sistemas abertos não correspondem ao seu estado

estacionário, *i.e.*, as interações com o ambiente são constantes levando à criação de novas propriedades que se traduzem na adaptação ao contexto (Bertalanffy, 1969).

Numa visão mais alargada, a teoria de sistemas é uma nova abordagem na qual os sistemas abertos são organismos vivos que se adaptam e mantêm a sua integridade com o ambiente externo por meio de transferências de energia e matéria que sustentam a sua auto-organização (Bertalanffy, 1969).

A teoria de sistemas surgiu no final dos anos 1940, inicialmente desenvolvida no campo da biologia, baseada na adaptação da teoria da evolução de Darwin, na construção de um modelo que pudesse ser aplicado à sociedade (Leighninger, 1978).

A abordagem social nos sistemas teve como principais fundadores Kratz & Kahn (1978), em que as organizações devem ser vistas como sistemas sociais, com propriedades de sistemas abertos na interação dinâmica com o contexto, como um processo ativo de inter-relações que se desenvolve à medida que as influências internas e externas determinam o grau de abertura em relação ao ambiente (Bennis, 1966).

Burns & DeVillé (2017) defendem que o sistema social surge como conceção distinta do paradigma formado pelas ciências naturais e as económicas quanto à teoria de sistemas, na medida em que a ação humana e o comportamento do sistema se interligam.

A principal propriedade destes sistemas é a envolvente da tomada de decisão e assim, a sua influência subjetiva no sistema, enquanto que nas contribuições para o desenvolvimento da teoria dos sistemas socioeconómicos o essencial reside na capacidade de controlo e análise do comportamento do ator desta dinâmica (Burns & DeVillé, 2017).

Um sistema que apresente a convergência das áreas da economia e da sociologia enquadrará as situações de risco e incerteza como partes integrantes das decisões de investimento, como base da procura de eficiência no mercado financeiro e monetário contribuindo, *ceteris paribus* para um conhecimento mais exato e uma maior informação quanto às dimensões comportamentais na influência sobre variáveis económicas (Brennan, 1958).

Independentemente da política económica de um dado país, a instabilidade causada pelo crescimento de desigualdades afeta o processo distributivo de rendimento de uma sociedade, vinculado ao conceito de crescimento ou declínio económico (Louçã & Mortágua, 2021).

Por conseguinte, o bem-estar social define-se não só pelo nível de pobreza, como também pode ser avaliado por fenómenos como a exclusão social e marginalização, em que os agentes potenciadores desta problemática representam-se pela falta de competências, dificuldade no acesso à educação, decorrente da organização e distribuição de recursos, designadamente o acesso à habitação, à educação, saúde e a serviços sociais e económicos (Louçã & Mortágua, 2021).

Na mitigação dos efeitos adversos da desigualdade, as políticas públicas revelam um papel determinante na contribuição para uma infraestrutura social robusta e eficaz no serviço à população (Louçã & Mortágua, 2021). A assimetria da distribuição de rendimento é evidenciada pela pobreza, no contexto da realidade social, profundamente inerente a questões laborais como o emprego, não podendo deixar de se coligar com o bem-estar coletivo.

A teoria de sistemas e a dos sistemas socioeconómicos não devem ser estudadas de forma isolada, estando fortemente ligadas com o conceito de ecossistema. A interconexão e interdependência são aspetos fundamentais tanto em ecossistemas naturais quanto em sistemas socioeconómicos.

Num ecossistema natural, diversos organismos interagem com o meio ambiente e dependem mutuamente para a sobrevivência e prosperidade, cada elemento desempenha um papel específico que contribui para o equilíbrio do sistema (Francis & Bekera, 2014).

Do mesmo modo, nos sistemas socioeconómicos, diferentes agentes como indivíduos, empresas, governos, mercados, recursos e instituições interagem e dependem de cada agente contribuindo para o funcionamento do sistema económico.

Tanto no ecossistema como em sistemas socioeconómicos a resiliência define-se como a capacidade de absorver perturbações, mantendo simultaneamente, a mesma estrutura básica e formas de funcionamento, as capacidades de auto-organização e adaptação à mudança e a variados tipos de tensões.

A interconexão entre os sistemas socioeconómicos e o ecossistema provém da ligação entre os seus elementos, de modo que as perturbações sobre um sistema, leva a que os seus agentes adaptem o seu comportamento em resposta a essas tensões (Arrow *et. al.*, 2013). A crescente influência da economia sobre os recursos naturais existentes, como o crescimento geral da

população, o aumento do consumo e o desenvolvimento tecnológico provocam a aceleração das alterações climáticas.

A sustentabilidade, a adaptação e transição que provêm da literatura sobre o ecossistema, aplicam-se a sistemas que refletem uma relação de elevada interdependência entre a sociedade e ecossistemas, revelando a habilidade para auto-organização e o grau em que um sistema pode desenvolver capacidades de aprendizagem e adaptação (Francis & Bekera, 2014).

O conceito de sistema socioecológico foi desenvolvido com base na teoria geral de sistemas, aplicado à biodiversidade, caracterizando-se por um sistema composto por fatores biofísicos e sociais que interagem regularmente de forma resiliente e sustentada (Redman *et. al.*, 2004). De facto, os sistemas sociais e ecológicos partilham de propriedades comuns incluindo a resiliência, que depende de uma ampla variedade de factores decorrentes das ligações entre as sociedades e ecossistemas. Esses factores incluem mudanças e perturbações que afetam os contextos social, político e ambiental (Francis & Bekera, 2014).

O que há de paralelo entre os desafios ecológicos, económicos e sociais resulta essencialmente do carácter análogo dos ecossistemas e sistemas socioeconómicos, enquanto sistemas complexos, adaptativos, auto-organizados, nos quais os agentes individuais competem por recursos (Arrow *et. al.*, 2013). Os desafios quanto à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável exigem uma quantificação do impacto que os seres humanos têm nos sistemas naturais, uma compreensão dos mecanismos subjacentes ao desenvolvimento de modelos interligados entre as disciplinas ecologia e economia (Levin, 2006).

### **3.3. Resiliência**

A definição básica de resiliência reside na aptidão de subsistência das funções e valores chave na confrontação com determinada adversidade (Orr, 2014). Neste sentido, revela a capacidade dos sistemas sociais, económicos e financeiros que sustentam e reúnem os organismos e infraestruturas constituintes de um país, se organizarem aquando da exposição a adversidades.

O regulamento 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2021, artigo 2º, nº 5 define a resiliência como “*a capacidade de fazer face, de forma justa, sustentável e inclusiva, a choques económicos, sociais, ambientais, ou a mudanças estruturais persistentes*”.

Porquanto, o conceito de resiliência, nesta vertente económica, é a componente-chave na gestão dos variados sistemas de uma economia e das suas operações, ao assegurar a exequibilidade das suas atividades por meio do reconhecimento da incerteza, imprevidência e da contingência sistémica e na importância dada à recuperação e adaptação (Massaro *et al.*, 2018).

Desta forma, a resiliência é atualmente discutida sob forma de interpretação do particular ao institucional, originalmente um conceito com fundações teóricas na área da ecologia, em que o seu enquadramento se representa por sistemas que contemplam incidências futuras e, assim a incerteza independentemente do modo como essas incontingências surgem (Hills, 2000).

Deste modo, a definição de resiliência assumindo uma abordagem sistémica implica a profunda compreensão das propriedades dos processos que fazem parte o meio-ambiente, a economia e o sistema sociopolítico, quanto às suas capacidades de evolução a partir do ponto crítico, em que um dado impacto significativo e incontrolável toma lugar, a uma não linearidade no surgimento de ocorrências, assimetria e interdependência quando sujeitos a efeitos imprevisíveis e desconhecidos (Hynes *et al.*, 2020).

De facto, a fundamentação no âmbito da aplicação do conceito, exposta pelo Conselho da União Europeia e pelo Parlamento Europeu (2021, p. 18), evoca que a “*resiliência económica, social e institucional, com o objetivo de, entre outros, aumentar a preparação para situações de crise e a capacidade de resposta a situações de crise*”, deve ser o reflexo da eficácia e eficiência da economia e estruturas sociais e, da restauração do crescimento sustentável.

Em conformidade com a definição da resiliência num âmbito genérico, o conceito especializado à economia, consiste na capacidade de estabilização económica de um determinado estado pré-existente. Assumindo um certo equilíbrio, perante a presença de um choque exógeno, a economia possui desta forma a aptidão para regressar ao estado anterior e, de determinada forma, potenciar o crescimento económico, das exportações, do emprego e do nível de rendimento (Hill *et al.*, 2008).

A noção de resiliência cognitiva é essencial para compreender este fenómeno numa dada economia, na medida em que se refere à capacidade de resposta adaptativa e de resistência do cérebro aos efeitos de uma determinada patologia e da sua contínua preservação, manutenção e melhoria das suas funções vitais (Joshi & Galvin, 2022). Assim como, a alostasia mantém a estabilidade através da mudança como um processo fundamental através do qual os organismos se ajustam ativamente a esses eventos imprevisíveis, a resiliência cognitiva destaca a capacidade específica de enfrentar choques e manter as suas funções, ambos os termos contribuem para a resiliência, cooperando na promoção da adaptação e manutenção do equilíbrio funcional e interno em diferentes contextos sejam sociais, económicos ou biológicos (McEwen & Wingfield, 2003).

Numa perspetiva ideal e otimista, a resiliência económica define-se como a capacidade de manutenção das funcionalidades de todo o sistema económico, cujo principal objetivo consiste na alocação funcional e imediata dos recursos existentes, por meio da conservação, substituição de *inputs* e realocação de recursos (Rose, 2017).

A resiliência enquanto processo evolutivo e de desenvolvimento económico, deve ser medida de forma condicional com o tempo, atuando colateralmente com a recuperação e adaptação (Scott, 1930). Quando executada no curto prazo, a resiliência deve ser consistente com os objetivos de salvaguardar a estabilidade das instituições, estabelecer políticas fiscais e monetárias ajustadas à priorização do equilíbrio e promoção da inovação para a diversificação da economia (Knudsen, 2013; Martin & Sunley, 2015).

Um país é considerado resiliente quando, apesar de ser suscetível a volatilidades, designadamente crises financeiras, socioeconómicas e flutuações da taxa de inflação, demonstra uma rápida capacidade de antecipar e implementar medidas anti cíclicas.

O efeito da globalização fez surgir uma complexa interação entre economias, porém devido ao objetivo de maximização da eficiência, suscitou uma irreversível e exponencial subordinação junto das mesmas (Levy, 2012). De tal modo que o conceito de resiliência económica surge como prioridade, definindo-se como estratégia de mitigação dos riscos e de recuperação ao avaliar e gerir as incertezas, assegurando a compreensão das oportunidades e dos riscos económicos.

No entanto, a longo prazo este sistema procede como supressão das vulnerabilidades, designadamente o desemprego e a desigualdade de rendimentos. A resiliência promove o

comportamento do sistema de forma adaptativa e complexa, ao atuar como equilíbrio nos sistemas de segurança social, investimento na educação e formação, diversificação e inovação (Östh *et al.*, 2014).

Desta forma, o investimento na educação e formação capacita a população no combate ao desemprego imediato, dado que desenvolve capital humano para a dinamização de qualquer economia que valorize a investigação, desenvolvimento e inovação (Azevedo, 2021).

Por conseguinte, elevados níveis escolares numa população favorecem uma economia atuando como fator determinante da resiliência, visto que a heterogeneidade das habilitações técnicas contribui para a diversidade dos mercados de trabalho e aumento na produtividade económica (Han *et al.*, 2018).

As políticas e medidas definidas *a priori* da crise, são as reveladoras para a consecução de uma recuperação real de um país (Scott, 1930). Numa economia resiliente, a capacidade de limitar redução generalizada dos recursos financeiros face a perdas significativas de capital, pode ser quase imediata. Esta, baseia-se num contexto de avaliação do desempenho face às adversidades, com vista a mensuração dos resultados e mudanças inerentes prévios ao choque (Cutter, 2015).

Da mesma forma, a resiliência económica apresenta uma vertente dinâmica, onde a recuperação de um choque é acelerada dada a aplicação objetiva dos recursos no processo de adaptação *a posteriori* ao evento (Cutter, 2015). Por sua vez, é exigida uma ótica focada na causa das vulnerabilidades de uma economia, por meio da implementação de políticas eficazes nos sistemas de resposta a perturbações (Hynes *et al.*, 2020).

Ao assumir que a resiliência é aplicada a um nível económico, predispõe-se que existe uma interdependência entre os diversos setores, por base à implementação de medidas pelas empresas e a interação entre as mesmas com o mercado, permite o acesso às bases comportamentais da produção, do lado da oferta, do consumidor e, conseqüentemente procura, obtendo-se mecanismos na antecipação e resposta a qualquer tipo de choque (Rose, 2017).

Posto isto, a resiliência económica permite alcançar a recuperação de uma crise, funcionando como um mecanismo regenerativo dos sectores de uma dada sociedade. Ao considerar a recuperação económica, as condições que a tornaram tal possível são conhecidas, logo

operacionais, mais especificamente se perpetua uma aprendizagem com o passado (Scott, 1930).

Uma visão centrada no valor financeiro que se obtém da resiliência económica, proposta por Disparte e Tillemann (2020), assegura que a mesma adquire vantagem sobre o risco, na forma de criação de valor, em que ao longo do tempo há um efeito positivo de capitalização, em que a implementação de medidas a favor da segurança social, no combate à desigualdade de rendimento e criação de oportunidade de emprego, incentivam a um aumento significativo na produtividade económica de um país, garantindo que haja uma maior resiliência a choques futuros.

Uma mutação em qualquer um dos regimes possibilita que a formulação política resulte de um cruzamento intersectorial e de uma cooperação multidisciplinar, determinada por uma análise e avaliação coletiva das decisões a tomar e sobre as intervenções políticas postas em prática. Como tal, a conceção de reformas que promovam transformações eficazes no panorama social e económico, abrangem políticas no âmbito educacional e tecnológico, focadas na colmatação do desemprego, em melhorias na inovação, proporcionando uma melhoria na assimilação do comportamento entre sistemas complexos (Hynes *et al.*, 2020).

Relativamente à perspetiva socioeconómica do conceito de resiliência, esta influencia em todos os momentos do ciclo, determinando o carácter de exequibilidade das políticas, através das quais se refletem no progresso económico subsequente, segundo Scott (1930, pp. 299),

*“The ages of great progress have often been those in which there have been great changes and great upheavals. Rather it seems that peoples which are full of vigour and retain their impulse towards progress have a reserve of energy and ability upon which they can draw after one emergency in order to confront another.”*

Por outro lado, a perspetiva na interação entre sistemas proveniente de uma necessidade de maximização da eficiência e otimização, pode afetar outros regimes, nomeadamente a definitiva disrupção face às limitações expostas ao estado do abalo e à falta de adaptabilidade, de antecipação quanto ao reconhecimento das principais áreas da economia que iriam de imediato sofrer com o choque (Marchese, 2012).

A habilidade necessária para que os sistemas adquiram a antevisão, assimilação, recuperação e adaptação de ameaças persistentes, depende do conceito não convencional da resiliência.

Ou seja, que haja progressão na capacidade de resistência face a recessões e que regresse à situação anterior (Hynes *et al.*, 2020).

De facto, é dado ênfase aos sistemas, uma vez que estes se encontram interligados e, como tal interdependentes da constante interação entre os intervenientes. Por isso, refletem a necessidade de políticas que se baseiam na integração de diversas dinâmicas, dada a heterogeneidade na tomada de decisão e avaliação da eficácia das medidas implementadas face ao risco e incerteza (Hynes *et al.*, 2020).

Como resultado, a resiliência assume um papel fundamental na concertação da otimização dos sistemas no seu todo, no sentido em que proporciona uma capacidade de recuperação e adaptação a ocorrências não-lineares, de modo que atuam em coerência perante ameaças e, não em colapso coletivo.

### **3.4. Transição Climática**

O reconhecimento internacional das alterações climáticas encontra-se na base da formulação política e científica de compromissos tratados entre países, onde a atuação da União Europeia representa a diplomacia climática por meio da criação de acordos entre países e o desenvolvimento e aplicação de regulamentos e diretivas relativo ao clima e energia (Schaik, 2009).

A Organização das Nações Unidas (ONU) enquanto associação internacional composta por 193 países, assume vários objetivos abrangendo temáticas relacionadas com a humanidade, combate ao terrorismo, ajuda humanitária, direitos humanos, mitigação alterações climáticas, promoção do desenvolvimento sustentável, entre outras (Nações Unidas, s.d.).

A conceção de desenvolvimento sustentável emergiu como novo paradigma na última década, enquanto conceito normativo. Esta inclui objetivos sociais, económicos, ambientais e institucionais, e questiona a abordagem de uma economia global e comércio livre, sem condições sociais e ambientais (Roddick, 1998).

O desenvolvimento económico e o clima são, assim, aspetos que se incluem numa abordagem integrada, em virtude da sua complementaridade no que permite alcançar a sustentabilidade, por meio do crescimento inclusivo e de um equilíbrio económico e social (Hawkins & Weber, 2015).

As Nações Unidas definiram uma agenda para 2030 quanto às prioridades para uma prosperidade global, por meio da projeção de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas de sustentabilidade. Estas prioridades enquadram uma abordagem de melhoria da qualidade de vida, na procura pela erradicação da pobreza, redução da desigualdade, estímulo do crescimento económico, proteção dos recursos naturais e do clima (BCSD, s.d.).

Por seu lado, a política climática da União Europeia é definida pela Comissão Europeia através da promoção do estabelecimento de compromissos e de propostas de ação a serem implementados por coligações entre Estados-Membros específicos e os decisores políticos, no desenvolvimento e mobilização da opinião para o estabelecimento das propostas políticas (Dupont, Oberthür & Homeyer, 2020).

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente realizou-se em Estocolmo, no ano de 1972, reunindo 113 países com principal objetivo de discussão das questões ambientais globais e promoção da consciencialização para a proteção da biodiversidade (IISD, 2022).

Na década de 1980 começaram a decorrer diversos encontros internacionais com vista a negociação e constituição de tratados que envolvessem todos os Estados-membros no combate às emissões de gases poluentes, prejudiciais à atmosfera, e toda a biodiversidade (Wurzel & Connelly, 2011).

Criado em 1988, o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) é o órgão internacional de avaliação da informação científica relacionada com as alterações climáticas. As orientações que o IPCC (2021) fornece, possuem fundamentação científica para que os governos desenvolvam políticas relacionadas com o clima, e estão na base das negociações das Conferências das Nações Unidas - a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC ou Convenção).

No ano de 1988 a Assembleia Geral da ONU e suas agências especializadas reconheceram a necessidade de os governos e, organizações intergovernamentais e não governamentais colaborarem num esforço concertado para a criação de uma convenção-quadro para as alterações climáticas (UNFCCC, s.d.a).

Em 1990, na Segunda Conferência Mundial sobre o Clima da ONU, em Genebra, os cientistas sublinharam para os riscos do aquecimento global para a natureza e para a

sociedade. Deste modo, o IPCC divulga o primeiro relatório de avaliação alertando para a elevada concentração de Gases com Efeito de Estufa (GEE) na atmosfera, resultantes das atividades humanas (UNFCCC, s.d.a).

É através da divulgação do relatório de avaliação do IPCC que a UNFCCC é, em 1992, adotada como resposta às crescentes provas científicas dos perigos causados pelos GEE (Sands, 1992).

A conferência da ONU em 1992, no Rio de Janeiro, denominada Cimeira da Terra, consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, reconhecendo a responsabilidade dos países desenvolvidos nas emissões de GEE e a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico no combate às alterações climáticas (NU, 1992). É de destacar o papel fundamental do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), enquanto apoio financeiro dos países subdesenvolvidos na consecução dos objetivos ambientais internacionais, nomeadamente desenvolvimento sustentável, combate às alterações climáticas e proteção da biodiversidade, como também na melhoria da qualidade de vida da população (GEF, s.d.).

A Cimeira da Terra estabeleceu uma agenda e um novo plano de ação internacional para as questões ambientais e de desenvolvimento, com o principal propósito de alcançar um desenvolvimento sustentável global no século XXI através de novos métodos de educação, novas formas de preservar os recursos naturais e criar uma economia sustentável (NU, 1992). Um dos principais resultados desta conferência foi a aprovação da UNFCCC para abordar o problema das alterações climáticas e definição das Conferências das Partes (COP) anuais.

A COP é o órgão supremo deliberativo da Convenção-Quadro, *i.e.*, é uma reunião anual em que os Estados-Membros das Nações Unidas avaliam o progresso no combate às alterações climáticas através da implementação, acompanhamento e atualização de medidas necessárias para as metas estabelecidas sobre o clima (UNFCCC, s.d.b).

Na COP3 em 1997, foi aprovado o documento Protocolo de Quioto, primeiro tratado jurídico internacional que estabelece a meta quantitativa de redução de 5% da emissão de GEE, em comparação com os níveis de 1990 durante o período de 2008 a 2012 (UNFCCC, 2008).

Sob o Protocolo de Quioto, é assumido o objetivo de redução de 20% em 2020 e 40% para 2030 das emissões de gases poluentes para os países da UE. Como metas complementares

estabelecem-se o consumo de energias renováveis de 20% em 2020 e 32% em 2030, perspetivando uma melhoria na eficiência energética.

Os Acordos de Marraquexe (Marrocos) são adotados na COP7, estabelecendo regras para a implementação do Protocolo de Quioto, através da criação de novos instrumentos de financiamento e planeamento, – o Fundo Especial para as Alterações Climáticas-, para a adaptação e estabelecendo um quadro de transferência de tecnologia para o apoio aos países em desenvolvimento no combate às alterações climáticas (Resolução 60/1, de 19 de setembro de 2005).

Neste contexto, o desenvolvimento sustentável é abrangido nas vertentes económica, social e ambiental, no qual a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento e a mudança institucional não deve comprometer o equilíbrio para a preservação do planeta e para com o bem-estar das gerações futuras (Brundtland, 1987).

A UE acabou por avançar com o Protocolo de Quioto sem a aprovação dos Estados Unidos da América, tendo entrado em vigor em 2005, por países que representassem, no seu conjunto, pelo menos 55% das emissões totais de dióxido de carbono, nº 1 do 25º artigo, do Protocolo à Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas, 1998.

Em 2009 realizou-se a 15ª conferência dos países membros das NU com o objetivo de discussão no domínio das alterações climáticas, resultando num acordo não vinculativo designado de Acordo de Copenhaga (UNFCCC, 2009). A COP15 teve como principal resultado o fracasso na definição de uma estratégia de sustentabilidade para dar continuidade e aprimorar o Protocolo de Quioto, que expiraria em 2012, COM(2010) 86 – Comunicação da Comissão Europeia sobre a política climática internacional pós-Copenhaga.

Deste modo, restou apenas aos governos signatários definirem o futuro no combate às alterações climáticas, fixando a redução da temperatura global para níveis muito inferiores aos 2°C anteriormente referenciados (Parker & Karlsson, 2017).

O Acordo de Copenhaga salienta a necessidade de objetivos e pactos claros, juridicamente vinculativos e globalmente aceites para o combate às alterações climáticas, expondo as limitações para compromissos voluntários e de acordos não vinculativos (Shah, 2009).

A Emenda de Doha ao Protocolo de Quioto funcionou como uma extensão do compromisso internacional de redução das emissões de GEE e combate às alterações climáticas até 2020 (Nações Unidas, 2012; UNFCCC, s.d.).

Em Paris, e no ano de 2015, no âmbito da COP21, o acordo global sobre as alterações climáticas veio a ser formado oficialmente com 192 países, quanto à missão mundial de reduzir significativamente as emissões de GEE, ou seja, com 55% de representação inicial e necessária para a criação do acordo (Conselho Europeu, 2022).

O Acordo de Paris é um pacto legal e internacionalmente vinculativo no que respeita às alterações climáticas, tendo assumido com o objetivo de limitar o aquecimento global a um máximo de 2°C, preferivelmente a 1,5°C comparativamente a níveis pré-industriais (UNFCCC, 2015). Por conseguinte, os resultados pretendidos com este acordo constituem a promoção da redução da emissão de gases poluentes e nocivos para o planeta, diminuição da dependência externa de energia e melhorar a sustentabilidade, e circularidade e transição energética (Neves, 2022).

Por outro lado, este acordo compreendeu a concretização de vários eixos, designadamente adaptação, transparência, transferência de tecnologias, mitigação, estabelecimento de capacidades e, perdas e danos na decorrência de desalojamento de civilizações, migração com a eventual gestão de risco (Ghezloun, Merabet & Saidane, 2017).

Posto isto, a capacidade da UE é determinante na difusão do compromisso para com a missão climática, por meio de um quadro político assente na cooperação com economias internacionais, e no fornecimento de apoio financeiro e técnico a países em desenvolvimento no que concerne as alterações climáticas e neutralidade carbónica (Knight, 2020).

O documento que resultou da COP21 permite apoiar a UE através das suas políticas, designadamente o Pacto Ecológico Europeu, com o objetivo de atingir a neutralidade climática até 2050, as metas para 2030 e para com o desenvolvido pelo Acordo de Paris, deste modo a transição climática integra-se no *European Green Deal* (EGD), pretendendo contribuir e acelerar a concretização das metas para o clima.

O *Green Deal*, publicado em 2019, veio a evidenciar a estratégia europeia com o objetivo de atingir total neutralidade climática em 2050. O *Green Deal* assume um papel de transformação potencial na política climática, tendo a pandemia do COVID-19 assumido num ponto temporal crítico para este tema (Dupont, Oberthür & Homeyer, 2020).

A exequibilidade da estratégia de recuperação da União Europeia encontra-se baseada, também, no desempenho face ao *Green Deal*, nos domínios da recuperação económica e social, com o intuito de alcançar uma neutralização industrial, ao assegurar reduções relevantes na minimização das emissões de carbono.

Segundo Crous (2020) o *Green Deal* é o procedimento de aquisição de credibilidade por parte das instituições europeias no apoio mobilizador das regiões e para com as suas sociedades, isto porque, o objetivo principal do Mecanismo de Recuperação e Resiliência aplica-se ao crescimento e adaptação social e económica dos Estados-Membros, por meio do estabelecimento de sistemas de respostas à crescente necessidade de garantia do desenvolvimento sustentável, com a transição ecológica ou climática, presente na Comunicação da Comissão com orientações sobre a aplicação do princípio “não prejudicar significativamente” ao abrigo do Regulamento que cria MRR 2021/C 58/0.

A União Europeia reafirma a sua liderança na matéria do clima, ao conceber o quadro relativo à emissão de obrigações verdes no âmbito do Next Generation EU, tendo por base a incumbência de os Estados-Membros assegurarem 37% das despesas financiadas pelos planos nacionais de recuperação e resiliência sejam afetados a investimentos e reformas destinados ao combate das alterações climáticas – Comunicação da Comissão Europeia COM/2021/250.

O combate às alterações climáticas tornou-se na responsabilidade mais prioritária da atualidade, sendo que a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (2020) definiu como objetivo “*become the first carbon-neutral continent by 2050*”. A visão do EGD consubstancia-se na forma de 50 medidas, sendo compreendida como a primeira lei europeia no âmbito do clima, promovendo a economia circular, direcionando para a biodiversidade na proteção da fauna e flora, e instruindo a sociedade para a literacia da gestão do desperdício (Crous, 2020).

A Lei Europeia em matéria de clima cria um regime para alcançar a neutralidade climática na UE até 2050, ou seja, o equilíbrio das emissões de carbono. Este regulamento transforma o objetivo estabelecido no EGD, para que a economia e a sociedade europeias reduzam as emissões líquidas de GEE, em pelo menos 55% até 2030, comparativamente com os níveis de 1990 (Conselho Europeu, 2021). A Comissão acompanhará a evolução das propostas dos

Estados-Membros para determinar se a meta para 2030 será ou não alcançada, ao abrigo do Regulamento (UE) 2021/1119, 30 de junho de 2021.

O compromisso para com a descarbonização por meio do instrumento europeu Next Generation EU, transcorre pelas metas objetivadas no Acordo de Paris de 2015, elucidando para a necessidade da transição climática e sustentabilidade do planeta face ao aquecimento global e às consecutivas alterações climáticas (Neves, 2022). O modo como a recuperação definirá o futuro, é decorrente do compromisso para com a transição climática, em que os sistemas de produção que constituem o lado da oferta devem afetar a economia circular, poluição zero e a biodiversidade, áreas que devem incorporar modelos de sustentabilidade (Crous, 2020).

Embora as discordâncias, dada a diferença entre países europeus a nível da descarbonização das suas economias, particularmente no caso da Polónia (devido à contínua dependência da economia relativamente ao comércio de carvão, e tendo em conta os impactos potenciais ao nível de emprego), verifica-se que outras regiões do continente europeu, como a Alemanha, França, Holanda, Itália e República Checa, são responsáveis pelo elevado consumo deste recurso energético (Eurostat, 2022).

Dado que uma das normas do PRR exige que pelo menos 37% das medidas aplicadas sejam afetas à transição climática (Recovery and Resilience Facility for clean energy, s.d.), esta dissertação procura apresentar as medidas aplicadas por Portugal e Espanha e identificar em que ponto se encontram na resposta às exigências do PRR. Para tal, serão por isso também identificadas quais as medidas aplicadas neste âmbito (*i.e.*, transição climática).

Nos sectores de mineração, máquinas de construção, ferrovias, geração e processamento de energia é avassaladora a incessante dependência da Europa (Eurostat, 2022), dado que a União Europeia se formou em 1952 a partir de uma aliança, em torno da produção de aço e carvão, mais tarde num mercado comum constituído por 27 membros, com uma nova base de desenvolvimento económico (Worland, 2020).

“O *Green Deal* europeu é a nova estratégia de crescimento da Europa” (Ursula von der Leyen, 2020), no sentido de uma sociedade em que as grandes indústrias petrolíferas, de mineração, construção, matérias-primas têm de adaptar à transição energética.

Como tal, requer uma maior dimensão na atuação política, inclusive apoios sociais e subsídios ao desenvolvimento e investimento na neutralidade da indústria, por isso a

regulamentação criada pela União Europeia e os desafios impostos à indústria pesada, devem resultar numa menor margem de continuação da sua atividade.

A recente invasão da Ucrânia pela Rússia, tem revelado ligações complexas e matizadas com as alterações climáticas e o dever para com a transição climática na UE, pondo em causa os protocolos criados até ao momento e, com os objetivos abrangidos na agenda global para a sustentabilidade (Zakeri *et al.*, 2022). Porém, a Comissão Europeia propôs um novo regulamento ao Conselho relativamente à coordenação de medidas para redução da procura de gás, com base no artigo 122º do Regulamento (UE) 2022/1369, de 5 de agosto. Nesta matéria, a UE conseguiu reduzir 15% da procura de gás natural entre agosto de 2022 e março de 2023, por sua vez o aprovisionamento de gás russo diminuiu de 40% para 8% em 2023 por meio da diversificação do fornecimento (Comissão Europeia, s.d.c.).

Em 2021, 74% do gás natural recebido na Europa era assegurado pela Rússia, totalizando 73,26 mil milhões de euros em importações de energia, porém o corte do fluxo comercial entre as duas regiões geográficas obrigou a uma diversificação no abastecimento de gás, provindo dos Estados Unidos da América, Qatar, Nigéria, Argélia e Noruega (Conselho da UE, 2023; World Economic Forum, 2022). Destas considerações gerais, a segurança energética destaca-se como fulcral dada a dependência da UE do gás natural russo, urgindo uma necessidade de transição para fontes de energia renováveis.

Simultaneamente, a crise acentua a pressão relativamente a mudanças nas negociações e cooperação internacionais sobre o clima, a nível geopolítico e de alianças mundiais, enfatizando para respostas abrangentes em matéria dos objetivos sustentáveis. Este nexos ressalta para as consequências ambientais do conflito e da crise humanitária que se seguem, devendo, de forma integrada, garantir uma trajetória resiliente, sustentável e eficiente quanto ao consumo de recursos energéticos.

O MRR assegura os principais objetivos da UE para com a sustentabilidade, de modo a priorizar a consciencialização das alterações climáticas pelos diversos Estados-membros, assegurando que haja ação política que viabilize a neutralidade energética, *i.e.*, uma menor dependência dos combustíveis fósseis (sobretudo carvão, petróleo e gás natural).

A recuperação proveniente do instrumento Next Generation EU e o acordo designado *Green Deal*, constituem um orçamento de mais de 600 mil milhões de euros, no fortalecimento de um compromisso de longo prazo para com o clima (Leyen, 2020).

Expressamente no artigo 10º do Regulamento (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu, “A Comissão apresenta ao Conselho uma proposta de suspensão da totalidade ou de parte das autorizações ou de pagamentos caso o Conselho decida, nos termos do artigo 126º, nº 8 ou nº 11, do Tratado do Funcionamento da UE, que um Estado-Membro não tomou medidas eficazes para corrigir o seu défice excessivo, exceto se tiver determinado a existência de uma recessão económica grave que afete a União no seu conjunto, na aceção dos artigos 3º, nº 5, e 5º, nº 2, do Regulamento (CE) nº 1467/97 do Conselho.”

A transparência das medidas acordadas no plano de recuperação e resiliência, mais concretamente no âmbito da transição climática, torna a vontade política em ações que são exigíveis a ser executadas. A inação é responsabilizada em termos de performance, quando o montante direcionado para uma medida a nível do clima no documento Next Generation EU, fica afeta a eventuais penalizações, em que o progresso da cabimentação dos fundos deve ser reportado publicamente e avaliado numa fase posterior pela Comissão Europeia (2020).

Deste modo, o investimento na inovação permite que os Estados-Membros reforcem a taxação de carbono na indústria, possibilitando a concretização da transição, necessária aos acrescidos benefícios na cadeia de valor dos setores das economias, proporcionando um fortalecimento na recuperação económica através do investimento numa economia de carbono reduzido (Neves, 2022).

Como tal, Coady *et al.* (2015) revelam que o caminho para a plena sustentabilidade exige o compromisso face a objetivos e metas pelos sectores privado e público. Não obstante, a desejada revolução energética urge o envolvimento e liderança do sector público e privado empresarial com o intuito de impulso da contribuição na regressão dos impactos ambientais, no caminho da sustentabilidade e descarbonização da economia.

Por conseguinte, existe um alinhamento entre as ações tomadas pelos Estados-Membros e os objetivos acordados, por meio do risco tangível perante a inação e como há um crescente foco na ação dos indivíduos e das empresas, existe uma ampliação do plano de ações implementadas face às metas a atingir. Sabendo que a sustentabilidade requer investimento público e privado, os sectores, produtos, serviços devem estar alinhados com o proposto no mecanismo de recuperação e resiliência dos Estados-Membros.

Neste âmbito, todos os acordos políticos firmados devem originar externalidades de forma a alcançar a unanimidade ao vínculo do compromisso perspectivado, ou seja, o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada e por isso comprometedor face a metas que exigem a obrigatoriedade na sua execução.

As divergências reconhecidas pelas economias põem em causa a execução das propostas negociadas para a mudança de comportamentos face ao clima e ao meio ambiente e, por sua vez a atribuição de fundos para estas medidas diferencia-se de acordo com as potencialidades das políticas económicas e financeiras para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

### **3.5. Transição Digital**

A transformação digital é o vínculo entre a instituição, o negócio, a aptidão e a aceleração do crescimento e vantagem competitiva para uma abordagem estratégica nas possibilidades de moldar e de se adaptar às decisões, operações e aquisição de conhecimentos para a evolução futura do legado tecnológico e, na constante criação de valor, otimização e integridade ao alcançar as metas definidas, com o imperativo de foco e adaptação à disrupção digital (Parlamento Europeu, 2021).

Na dimensão digital as medidas incluídas no Mecanismo de Recuperação e Resiliência afetam diretamente os objetivos principais na transformação da União Europeia numa sociedade e economia digital (Comissão Europeia, 2022). O apoio para a transformação de uma política digital na Europa, acontece, fornecendo suporte ao desenvolvimento da literacia digital da população e toda a mão-de-obra, com o estabelecimento de tecnologias avançadas e criação de infraestruturas que providenciem o suporte tecnológico necessário.

A experiência da pandemia do COVID-19 revelou a importância de assegurar que os Estados-Membros invistam na consolidação das capacidades digitais instituídas no reforço da sua própria resiliência face a crises futuras. Por conseguinte, a UE procura posicionar os Estados-Membros como exemplos de resiliência tecnológica, com o uso de ferramentas de trabalho à distância, facilitando a educação com regime online de e-learning, auxiliares na prestação de serviços como saúde e comércio eletrónico.

A transição digital deve instituir-se pelos sectores público e privado, contribuindo para a convergência económica e social ascendente, permitindo a restauração e promoção do

crescimento sustentável e a integração das economias europeias, com o favorecimento da criação de emprego de elevada qualidade e contribuição para uma economia aberta e geração de valor acrescentado europeu (Pedro, 2021).

O regulamento que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência exige que os objetivos de transição digital devem corresponder a 20% dos planos nacionais, sob a forma de reforma e investimento (Pedro, 2021).

Nesta medida, a participação dos Estados-Membros em projetos comuns no estabelecimento de capacidades na área digital, com a cooperação paralela no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, permite a execução dos objetivos previstos para 2030, pela Comissão Europeia, relativamente à década digital (Comissão Europeia, 2021).

As tecnologias digitais apresentam-se como determinantes no crescimento potencial da Europa, com o compromisso de se estabelecer uma era digital adequada à UE, por via de delegação de competências às pessoas, empresas e administrações com uma nova geração de tecnologias, onde a transformação digital é oportuna para todos (Comissão Europeia, 2021).

As soluções digitais que posicionam as pessoas em primeiro lugar, instituem novas oportunidades para negócios, impulsionando o progresso credível de tecnologias, com o intuito de fomentar uma sociedade mais liberal e democrática e, uma economia dinâmica e sustentável (Comissão Europeia, 2021).

O Instrumento de Assistência Técnica (TSI) ([https://commission.europa.eu/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/technical-support-instrument/technical-support-instrument-tsi\\_en](https://commission.europa.eu/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/technical-support-instrument/technical-support-instrument-tsi_en)) como meio de apoio aos Estados-Membros na execução das reformas que proporcionam a potencialidade digital, leva à implementação de soluções inovadoras institucionais e especializadas para a sociedade em geral, com a finalidade de melhoria na acessibilidade e eficiências dos serviços públicos (Comissão Europeia, 2021a). A Comissão presta apoio técnico e jurídico às reformas nos Estados-Membros, na sequência de requisitos das autoridades nacionais, fazendo o TSI parte do Quadro Financeiro Plurianual (QFP). O QFP corresponde a um acordo interinstitucional, no regulamento estabelecido por um período de, pelo menos, cinco anos, com a função de assegurar que a despesa da UE decorra de forma ordenada e nos limites dos recursos próprios, instituída para os grandes sectores de atividade da UE designados (Parlamento Europeu, 2022), e do Plano

de Recuperação para a Europa, impulsionando a coesão económica, social e territorial na consecução das reformas estruturais inseridas numa vasta extensão de políticas (Conselho Europeu, 2020).

Fundamentalmente, o TSI constitui um serviço exclusivo de apoio no aconselhamento estratégico, na formação de estudos e formação em todo o processo da constituição e implementação de reformas e no suporte aos Estados-Membros na recuperação dos efeitos da pandemia COVID-19, reforça o crescimento inclusivo em áreas políticas como ação climática, transição digital, resiliência por meio da preparação, implementação e revisão dos planos nacionais de recuperação e resiliência (Comissão Europeia, 2021).

A transição digital inclui o desenvolvimento de competências para a população, digitalização dos serviços públicos, inclusive no transporte, na sequência de medidas que abrangem os negócios e instituições (Comissão Europeia, 2022).

O capital humano na transformação digital inclui a formação da população para a literacia digital e a sua integração nos níveis mais elevados do ensino. A simplificação das tarefas e procedimentos administrativos, assim como a criação e registo da fundação do ambiente digital que compreenda a cibersegurança e um maior nível de segurança quanto ao uso de tecnologias avançadas, são exemplos dos benefícios trazidos pela transição digital (Comissão Europeia, 2022).

A inclusão no ensino das tecnologias digitais e a subsequente expansão para todo o sistema educativo, promove o desenvolvimento de capital humano, de forma a enquadrar na receção e transmissão de conhecimento, em que as tecnologias representam o principal motor (Eduardo Catroga, 2020). Para tal, impõe-se a disponibilidade e o fácil acesso a recursos, ou seja, aos melhores meios e equipamentos na expansão da educação digital como eixo estratégico onde exista sinergias e cooperação entre o meio empresarial.

Assim, os Estados-Membros precisam de apresentar a capacidade de elaboração de políticas e implementação de soluções inovadoras às empresas, competências e meios para a transição digital ser conseguida.

A inovação digital coloca-se como motor de uma diversidade de atividades circulares em ambos os sectores - público e privado -, sendo alavancadas por soluções digitais eficientes e sustentáveis como impulso do desenvolvimento económico, remodelando políticas

existentes para uma conceção inovadora na avaliação, expansão da elaboração de medidas centradas nas necessidades e tendências da sociedade (OECD, 2022).

A redução da burocracia, da mesma forma que a otimização das estruturas e processos constituem as instituições mais eficientes e descentralizadas administrativa e funcionalmente, dotando o impacto no crescimento potencial, sustentabilidade orçamentais e de políticas sociais (Catroga, 2020). Neste sentido, somente com uma ação coerente nas políticas institucionais, se torna possível fortalecer o contexto económico, social e político, tornando-o propenso à renovação do tecido empresarial que integra e atua para a transição digital.

A monitorização direta, com a disponibilização de dados e informações, possibilita uma maior aplicação efetiva e orientação das políticas que fazem uso de tecnologias avançadas na monitorização do conhecimento e informação adquiridos, com a consecução dos objetivos pretendidos e projetados no plano digital (OECD, 2022).

Os principais domínios de intervenção da transformação digital, são concretamente a visão estratégica e metas quanto à digitalização da União Europeia, até 2030, em que os princípios de transparência dos governos, a inclusão digital por meio da literacia e capacitação das pessoas, o fornecimento de plataformas online no mercado e economias digitais assegurando a segurança dos utilizadores, torna-se possível o crescimento da inovação e competitividade empresarial, criação de emprego e promoção da educação (Conselho Europeu, 2022).

O desenvolvimento tecnológico transige o acesso a dados, com vista à criação de um mercado único de dados com valores paralelos aos da UE, existe uma crescente partilha e reutilização de dados entre sectores. O Conselho Europeu ao apoiar estratégias que visam a implementação digital, salvaguarda a construção de uma economia europeia competitiva e a favor da segurança e proteção de dados (2022).

Fora considerações económicas, a ênfase na transição digital no âmbito dos planos de recuperação da UE está ancorada no compromisso com a inclusão social e sustentabilidade. Embora as disparidades na área digital sejam permanentes, há uma determinação em suprir estas lacunas e assegurar que os benefícios dos investimentos em tecnologias incluam todos os estratos da sociedade (United Nations Development Programme, 2022).

Por outro lado, entre os serviços digitais constam a fiscalidade internacional, concebida para empresas com presença física num dado país, em que os sistemas de tributação adaptam-se

ao praticado pelos Estados-Membros e, assim como a digitalização da justiça com significativas melhorias no acesso à mesma pelos cidadãos e empresas, na realização dos procedimentos judiciais, na comunicação entre as partes interessadas, transmissão eletrónica de documentos e uso de videochamadas e videoconferências (Conselho Europeu, 2022). A redução da morosidade no sistema da justiça e no processo de investigação, na perspetiva de obtenção de um enquadramento a curto prazo, é essencial como objetivo delineado pela transição digital (Catroga, 2020).

O compromisso da UE no investimento da transição digital no contexto dos planos de recuperação e resiliência decorre de uma perspetiva estratégica multifacetada orientada para colmatar os desafios económicos, sociais e ambientais. No centro deste esforço encontra-se o reconhecimento de que a digitalização é indispensável na consolidação da competitividade económica à escala global.

Ao integrar a transição digital no cerne dos planos de recuperação e resiliência, a UE procura manter o seu estatuto de vanguarda na era digital em expansão. Além disso, a pandemia do COVID-19 veio sublinhar o papel fundamental das infraestruturas digitais e dos avanços tecnológicos no apoio à resiliência da sociedade.

Paralelamente, a evolução tecnológica desempenha um papel fundamental na promoção de práticas sustentáveis em diversos sectores no apoio aos objetivos climáticos e gestão ambiental que integra o desenvolvimento económico, social e ambiental fazendo face às necessidades da sociedade assegurando a gestão, planeamento, organização e monitorização sustentável dos recursos naturais sem comprometer as gerações futuras.

O estudo realizado por Meyer-Breitkreutz & Paulsen (2021) oferece uma visão orientada para a Alemanha que é facilmente ampliada aos restantes países europeus, quanto à promoção dos objetivos sustentáveis por meio da digitalização, preconizando como as tecnologias podem contribuir para a redução das emissões de carbono.

As tecnologias podem promover uma otimização e melhoria da eficiência das redes de energia; através do uso de apps combinadas com análise preditiva do solo, as tecnologias podem determinar uma quantidade exata para uso de fertilizantes, ou podem estar na base da existência de sistemas digitais que executam diagnósticos de saúde na pecuária (Meyer-Breitkreutz & Paulsen, 2021). Estes são exemplos de como a tecnologia pode ajudar a desenvolver práticas mais sustentáveis no sector agrícola.

A Lei do Clima, estabelece como prioridade para alcançar a neutralidade até 2050 a redução das emissões de GEE, uma vez que a UE é responsável por 867 milhões de toneladas de dióxido de carbono no segundo trimestre de 2021 (Eurostat, 2021). Embora os dados sugiram que a eficiência dos combustíveis não tenha melhorado o suficiente para compensar o aumento de transportes, a tecnologia abrange um conjunto de soluções que pode facilmente ser integradas na transição para a sustentabilidade.

O transporte privado é responsável por 24% das emissões de dióxido de carbono em 2020. Tal facto justifica a importância da transição digital para o eventual controlo e otimização inteligente do tráfego, permitindo uma condução mais eficiente; ou uma integração de sistemas inteligentes de GPS com o registo de dados individuais relacionados com o trânsito, a fim de modelar o percurso mais eficiente e atualizado; uma rede de transportes públicos com informação em tempo real sobre a rede; ou um sistema de pagamento digital e tempo de chegada, de atraso ou caso de avaria preciso (bitkom, 2020; Comissão Europeia, s.d.).

Os desafios numa transição acelerada para uma economia digital abrangem a necessidade de investimento em infraestruturas (como redes e sistemas de comunicações avançados), capacitação de pessoal, regulamentação que incentive a inovação sustentável que assegure o controlo dos potenciais impactos da indústria na poluição do ambiente, garantia do acesso às tecnologias e combate da exclusão, e de investimento privado em áreas como infraestruturas e habitação (Verdolini, 2023).

O investimento da UE na transição digital ocorre num contexto social específico marcado por disparidades quanto ao acesso às tecnologias e às competências digitais, por não se encontrarem uniformemente distribuídas pela sociedade. As discrepâncias no contexto digital são de igualmente notórias ao considerar-se o contingente de indivíduos que nunca usaram a internet, destacando-se regiões situadas nos países do Sul da Europa, como no Norte de Portugal com 17,8% (Eurostat, 2023).

Neste contexto, o investimento da UE na transição digital tem como objetivo colmatar as divergências e reduzir as desigualdades sociais, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso às infraestruturas digitais e que adquiram as competências digitais, a UE procura assim criar uma sociedade digital mais inclusiva e equitativa.

O investimento na transformação digital estimula a atividade económica, na medida em que cria emprego, o que se verificou num aumento de 30% a 34% do número de funcionários

em estabelecimentos com digitalização limitada e reforça a competitividade das indústrias europeias à escala global (Eurofound, s.d.). Por outro lado, a criação de mão de obra digitalmente qualificada é um aspeto fundamental na estratégia digital da UE, uma vez que investimentos substanciais na educação e programas de qualificação profissional têm assegurado que 72,4% das pessoas empregadas possuem formação em TIC. Isto é importante sobre a análise de que 90% dos empregos na Europa pedem pelo menos dos empregos nível básico de literacia digital (Comissão Europeia, 2022).

### **3.6. Modelo dos Países do Sul da Europa**

De acordo com Whiteford (2006), o grupo de países do Sul da Europa opõe-se relativamente ao modelo continental europeu, visto revelar uma inclinação para um regime a favor de políticas sociais.

O sistema que identifica este conjunto de países subsiste a mobilização de capital para o desenvolvimento e investimento (Amable, 2003). Este desmantela a existência de três regimes do Estado social fortemente defendida por Esping-Andersen (1990).

Os estados de bem-estar social devem ser compreendidas como parte dos processos de criação e distribuição de riqueza. Na base desses processos encontra-se as instituições que protegem os indivíduos das limitações que o capitalismo impõe, garantindo-lhes o acesso às necessidades fundamentais (Marshall, 1950).

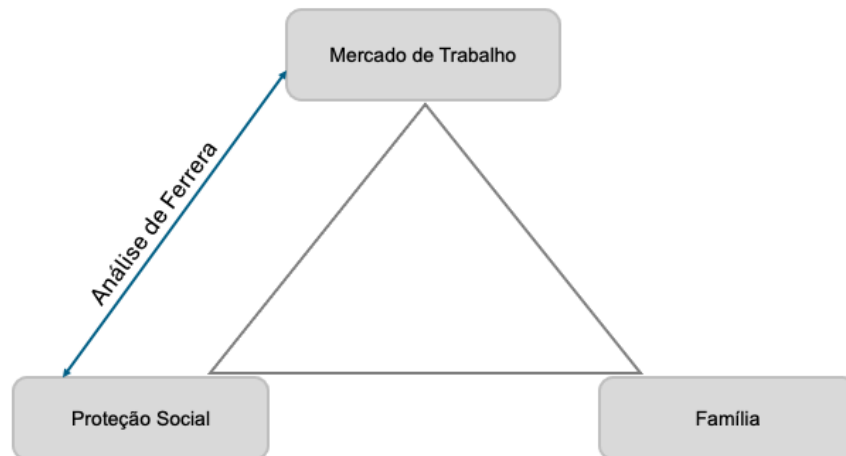
O conceito de modelo de *welfare* tornou-se num instrumento para a compreensão das políticas sociais que influenciam o funcionamento do mercado de trabalho e a dinâmica das estruturas sociais de um país (Adão e Silva, 2002).

A interação das características das sociedades da Europa do Sul é responsável pelo desenvolvimento do seu tecido social, que se reflete em duas dimensões, a proteção social - em termos de despesas com o sistema de segurança social que inclui as pensões e subsídios como o de desemprego e o de doença, bem como o apoio à habitação-, e o mercado de trabalho no que concerne os níveis de emprego e desemprego (Ferrera, 1996).

Apesar da abordagem de Ferrera não dedicar especial foco às questões de género e, conseqüentemente ao papel das mulheres na provisão do bem-estar social, Adão e Silva (2002) acrescenta uma terceira dimensão que se consubstancia num modelo de *welfare* com características distintas e focadas nas condições de vida da família, *i.e.*, tem por base

indicadores demográficos como a taxa de fertilidade e tamanho do agregado familiar. No entanto, esta tese foca-se apenas nas dimensões do mercado de trabalho e proteção social.

**Figura 3.6.1 Modelo dos Países do Sul da Europa, Adão e Silva (2002)**



Elaboração Própria

Os sistemas de saúde europeus dividem-se historicamente em dois grupos, quanto à sua forma de financiamento. O modelo Beveridgean, desenvolvido por William Beveridge, economista britânico, baseia-se no acesso universal aos cuidados de saúde e serviços médicos. Este, supõe que o Estado financia e presta cuidados de saúde por meio de um serviço público, acessível a todos. O Sistema Nacional de Saúde provém desta abordagem central de gestão e controlo pelo Estado (Abrahamson, 1999).

Por outro lado, o sistema continental denominado Bismarck prevê a existência de um seguro de saúde obrigatório financiado por contribuições dos empregadores e pelo próprio cidadão. Inaugurando o Estado providência, este sistema pauta-se por uma separação entre financiadores e os prestadores de cuidados de saúde, em que os trabalhadores descontam diretamente para um seguro e há liberalização do mercado para as entidades prestadoras (Abrahamson, 1999).

Os países do Sul da Europa (ou do Mediterrâneo) iniciaram os seus sistemas de segurança social mais tarde e têm um tipo de cobertura misto, (Sapir, 2006). A existência de sistema de rendimento fragmentado e corporativista, demonstra uma polarização interna marcada pelo sistema de segurança social, que resulta da prestação desigual de apoios à população, característico deste grupo de países (Ferrera, 1996).

Ferrera (1996), Petmesidou & Tsoulouvis (1994) especificam que o modelo dos países do Sul da Europa define-se como um sistema de manutenção da distribuição de rendimento altamente fragmentado e corporativo, dado o atraso no desenvolvimento de políticas sociais, nomeadamente a segurança social, elevados custos com os cuidados de saúde e a falta de promoção de emprego.

**Quadro 3.6.1 Despesas por função na Europa do Sul e na UE, em 2022**

Partição de despesas <sup>1</sup>	Grécia	Itália	Espanha	Portugal	UE
Despesas sociais em % PIB	19,0	21,9	18,8	17,5	19,5
Educação	7,2	7,2	9,2	9,8	9,5
Desemprego	1,1	1,8	3,4	1,9	2,4
Habituação	0,5	5,9	1,0	1,2	2,0
Exclusão Social	1,6	2,7	1,5	0,8	2,3

Fonte: Eurostat (2022)

É notável a diferença de prioridades deste grupo de países no que concerne ao bem-estar social, nomeadamente o gasto total em despesas sociais relativamente ao PIB, que é na generalidade dos casos inferior à média europeia.

A proporção de despesas na educação é particularmente elevada, comparativamente com a área da exclusão social, ficando aquém dos restantes países da Europa, nomeadamente a Bélgica que apresenta uma distribuição de 3,3%, França 2,3% e Dinamarca 2,9%.

<sup>1</sup> A partição apresenta-se relativamente ao peso percentual no total da despesa e não à percentagem no PIB.

Espanha destaca-se essencialmente por alocar uma proporção maior no combate ao desemprego.

Notavelmente, a Itália destaca-se com a maior proporção do PIB alocada para habitação, enquanto Portugal possui uma das proporções mais baixas. A educação é uma área comum de prioridade, com todos os países investindo uma parcela substancial de suas despesas sociais nesse setor.

A coesão constitui a principal política de investimento da UE, na medida em que apoia o crescimento económico, a criação de emprego, a competitividade das empresas, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (Parlamento Europeu, s.d.). O principal objetivo consiste em colmatar as disparidades territoriais e demográficas, de forma a promover a integração e desenvolvimento na Europa.

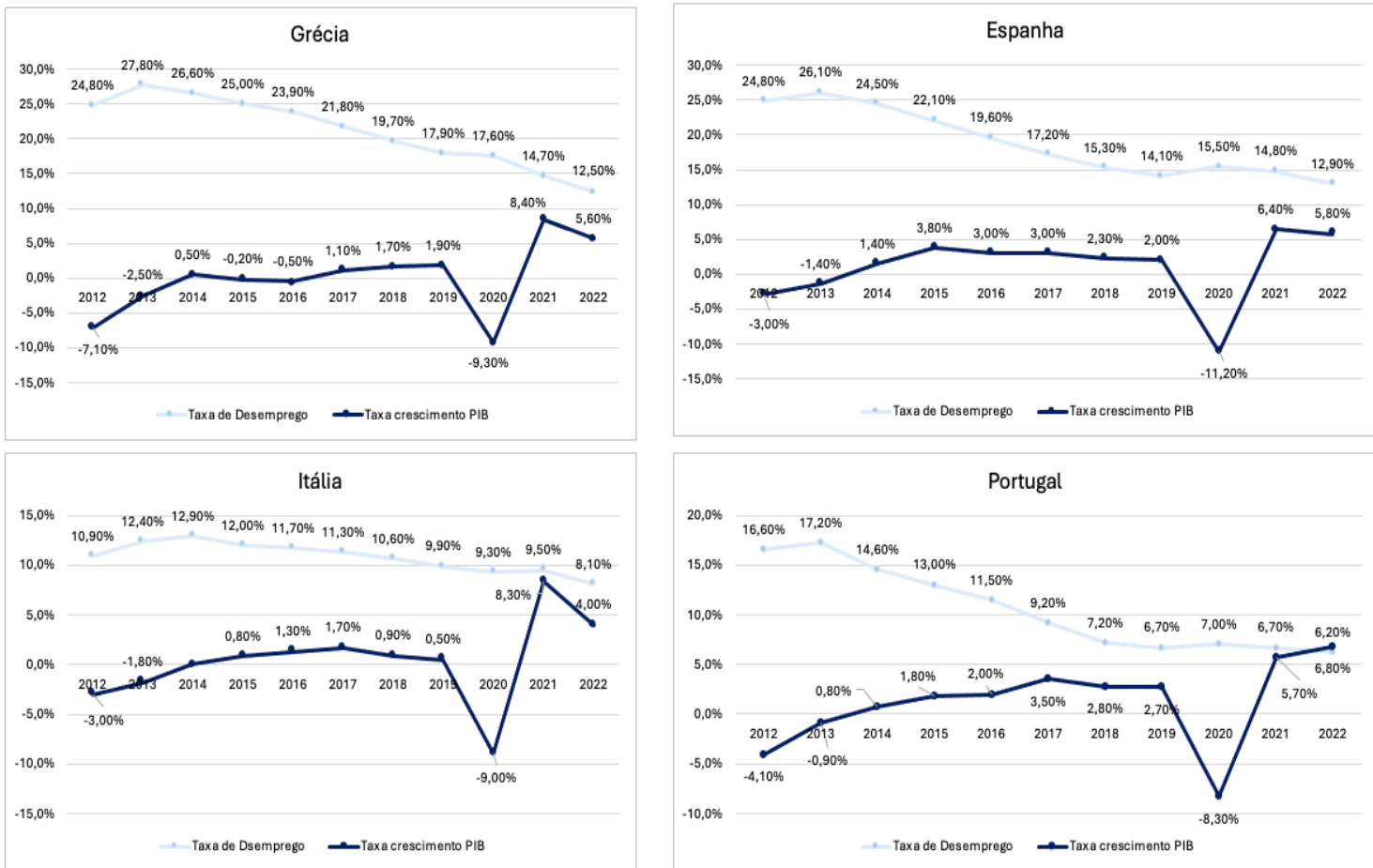
O QFP determina o financiamento disponível para a política de coesão, garantindo que os objetivos de crescimento e coesão da UE sejam alcançados. O princípio de solidariedade rege a atribuição de fundos para a política de coesão, de forma a atingir a igualdade social e transição justa, estabelecendo-se como um catalisador para o crescimento económico e social (Resolução do Parlamento Europeu 2022/2527(RSP)).

Ao determinar a coerência da causalidade apresentada pelos planos de recuperação económica apresentados por este grupo específico, são formulados padrões gerais sobre as suas condições económicas e sociais caracterizadas pelo elevado desemprego, maior taxa de pobreza ou exclusão social e desigualdades de rendimento.

A Figura 3.6.2 apresenta a evolução da taxa de crescimento do PIB e do desemprego entre 2012 e 2022 na Grécia, em Espanha, Itália e Portugal. O ritmo de crescimento destas economias está relacionado com o nível de desemprego, nos períodos de 2012 a 2014 e entre 2020 e 2021, verifica-se que o desemprego é acompanhado por uma desaceleração do crescimento das economias, o que leva a concluir que as condições de vida nestes países se agravaram.

O Índice de concentração de Gini, é um indicador que permite apresentar o quadro de distribuição de rendimento, que pode ser resumido através de uma medida permitindo a comparação entre países com diferentes dimensões demográficas (Sitthiyot & Holasut, 2020).

**Figura 3.6.2 Evolução das taxas de crescimento do PIB e do desemprego nos países do Sul da Europa**



Fonte: Eurostat (2022)

O índice não analisa adequadamente a cauda das distribuições, *i.e.*, é sensível a diferenças extremas do rendimento nos extremos superior e inferior da distribuição.

No entanto, o índice é robusto face a erros de arredondamento, o que significa que pequenas variações no rendimento não produzem impacto significativo no cálculo do coeficiente (Giorgi & Gigliarano, 2016).

Cowell & Victoria-Feser (1996) e Cowell & Flachaire (2007) analisaram as propriedades de uma vasta gama de índices de desigualdade, entre os quais o índice de Gini, e mostraram nas suas simulações que, embora este seja influenciado por condições extremas, é o mais conciso na avaliação das disparidades de uma população.

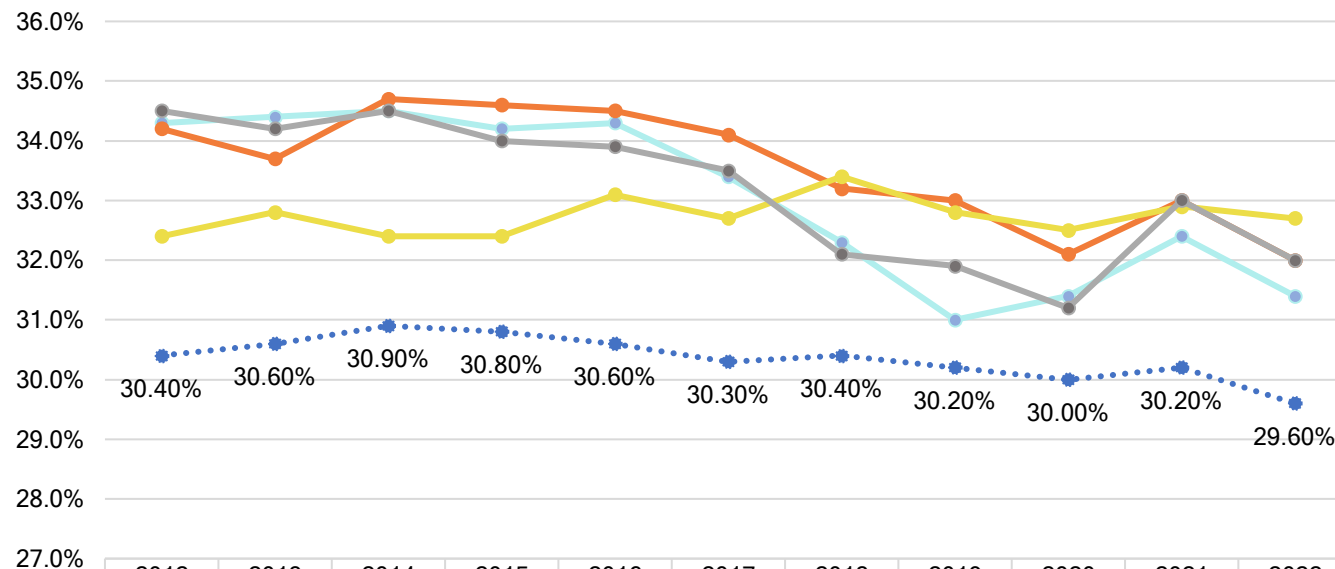
É um indicador que, numa fase inicial, teve aplicação direta e exclusiva à área das ciências socioeconómicas, tornou-se amplamente utilizado dada a facilidade de cálculo e análise é independente de outras variáveis, resulta da estatística descritiva, no que concerne o resumo e descrição do conjunto de dados (Farris, 2010).

Assim, para compreender as diferenças na desigualdade de rendimentos neste grupo de países europeus, o coeficiente de Gini torna-se útil para o efeito. No gráfico seguinte denota-se que a tendência de evolução do coeficiente é crescente no período de 2019 a 2021, Portugal e Espanha são os países com maiores valores deste indicador, ambos a 33% no ano 2021. Após um período de recuperação, observado em 2017, as desigualdades começaram a aumentar novamente em 2021.

O gráfico mostra que o grupo de países em análise se afastam da média da UE, como se verifica em 2014, a média europeia situa-se a 30,9%, os países do Sul da Europa apresentam valores muito superiores (Grécia 34,5%, Espanha 34,70%, Itália 32,4% e Portugal 34,5%).

Em 2022, Itália é o país com níveis mais elevados de desigualdade (32,70%), comparativamente com 2012, sofrendo uma variação de 0,3 pontos percentuais. As economias remanescentes mostraram uma evolução positiva, em que a desigualdade de rendimento é menor.

**Gráfico 3.1 Tendências do coeficiente de Gini nos países do Sul da Europa (2012-2022)**



	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
União Europeia - 27 países (desde 2020)	30.40%	30.60%	30.90%	30.80%	30.60%	30.30%	30.40%	30.20%	30.00%	30.20%	29.60%
Grécia	34.30%	34.40%	34.50%	34.20%	34.30%	33.40%	32.30%	31.00%	31.40%	32.40%	31.40%
Espanha	34.20%	33.70%	34.70%	34.60%	34.50%	34.10%	33.20%	33.00%	32.10%	33.00%	32.00%
Itália	32.40%	32.80%	32.40%	32.40%	33.10%	32.70%	33.40%	32.80%	32.50%	32.90%	32.70%
Portugal	34.50%	34.20%	34.50%	34.00%	33.90%	33.50%	32.10%	31.90%	31.20%	33.00%	32.00%

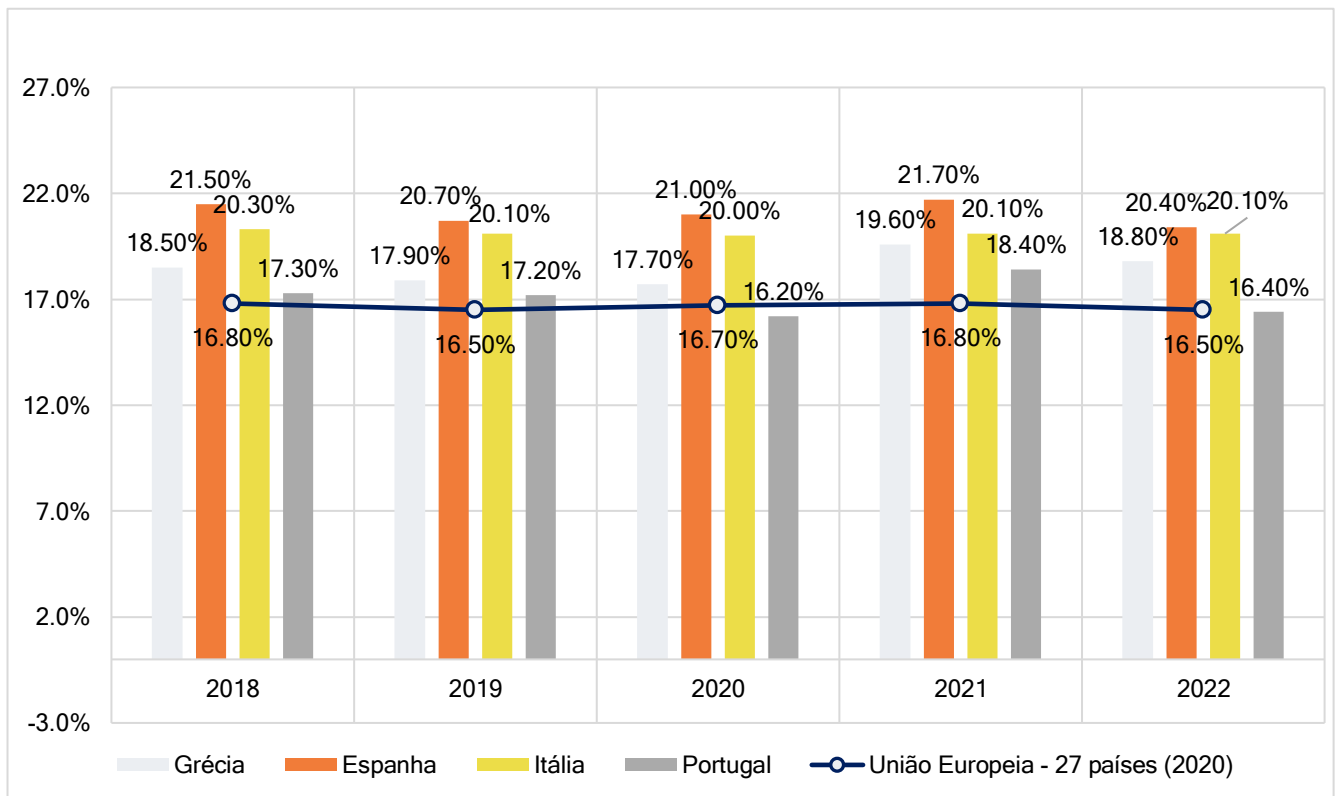
••••• União Europeia - 27 países (desde 2020)  
 —●— Grécia  
 —●— Espanha  
 —●— Itália  
 —●— Portugal

Fonte: Eurostat

Paralelamente ao aumento das desigualdades, é necessário uma análise sobre o risco de pobreza ou exclusão social. Os resultados revelam que na maioria dos países do Sul da Europa, a taxa de risco de pobreza diminuiu, ao contrário do que ocorre na Grécia que em 2018 apresenta 18,5% e aumenta 3p.p. em 2022.

Entre 2018 e 2021, o número de pessoas a viver com dificuldades extremas aumentou, em países como a Grécia, o indicador subiu 1,1p.p., em Espanha verificou-se uma variação de 0,2p.p., dando também sinais de crescimento em Portugal, uma variação de 6,4%. Por outro lado, os níveis de pobreza extrema diminuem em Itália, aproximadamente 1%.

**Gráfico 3.2 Taxa de risco de pobreza total (2018-2022)**



Fonte: Eurostat

As desigualdades de rendimento são muito acentuadas nos países do Sul da Europa, esta situação deve-se a várias causas, entre as quais se destacam o aumento do desemprego e a pobreza como fatores determinantes das desigualdades sociais. Esta situação produz impactos profundos na eficiência das economias nacionais e na sua capacidade de resiliência.

## **CAPÍTULO 4. METODOLOGIA**

### **4.1. Método**

Como foi anteriormente referido, o PRR resulta das negociações concretizadas no Conselho da União Europeia, no âmbito do funcionamento da União Europeia, adotando o instrumento de Recuperação da União Europeia para a constituição do regulamento sobre a aplicação do instrumento Next Generation EU, nomeadamente do MRR.

A resposta à questão geral de investigação- *Em que medida o PRR apresentado por cada país, dá resposta às necessidades de recuperação e resiliência dos países do Sul da Europa – Espanha e Portugal?* -, é baseada, assim, numa análise descritiva e comparativa, assentes em fontes primárias (os planos de recuperação e resiliência apresentados por estes países), em que a investigação é composta por uma investigação focada nas medidas propostas por parte de cada país do Sul da Europa – Espanha e Portugal, como soluções dos desafios presentes nos seus contextos socioeconómicos.

Desta forma, sendo o Regulamento (EU) 2021/241 do Parlamento e Conselho Europeus de 12 de fevereiro de 2021, a base legal do MRR, passa-se a incluir uma exposição clarificadora das principais medidas implementadas nos seus planos de recuperação e resiliência.

Com base neste cenário, primeiramente dá-se lugar à análise dos objetivos indicados nos planos de recuperação de cada país, dadas as suas prioridades económicas e sociais, destacando as principais metas na dimensão da resiliência deste mecanismo por meio do Next Generation EU.

Deste modo, o estudo sobre os atuais choques financeiros e económicos, ao mesmo tempo que a análise das estratégias e políticas que incidem na recuperação económica, social e financeira, atuam como pilar na análise e compreensão da eventual eficácia destes programas na capacidade de preparação dos Estados-Membros para a minimização dos impactos socioeconómicos da crise pandémica gerada pelo COVID-19 e na sua recuperação e aumento dos níveis de resiliência. Para a validação e sistematização da informação recolhida e dos resultados obtidos pelos dois países em estudo, a análise das reformas e investimentos nos planos de recuperação e resiliência dos mesmos torna-se mais coerente.

Tashakkori & Teddlie (2003) argumentam que ao analisar comparativamente diferentes fontes de dados, é possível obter complementaridade significativa no processo de inferência

na abordagem qualitativa de investigação. Desta forma, a compreensão ou explicação de um evento, designadamente o agrupamento de países, resulta da padronização evidenciada, por meio da correlação entre variáveis e indicadores (Campbell & Fiske, 1959).

Nesta dissertação optou-se por uma metodologia de natureza mista, quantitativa e qualitativa, pelo que se explora essencialmente uma técnica de recolha de dados: a pesquisa documental.

Esta abordagem mista permite o estudo de um fenómeno social com diferentes perspetivas, segundo Denzin (1978) os resultados qualitativos e quantitativos podem divergir, mas, uma vez, reunidos criam *insights* únicos e essenciais, resultando na sua complementaridade (Brannen, 2005).

A triangulação é referida por Patton (2002) como o uso de diversos procedimentos no estudo de um problema, relativamente à aplicação conjunta dos métodos quantitativo e qualitativo, onde a análise, a inferência e comparação de múltiplos dados, resultam na sua complementaridade no estudo de um fenómeno, permitindo assegurar a compreensão do fenómeno em causa, o mecanismo de recuperação como instrumento financeiro e solução de resposta aos choques económicos.

A lógica de múltiplos métodos está intrinsecamente associada com a existência de convergência e complementaridade mútua, não obstante de se caracterizarem limitados, a obtenção de resultados é válida e desenvolvida com base na resolução da questão de partida de toda a investigação (Chang, Kauffman & Kwon, 2014).

Logo, o método gera diversas informações que se interagem por forma da triangulação, convergindo numa análise comparativa, implicando a interpretação de dados quantitativos e qualitativos. Portanto, os métodos mistos, quando integrados nas ciências sociais, fazem uso de abordagens qualitativas na explicação de dados quantitativo (Ozawa & Pongpirul, 2014).

Assim, uma abordagem qualitativa pressupõe a recolha de dados provenientes de observações, foco num grupo, com a finalidade da análise consistir na indexação da abstração de conceitos (*i.e.*, organização da informação) induzidos pela sua interpretação e compreensão.

Primeiramente a pesquisa geral conduziu a um número elevado de resultados, pelos quais foram reduzidos estabelecendo critérios de procura na consecução de um número viável de

fontes. Posteriormente procedeu-se à análise criteriosa das instâncias do Next Generation EU no estabelecimento de comparações entre os planos de Portugal e Espanha, compreendendo a relação do que é fulcral para União Europeia e as necessidades de cada um destes países dado os seus contextos económicos e sociais.

#### **4.2. Dados e Fontes de Informação**

A investigação encontra-se assente na problemática sobre a importância do plano de recuperação e resiliência para enfrentar os desafios sociais e económicos futuros, causados pela crise pandémica do COVID-19.

Para a fundamentação do tema em estudo foi feita uma recolha de documentos técnicos, normas legais que abrangessem os planos de recuperação e resiliência, foi importante a divulgação de dados estatísticos para a compreensão do contexto dos dois países e da Europa, em geral. Os dados fornecidos pelo Banco Central Europeu foram importantes para a tomada de decisão quanto a políticas monetárias de compra de dívida soberana para a criação do instrumento Next Generation EU.

As bases de dados oficiais e relatórios estatísticos possibilitaram a comparação dos indicadores socioeconómicos, económicos e políticas sociais pelos dois países, em que o portal Eurostat, World Bank e OCDE serviram como fontes oficiais de informação estatística. Foi igualmente necessário a pesquisa em repositórios online, revistas e jornais científicos para reforçar a compreensão dos temas em análise.

Os pilares do PRR convergem no sentido de alcançar uma eficiência quanto ao crescimento económico, a nível da produtividade, desenvolvimento do tecido empresarial - tanto a nível de competitividade, como quanto à resposta abrangente e inclusiva -, particularmente na construção de políticas focadas nas necessidades dos cidadãos, em especial na educação, saúde e proteção social, em que os domínios de intervenção do mecanismo que serão alvo de investigação, corresponde com o crescimento inclusivo, com criação de emprego, resiliência social e políticas para a qualificação da população jovem e aquisição de competências (Catroga, 2020; Pedro, 2021).

As medidas procuradas nos planos de Espanha e Portugal são designadamente política de emprego e coesão social, sistema de proteção social, combate à pobreza, educação e formação, desenvolvimento de competências, aliciar os jovens para que não abandonem o ensino e promover o ensino superior e qualificação profissional.

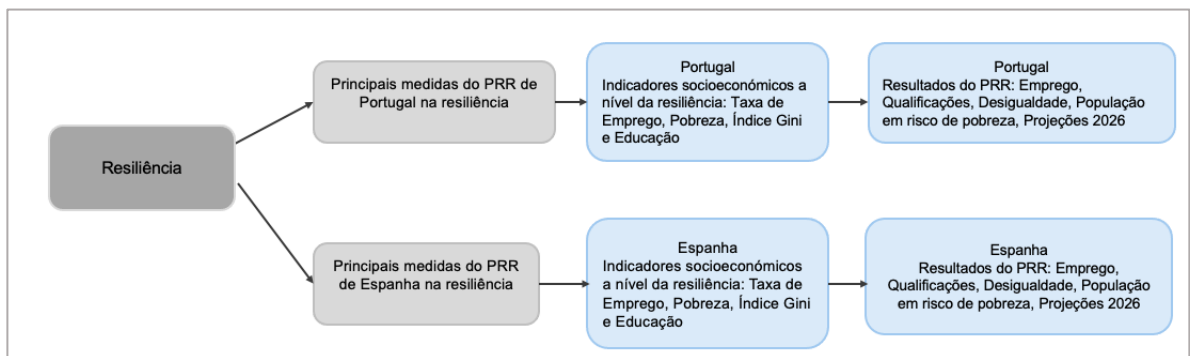
Deste modo, a análise foi conseguida através das metas de estabilização da taxa de emprego, a percentagem de população em risco de pobreza ou riqueza extrema, nível de educação e qualificação da população e as desigualdades sociais.

Assim, a análise central e operacional por detrás da investigação e que orienta todo o trabalho de estudo das medidas a serem implementadas pelos dois países, baseia-se nos seus planos de recuperação e resiliência, alicerçados na resiliência (vide Figura 4.1).

Para a análise e comparação das medidas implementadas por cada país, foram utilizadas como fontes de informação compilada pela Comissão Europeia, relativamente ao instrumento temporário Next Generation EU, e sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e o Quadro Financeiro Plurianual.

Esta dissertação teve como objetivo principal a análise dos potenciais efeitos colaterais da crise pandémica sobre os países do Sul da Europa, designadamente Portugal e Espanha. Para tal, necessitou-se de uma fundamentação de fontes de investigação e de dados, pesquisas e referências bibliográficas que proporcionassem perceber os contextos socioeconómicos dos dois países.

**Figura 4.1 Racional da proposta de investigação**



Fonte: Elaboração Própria

## **CAPÍTULO 5. APLICAÇÃO EMPÍRICA**

Durante os capítulos anteriores apresentou-se a importância de se compreender em que medida o PRR apresentado por cada país dá resposta às necessidades da recuperação e resiliência dos países do Sul da Europa, nomeadamente Portugal e Espanha. Deste modo, este capítulo destina-se à componente empírica do estudo, no qual serão apresentados o PRR de Portugal e Espanha e os respetivos pilares, e descritas as suas principais componentes que procuram colmatar as desigualdades socioeconómicas. Posto isto, procura-se realizar uma comparação entre ambos os países.

### **5.1. Plano de Recuperação e Resiliência de Espanha**

O plano de recuperação de Espanha (*Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia*) é visto como uma oportunidade única de investimentos e reformas estruturais na transformação da economia espanhola, através da mobilização de 69,5 mil milhões de euros até 2026 (BBVA, 2022). Mais concretamente, o plano de Espanha é dividido em quatro eixos transversais: transição climática, transformação digital, coesão territorial e social, e igualdade de género (cf. Quadro Resumo 1, Anexos).

O *Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia* apresenta 30 componentes integradas em 10 pilares (cf. Anexo I.), porém o foco do presente trabalho reside na análise da resiliência, incluindo componentes que direta e indiretamente estejam afetas à mesma:

#### **Pilar 1 - Agenda urbana, rural, desenvolvimento da agricultura e combate à desertificação**

- **Componente 2 - Plano de reabilitação habitacional e renovação urbana**

- i. Desenvolvimento e aplicação de medidas com a criação da Agenda Urbana espanhola, documento estratégico que incorpora a sustentabilidade no domínio da política de desenvolvimento urbano e equitativo, justo e sustentável, que incluirá um quadro estratégico estruturado em torno da demografia e de aspetos económicos e sociais;
- ii. Desenvolvimento de um programa de apoio a projetos-piloto que aprove, pelo menos, 100 planos de ação locais da Agenda Urbana que abordem desafios como incentivar a coesão social e igualdade, assegurar o acesso à habitação, revitalizar as cidades, com vista a

- melhorar a qualidade de vida dos habitantes e a promover o desenvolvimento económico e social;
- iii. Renovação dos edifícios da AP, financiamento de áreas identificadas para melhoria, incluindo a nova tributação favorável à renovação no sector residencial, promoção e mobilização do financiamento privado, ativação e agregação da procura de reabilitação urbana;
  - iv. Melhoria das condições do lado da oferta, promovendo a modernização do sector da reabilitação urbana, por meio da investigação, do desenvolvimento e da inovação, digitalização, do reforço e acompanhamento das competências e da formação;
  - v. Aplicar através Lei da habitação, instrumentos públicos de planeamento, programação e colaboração no direito a uma habitação digna e adequada a fim de melhorar a qualidade de vida, incidindo na regeneração e renovação das áreas residenciais;
  - vi. Aumentar a oferta de habitação por arrendamento, através de um enquadramento legal que vá ao encontro do direito a habitação digna;
  - vii. Facilitar e melhorar o acesso a financiamento na renovação dos edifícios, estabelecendo o “Instituto de Crédito Oficial” para cobrir parcialmente o risco de empréstimos concedidos por instituições financeiras privadas para a renovação de edifícios residenciais.

#### **Pilar 4 – Administração Pública para o século XXI**

- **Componente 11- Modernização da Administração Pública**

- i. Reforma da contratação de funcionários públicos que promova a redução para um nível inferior a 8% da contratação de trabalho a termo certo ou incerto, através de atualização da natureza temporária dos contratos de trabalho na função pública, reforçando as capacidades e qualificações dos trabalhadores;
- ii. Implementação de medidas reguladoras da gestão de recursos humanos baseado nas competências, que vise atrair e reter talento através da articulação de um percurso profissional que evite a rotatividade excessiva, e seja orientado para os resultados;

- iii. Otimização do recrutamento de recursos humanos na função pública, garantindo aplicação dos princípios de igualdade, mérito e capacidades, tornando os processos de seleção mais transparentes;
- iv. Adaptação e melhoria do serviço público da justiça para torná-la mais acessível e eficiente, tornando-a digital e sustentável, para tal a melhoria da eficiência e celeridade processual;
- v. Assegurar governação económica com vista a adaptação da regulação das transações entre agentes económicos mediante a modernização institucional, transformação digital dos processos e reforço da proteção aos consumidores;
- vi. Oferta de um mecanismo eficiente de resolução de reclamações contra instituições financeiras, por meio da modernização dos procedimentos de supervisão do sector financeiro e de auditoria;
- vii. Impulsionar a contratação pública de forma coordenada, em matéria de melhoria dos sistemas de informação, a fim de dispor dados com melhor qualidade, acompanhamento e análise.

## **Pilar 5 – Modernização e digitalização da indústria e PME**

### **• Componente 13- Fomentar o crescimento das PME**

- i. Garantir uma regulação mais adequada que facilite a criação de empresas, reduzindo o mínimo de capital necessário, e o acesso a financiamento, por meio do reforço de plataformas de financiamento colaborativo e de outros instrumentos de financiamento público, e da eliminação de barreiras no acesso e execução das atividades económicas;
- ii. Reforço do funcionamento do mercado interno de Espanha e impulsionando a produtividade através da digitalização, inovação e internacionalização empresarial;
- iii. Apoio ao crescimento das PME através da criação de regulamentação, no sentido de incentivar o apoio financeiro na captação de competências empreendedoras incluindo a qualificação e requalificação profissional em consonância com as prioridades da UE;

- iv. Criação do fundo NEXT-TECH que suporta a criação e a expansão de start-ups em fase de arranque apliquem tecnologias disruptivas em grande escala, que identifique incentivos fiscais para a promoção da criação e atração de talentos e que defina medidas para o estímulo aos investidores;
  - v. Alteração da Lei 14/2013<sup>2</sup>, de 27 de setembro, no sentido de regular as condições de entrada e residência em Espanha para cidadãos de países subdesenvolvidos, que não sejam Estados-Membros da UE, a fim de facilitar a sua contratação em emprego de elevado nível de qualificação;
  - vi. Reforçar as capacidades e os instrumentos de exportações, internacionalização e investimento estrangeiro, por meio de programas como o VIVES destinado a prestar apoio financeiro no recrutamento de estagiários em empresas exportadoras, e de acompanhamento personalizado destinado a internacionalizar PME.
- **Componente 15 - Conectividade digital, cibersegurança e instalação da rede 5G**
    - i. Garantia da conectividade em território nacional, através da liderança da implementação de redes e serviços baseados em tecnologia 5G, de modo a posicionar Espanha como *hub* internacional de infraestruturas em matéria de cibersegurança;
    - ii. Reforma das telecomunicações em Espanha através do alinhamento das leis e regulamentos nacionais com as diretrizes estabelecidas no quadro normativo da UE em relação às telecomunicações;
    - iii. Desenvolvimento e implementação de melhores práticas no aumento da capacidade das redes 5G, com vista a oferta de serviços de telecomunicações que garantam uma conectividade eficiente e de alta qualidade;
    - iv. Alinhar o sector das telecomunicações com a coesão económica, social e territorial, colmatando as lacunas digitais, através do

---

<sup>2</sup> Lei de apoio ao empreendedorismo e à internacionalização de empresas sediadas em Espanha, de modo a atrair investimento estrangeiro para o país. Visa simplificar os procedimentos administrativos quanto ao acesso a financiamento, incentivos fiscais, de modo a promover a competitividade do tecido empresarial espanhol.

- fornecimento de vales para pessoas ou famílias vulneráveis para financiar pacotes de ligação de banda larga;
- v. Extensão de uma banda larga mais rápida, com uma maior velocidade e de modo a atingir uma total cobertura à população espanhola, reforço das capacidades de cibersegurança dos cidadãos e PME através da dotação e desenvolvimento das competências e aquisição de experiência na área;
  - vi. Adaptação, gestão e atualização das infraestruturas para telecomunicações presentes em edifícios, realizadas em coordenação com câmaras municipais e comunidades autónomas, com vista a uma otimização e uso sustentável da rede;
  - vii. Melhoria na conectividade das infraestruturas digitais transfronteiriças, tanto através da participação de empresas espanholas em consórcios europeus no financiamento da interconexão de cabos submarinos, e por meio da participação em projetos de investigação e desenvolvimento de sistemas satélite e outras tecnologias emergentes no sector das telecomunicações;
  - viii. Fortalecimento, dotação de competências e ações de sensibilização a nível da cibersegurança tanto aos cidadãos, como às empresas na utilização diária de tecnologias digitais;
  - ix. Integração da 5G no sector do transporte, na rede móvel e atividades económicas e serviços como a educação e saúde, e fomento de ecossistemas de investigação, desenvolvimento, inovação e empreendedorismo em torno das redes 5G, 6G e cibersegurança.

## **Pilar 6 – Promoção da ciência e inovação e fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde**

- **Componente 17 - Reforma institucional e reforço das capacidades do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação**
  - i. Modernização e melhoria das estruturas e processos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e inovação no país, por meio da atualização de políticas e regulamentos para reter e atrair talento às profissões nas áreas da ciência e tecnologia;

- ii. Fornecimento, melhoria e atualização do equipamento científico e técnico em organizações públicas e privadas, de forma a facilitar a investigação de qualidade e promover o desenvolvimento de atividades de investigação e altamente competitivas, contribuindo para o desenvolvimento regional;
  - iii. Financiamento a consórcios público-privados e a grupos de investigadores cujas linhas de ação estratégicas contribuam para a recuperação da crise, na competitividade das empresas espanholas no contexto internacional;
  - iv. Aquisição de serviços de investigação e desenvolvimento que respondam aos desafios globais e simultaneamente que consolide e melhore as infraestruturas de investigação da AP, através de investimento em start-ups tecnológicas para que desenvolvam protótipos de produtos ou serviços tecnologicamente inovadores, facilitando a sua entrada no mercado;
  - v. Impulsionar a transferência de conhecimento através da estimulação da criação de novas empresas de base tecnológica e de colaboração entre instituições públicas ou privadas existentes no sector tecnológico aumentando assim a competitividade do tecido empresarial;
  - vi. Financiamento da investigação em áreas da saúde como o envelhecimento, doenças infecciosas, medicamentos de terapias avançadas na genética, com vista a impulsionar a investigação biomédica e a desenvolver soluções inovadoras para a população espanhola;
  - vii. Investimento em projetos de investigação e desenvolvimento de tecnologias relacionadas com o sector automóvel sustentável, articulado com projetos empresariais na área de sistemas de IA, de modo a desenvolver um sistema de mobilidade de alta eficiência baseado em hidrogénio, condução autónoma e segura com integração de sistemas avançados de assistência ao condutor.
- **Componente 18 - Renovação e expansão das capacidades do Sistema Nacional de Saúde**
    - i. Tornar o sistema nacional de saúde mais resiliente na resposta a desafios emergentes, nomeadamente o envelhecimento da população, prevalência de doenças crónicas, garantia de atendimento equitativo e centrado nas pessoas e retenção de profissionais qualificados;

- ii. Aumento da capacidade de resposta a crises sanitárias como a pandemia COVID-19, por meio do desenvolvimento de um sistema de informação da saúde pública que facilite a vigilância entomológica nacional;
- iii. Criação de base legal para a universalidade, a equidade e a coesão do sistema nacional de saúde, de forma a assegurar o acesso de todos aos cuidados de saúde e a coordenação entre autoridades sanitárias e sociais, com o intuito de proporcionar uma extensão da carteira comum de serviços públicos de saúde;
- iv. Melhoria do sistema de avaliação de medicamentos e dispositivos médicos para promover uma estimativa mais precisa de sua eficácia quanto ao custo, minimizando a incerteza clínica associada a novos medicamentos;
- v. Adaptação da regulamentação na melhoria do desenvolvimento e inovação na indústria farmacêutica, através da implementação de políticas que facilitem os procedimentos na aprovação de ensaios clínicos e promoção de parcerias público-privadas na investigação e inovação;
- vi. Criação de um *Data Lake* direcionado para a saúde, *i. e.*, um repositório de dados que integra IA no armazenamento, processamento e análise de grandes quantidades de informação provenientes de diversas fontes e dispositivos, com o intuito de fornecer uma análise massiva dos dados para uma resposta em tempo real na identificação e melhoria do diagnóstico e tratamento, análise de padrões, identificação e previsão de situações de risco sanitário, planeamento, alocação de recursos no atendimento a pacientes (agendamento de consultas, gestão do fluxo de pacientes).

## **Pilar 7 – Educação, conhecimento, formação ao longo da vida e desenvolvimento de capacidades**

### **• Componente 19 - Plano Nacional para competências digitais**

- i. Disponibilizar programas de formação em competências digitais, assegurando a inclusão digital, *i.e.*, para que todas as pessoas possam acompanhar o processo de transição digital;
- ii. Reduzir a disparidade de género no sector das tecnologias, aumentando a representação das mulheres em áreas especializadas de

TIC, que atualmente é de apenas 16,2%, através de programas de incentivo para que mais mulheres optem por cursos do ensino superior ligados a áreas científicas e tecnológicas,

- iii. Melhoria do nível de competências digitais da população, antevendo a criação de uma rede de centros de apoio à formação em competências digitais básicas, ações de inclusão destinadas a capacitar os idosos ou facilitar a formação a crianças vulneráveis, com o intuito de aumentar a literacia digital na população espanhola;
- iv. Formação para a cidadania digital, incluindo outras iniciativas como atividades destinadas à programação e à robótica, sem distinção de género ou idade;
- v. Otimizar o acesso à aprendizagem digital através da disponibilização de dispositivos portáteis a, pelo menos, 300.000 alunos de grupos vulneráveis em escolas públicas, da instalação, da atualização e manutenção dos sistemas digitais interativos, no mínimo, em 240.000 salas de aula, e da formação de 700.000 docentes através de uma ferramenta digital de gestão da acreditação para competências profissionais adquiridas;
- vi. Oferta de programas de formação digital em áreas demográficas prioritárias, destinadas a idosos, mulheres, crianças e jovens, que incluem desenvolvimento de competências em áreas tecnológicas digitais, como a programação e a robótica;
- vii. Adaptar a oferta de formação profissional existente em competências digitais avançadas, atrair e reter talentos em áreas como IA e cibersegurança, através de formações especiais de 20.000 peritos em tecnologias e financiamento de bolsas de estudo em áreas tecnológicas.

- **Componente 20 - Plano estratégico para a formação profissional**

- i. Adaptar a formação a diferentes perfis profissionais, contendo elementos que permitam o empreendedorismo, atualização de conhecimentos e competências e, em última instância tornar o processo de aprendizagem contínuo;

- ii. Adoção e aplicação do plano de modernização da formação profissional, de forma a responder ao mercado de trabalho que exige habilitações superiores e assegurar que a formação e as qualificações profissionais aumentem a taxa de empregabilidade;
- iii. Formação modular de aperfeiçoamento e requalificação para trabalhadores e desempregados, proporcionando uma ação de formação em competências prospetivas, emergentes, em rápida evolução e que impulsionem a criação de emprego;
- iv. Avaliação e acreditação formal das competências profissionais adquiridas através de experiência profissional e de formação não formal, de forma a assegurar o reconhecimento formal das competências existentes e proporcionar o acesso à formação contínua e novas qualificações;
- v. Garantir que pelo menos 300.000 trabalhadores obtenham formação digital para progredirem profissionalmente e adquirirem competências mais avançadas;
- vi. Disponibilizar a zonas rurais e em risco de despovoamento, ações de formação com o intuito de oferecer novas oportunidades de aprendizagem e criação de emprego;
- vii. Assegurar a qualidade do sistema de ensino através do cultivo de competências técnicas, profissionais e pedagógicas em ações de formação orientadas para os docentes;
- viii. Conversão de 600 salas de aula em espaços tecnológicos que recriem ambientes de trabalho, facilitando acesso a recursos digitais pelos alunos;
- ix. Criação de salas de aula empreendedoras em centros de formação profissional, integrando o empreendedorismo como unidade curricular central dos planos de estudo, oferecendo aos estudantes os princípios práticos de criação de uma empresa;
- x. Aumentar a oferta global de formação profissional, distribuindo 135.000 novos espaços de acordo com as lacunas regionais e locais,

promovendo a comunicação de uma língua estrangeira e satisfazendo a procura do mercado de trabalho.

- **Componente 21 - Modernização e digitalização do sistema de ensino**

- i. Introdução de novas técnicas de ensino e aprendizagem para um sistema mais flexível e inclusivo, *i.e.*, mais adaptado às necessidades de cada aluno;
- ii. No ensino e cuidados na infância aumentar progressivamente a inscrição, centrando-se na atribuição de prioridade à disponibilização de novos lugares públicos para as crianças, entre os 0 e 3 anos, em zonas com maior risco de pobreza ou exclusão social e em zonas rurais;
- iii. No ensino básico e secundário, melhorar os resultados escolares através da redução do abandono escolar precoce e das elevadas taxas de repetição, via apoio adicional aos alunos com fraco desempenho;
- iv. Modernizar o sistema universitário adaptando a organização dos cursos às necessidades atuais, melhorando a relevância do ensino superior para o mercado de trabalho, com vista a aumentar o acesso ao ensino universitário e melhorar a sua acessibilidade;
- v. Adoção de um decreto-lei para reformar a organização dos cursos universitários e garantir a sua qualidade e relevância para o mercado de trabalho, fomentando, para o efeito, a cooperação entre empresas e universidades em programas de licenciaturas e mestrados;
- vi. Assegurar a qualidade das instituições universitárias e dotando-as de uma oferta académica mínima e com a possibilidade de especialização, através da criação, do reconhecimento, da autorização e acreditação das universidades;
- vii. Aumentar as oportunidades para toda a população na educação e formação, melhorando os resultados escolares e a deteção precoce de dificuldades e reforçando a capacidade inclusiva do sistema educacional, através do desenvolvimento da profissão docente, regulamentação do reconhecimento e validação de certificados;

- viii. Criação de regulamentação sobre a educação por forma a abranger um currículo baseado nas competências-chave, mais flexível que promove a aprendizagem através de metodologias ativas e cooperativas, focada nos valores cívicos, no desenvolvimento de pensamento crítico e resolução de problemas e na aquisição de competências digitais;
- ix. Implementação de um programa de orientação, progresso e enriquecimento educativo (PROA+), que promova a integração dos alunos com necessidades especiais através de plano de acompanhamento que avalie a evolução em 10 anos desses estudantes, e com o fim de garantir as condições mínimas de educação;
- x. Estabelecimento de acordos com autoridades regionais para o fornecimento de recursos adicionais às escolas que tenham alunos inscritos com necessidades especiais.

## **Pilar 8 – A nova economia de cuidados de saúde e políticas de emprego**

- **Componente 22 - Plano de emergência para o cuidado de saúde e de políticas de inclusão**
  - i. Modernização e reforço dos serviços sociais e das políticas de inclusão social, com o objetivo de dar resposta ao aumento da procura de diferentes serviços de cuidados continuados devido ao envelhecimento da população;
  - ii. Fortalecimento do sistema público de serviços sociais através da adoção de legislação que proporcione um conjunto de serviços comuns e normas para a prestação em todo o território espanhol e que contribua para reduzir as disparidades e desigualdades relacionadas com a qualidade da prestação de serviços;
  - iii. Coordenação interna e com outros sistemas de proteção social, *i.e.*, educação, saúde, justiça, habitação e planeamento urbano, e emprego, promovendo a inovação e melhoria das competências dos trabalhadores dos serviços sociais e criação de um sistema de informação para a gestão dos serviços;

- iv. Estabelecimento de princípios e objetivos comuns para assegurar a redução das desigualdades e uma maior proteção às famílias com necessidades especiais ou em situações vulneráveis, em risco de pobreza ou exclusão social, estabelecendo coerência e complementaridade com outras políticas públicas, como a fiscalidade;
- v. Aprovação do novo regime do rendimento vital mínimo - “*Ingreso Mínimo Vital*”<sup>3</sup>”, estabelecendo-se como principal apoio na prevenção do risco de pobreza e exclusão social, inserindo-se no sistema de prestações financeiras não contributivas, a fim de melhorar a eficácia e eficiência no apoio ao rendimento e, assim, promover a integração socioeconómica;
- vi. Investimento em novas tecnologias para melhoria da eficácia de resposta dos serviços sociais, com menores tempos de espera e da sua qualidade quanto aos resultados das intervenções;
- vii. Introdução de ferramentas tecnológicas para a melhoria dos sistemas de gestão e de informação dos serviços sociais, de forma a centralizar a informação disponível nas administrações regionais e nacionais, permitindo a interoperabilidade com outros sistemas- emprego e saúde-, e a centralização da informação dos cuidados disponíveis e a gestão dos variados programas orçamentais dos serviços sociais;
- viii. Formação do pessoal do sistema público de serviços sociais na utilização, aplicação e gestão dos sistemas tecnológicos de informação;
- ix. Melhoria das infraestruturas residenciais e dos serviços e dos centros de acolhimento a crianças, proporcionando uma melhor resposta às necessidades emocionais, pessoais, educativas e profissionais.

---

<sup>3</sup> O “*Ingreso Mínimo Vital*” serve para combater a pobreza e proteger os cidadãos nas faixas etárias em situação de vulnerabilidade social e económica e que carecem de recursos económicos. Funciona como um benefício mensal, permitindo a transição de uma situação de exclusão social para a integração e participação na sociedade (Seguridad Social, 2021).

- **Componente 23 - Novas políticas públicas para um mercado de trabalho dinâmico, resiliente e inclusivo**
  - i. Reforma do mercado de trabalho espanhol, a fim de o adaptar à realidade e às necessidades atuais e de modo a permitir corrigir deficiências estruturais, a elevada taxa de desemprego estrutural e de desemprego jovem, o carácter temporário da contratação de trabalhadores, a baixa taxa de emprego e desinvestimento no capital humano;
  - ii. Alteração ao estatuto relativo aos contratos de trabalho, com o objetivo de generalizar a utilização de contratos por tempo indeterminado, através da simplificação e reorganização do novo tipo de contratos que limita as causas válidas da aplicação de contratos temporários e que controla a utilização de contratos a tempo parcial, evitando horários de trabalho irregulares;
  - iii. Revisão da utilização de contrato de formação ou aprendizagem, a fim de proporcionar um quadro adequado para a entrada dos jovens no mercado de trabalho e, simultaneamente de oferecer formação em contexto laboral, sob a forma de seminários escolares a jovens com idades compreendidas entre 16 e 29 anos;
  - iv. Oferta do programa “*Primera experiencia profesional*” na AP, como experiência profissional inicial no sector público aos jovens desempregados que tenham concluído o seu ensino formal, possibilitando a aquisição de competências sociais e laborais;
  - v. Lançamento do programa “*Investigo*” que abrange o recrutamento de jovens investigadores por organismos públicos de investigação, universidades públicas, centros tecnológicos e outras entidades públicas e privadas com projetos de investigação em curso;
  - vi. Modernizar a execução de políticas ativas do mercado de trabalho em Espanha, tendo em conta o desenvolvimento de percursos individuais de aconselhamento, o reforço do sistema de educação de adultos e o reconhecimento de competências, através de uma melhor

- coordenação entre os serviços sociais e o emprego e colaboração com o sector privado;
- vii. Alargar a proteção contra o desemprego, colmatando lacunas que existem no atual sistema e facilitando a transição para a proteção social quando o beneficiário não regressa ao trabalho numa situação vulnerável;
  - viii. Simplificação do sistema de incentivos à contratação e aumento da sua eficácia através de uma melhor orientação, especificamente que melhore a empregabilidade de grupos com baixa participação no mercado de trabalho e promovendo empregos de qualidade e contratos permanentes;
  - ix. Lançamento de projetos territoriais para desempregados de longa duração, seguindo itinerários individualizados de ações como a orientação e acompanhamento, bolsas de formação e conciliação, programas de ajuda à contratação e acompanhamento na manutenção do emprego;
  - x. Consolidação de entidades inovadoras da economia social com impacto na renovação geracional e no empreendedorismo dos jovens, digitalização das empresas da economia social através da criação de plataformas digitais destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos das zonas rurais e estabelecer ligação em rede de cooperativas, empresas e de outro tipo de entidades com o intuito de capacitação técnica e profissional dos membros dessas organizações de modo a oferecer novos serviços globais à sociedade.

É de salientar que o pilar 10 reforma do sistema tributário não apresenta qualquer montante atribuído (Governo de Espanha, 2021). Isto porque, as medidas incluídas já estavam a ser analisadas e postas em prática anteriormente à formulação do PRR e da crise pandémica.

Tendo em conta que as medidas relacionadas à prevenção e combate à fraude fiscal estavam em vigor antes da crise pandémica do COVID-19 e demonstraram eficácia, é a principal razão para não incluir financiamento adicional para essas medidas específicas no PRR (La Moncloa, 2021).

## **5.2. Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal**

O financiamento previsto para o plano de Portugal apresenta o valor total de 16,644 mil milhões de euros, em que 14 mil milhões correspondem a subvenções e 2,7 mil milhões de euros em empréstimos, caracteriza-se como uma oportunidade da revitalização e estabilização da economia, proeminente na dinâmica das finanças públicas, reformas estruturais e conjunto de investimentos (Parlamento Europeu, 2022d).

A missão “Recuperar Portugal” foi criada na Resolução do Conselho de Ministros, com os objetivos de negociar, contratualizar e monitorizar a execução do PRR, assegurando o cumprimento da regulamentação nacional e comunitária na execução das reformas e investimentos inseridos no plano português e o cumprimento integral das recomendações da Comissão Europeia (Recuperar Portugal, s.d.).

O reforço da coesão social e económica do país é a resposta para a estabilização socioeconómica, necessária à recuperação do crescimento da economia portuguesa. Nesse sentido, cerca de 67% dos investimentos previstos no PRR nacional integram a dimensão da resiliência. Esta dimensão abrange um conjunto de objetivos estratégicos focados no crescimento eficiente e redução das vulnerabilidades sociais (Abreu Advogados, 2021). Tal implica a manutenção e criação de emprego, melhoria da proteção das classes mais desfavorecidas, equidade social e facilitar o acesso à habitação (República Portuguesa, 2021a).

O PRR de Portugal apresenta 20 componentes distribuídos pelas três dimensões- resiliência, transição climática e transição climática, tal como no plano apresentado por Espanha, a análise foca-se, sobretudo nas componentes que direta e indiretamente afetam a resiliência, assim:

### **Dimensão Resiliência:**

- **Componente 1 - Serviço Nacional de Saúde (SNS)**
  - i. Fortalecer o SNS de modo que aborde de forma eficaz os desafios no que concerne a evolução demográfica adversa do país, caracterizada por um envelhecimento acelerado da população e decorrente da necessidade de cuidados de longo prazo e que coincide com uma alteração dos padrões de doença, tanto com doenças crónicas e degenerativas;

- ii. Reforço da capacidade de resposta do SNS às alterações demográficas e epidemiológicas verificadas em Portugal, à inovação terapêutica e tecnológica e ao aumento da procura de cuidados de saúde e dos custos associados;
- iii. Em Portugal as despesas de saúde são as maiores da UE e os encargos financeiros com cuidados médicos são relativamente elevados, como tal é necessário que o SNS apresente um modelo de governação dos hospitais públicos no sentido de conseguir responder à situação financeira, *i.e.*, resgates financeiros pelo Governo causados pelo ciclo sistemático de endividamento dos hospitais;
- iv. Melhoria da capacidade de rastreio e diagnóstico precoce de patologias mais frequentes, reforçar a capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários através da criação de centros de saúde com domínios de intervenção mais alargados e integrados com outros níveis de cuidados e correção das assimetrias regionais e locais em termos de equipamentos e instalações;
- v. Aplicação de medidas legislativas e regulamentares, tendo em vista a amplificação das responsabilidades e do âmbito de intervenção dos grupos de centros de saúde, tipologias das unidades funcionais e do regime de incentivos aos profissionais que as integram.

- **Componente 2 – Habitação**

- i. Combater a escassez estrutural de soluções de habitação permanente e temporária para os grupos mais vulneráveis no Continente e nas Regiões Autónomas, contribuindo indiretamente para o reforço do sistema de proteção social, aumentar a habitação pública de todo o parque habitacional em Portugal, de forma a satisfazer as necessidades das pessoas mais desfavorecidas e em risco de exclusão social, promovendo a inclusão e combate às desigualdades;
- ii. Aumento da oferta de habitação social e acessível, incluindo a resposta à falta de infraestruturas básicas e de equipamento, habitações insalubres e inseguras, relações contratuais precárias ou inexistentes, sobrelocação ou inadequação da habitação às necessidades especiais dos residentes, resposta pública nacional a necessidades de alojamento urgente e temporário decorrentes de eventos inesperados ou imprevisíveis (como situações de sem-abrigo e violência doméstica);

- iii. Garantir a habitação digna e adequada para as famílias mais carenciadas e vulneráveis, através da disponibilização de habitação social e apoio financeiro para a renovação ou construção aos grupos-alvo identificados que não dispõem de capacidade financeira para assegurar a adequação da sua própria habitação para pelo menos 26.000 famílias e, construção de novos edifícios ou renovação de habitações existentes;
- iv. Aumento da oferta de alojamento estudantil a preços acessíveis, uma vez que representa um dos maiores obstáculos ao acesso ao ensino superior, ajudando a reduzir os custos diretos dos estudantes e respetivas famílias, com ênfase nos estudantes mais vulneráveis do ponto de vista social e económico.

- **Componente 3 – Respostas sociais**

- i. Melhoria das estruturas de apoio social e assegurar uma melhor cobertura territorial, reforço e expansão da rede de respostas sociais com soluções e projetos-piloto inovadores e com intervenções, soluções de apoio inovadoras assentes na comunidade, contribuindo para uma forma de vida inclusiva e a participação na sociedade e na economia a pessoas com deficiência;
- ii. Promoção da erradicação da pobreza mediante o desenvolvimento de uma estratégia nacional abrangente e focada nas comunidades mais vulneráveis e desfavorecidas;
- iii. Expansão, modernização e reabilitação da rede e de equipamentos de serviços sociais disponibilizados por instituições sociais públicas e privadas, com especial foco em grupos vulneráveis do ponto de vista económico, social e de saúde, pessoas e famílias em situação de pobreza ou com baixos rendimentos;
- iv. Melhoria da assistência social e dos serviços personalizados prestados em estruturas residenciais para pessoas idosas, revisão do quadro legislativo em matéria de licenciamento de equipamentos sociais e reforço do apoio social a pessoas em situação de isolamento social através da constituição de equipas multidisciplinares e de um mecanismo de mapeamento e vigilância das situações mais vulneráveis, do ponto de vista social;
- v. Aumento dos níveis da força de trabalho e da qualidade do serviço prestado pelas respostas sociais, fundamentalmente nos territórios que ainda apresentem níveis de cobertura mais baixos e reforço do apoio e dos serviços sociais

destinados a pessoas com dependência e promoção da sua autonomia e vida independente;

- vi. Combate da pobreza através de uma abordagem destinadas a intervir grupos específicos, desde crianças a idosos, estabelecendo as condições para a elaboração e execução de políticas integradas e focadas nas especificidades da exclusão social e da pobreza a nível local;
- vii. Ações-piloto a desenvolver na sequência de uma avaliação e identificação das necessidades específicas das comunidades desfavorecidas que incluem intervenções no espaço público e em infraestruturas sociais como creches e escolas do ensino básico, unidades de saúde e operações que visam promover a coesão social, como a promoção do empreendedorismo de pequenos negócios de base local, elaboração de projetos de combate ao insucesso e abandono escolares;
- viii. Expansão das redes de resposta social de residências e de serviços de apoio domiciliário, aumentando o número de utentes que podem ser abrangidos, aquisição de equipamento técnico e digital e lançamento do projeto Radar Social com a participação de 278 equipas que identifiquem e levem as necessidades do grupo-alvo, *i.e.*, qualquer pessoa em risco de exclusão social e que prestem apoio consoante as necessidades individuais;
- ix. Plataforma + Acesso com o objetivo de apoiar a inclusão de pessoas com deficiência que contém programas como a georreferenciação da localização e das condições de acessibilidade de edifícios públicos, sistemas de informação e posicionamento global para edifícios públicos e privados de grandes dimensões.

- **Componente 6 - Qualificações e competências**

- i. Aquisição e melhoria das competências e modernização dos sistemas de educação e de formação profissional, de forma a combater os baixos níveis de escolaridade da população entre 25 e 64 anos relativamente à média da UE;
- ii. Melhoria da participação na aprendizagem ao longo da vida através da reforma dos sistemas de ensino e formação profissionais, promover a transferência de conhecimentos entre as universidades ou organismos públicos de investigação e as empresas e a redução das restrições nas profissões altamente regulamentadas;

- iii. Coordenação das políticas em matéria de educação e de formação profissional, modernização da oferta de ensino tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho e surgimento de novas profissões;
- iv. Melhoria das perspectivas da população pouco qualificada concebendo uma oferta formativa focada na literacia de adultos e promoção do desenvolvimento local e coesão territorial, com vista à redução das desigualdades socioeconómicas;
- v. Criação de mecanismos colaborativos público-privados em programas de educação e formação, incluindo o desenvolvimento de cursos de pós-graduação de âmbito profissional e a oferta de cursos superiores de curta duração em politécnicos;
- vi. Revisão do quadro legal e institucional que rege a cooperação entre as instituições de ensino superior e a administração pública e as empresas, criação de parcerias colaborativas que incentivem uma ampla oferta de cursos de ensino superior, incluindo formações, cursos, licenciaturas, mestrados e doutoramentos;
- vii. Alargar a cooperação entre instituições de ensino superior e laboratórios e centros de interface tecnológica e reforço do quadro jurídico dos consórcios com gestão partilhada entre instituições de ensino superior e empresas.
- viii. Promoção da igualdade entre mulheres e homens em matéria de remunerações e oportunidades de carreira e combate aos estereótipos de género e a segregação nas escolhas de carreira profissional, criação de um certificado que prevê o reconhecimento público das empresas que aplicaram eficazmente políticas de igualdade remuneratória;
- ix. Criação de contratos de trabalho permanentes e de qualidade ao abrigo do programa Compromisso Emprego Sustentável, que reduzam a segmentação do mercado de trabalho, os empregadores recebem subsídios temporários se oferecerem contratos sem termo, com salários adequados;
- x. Aumento dos níveis de qualificação da população adulta com idade superior a 23 anos e implica promover a educação de adultos através da expansão do Plano Nacional de Literacia de adultos, a fim de melhorar os níveis básicos de literacia, numeracia e competências digitais, o aumento das taxas de

participação e conclusão dos adultos nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e a oferta de ensino superior para adultos;

- xi. Aumento das taxas de inscrição em cursos na área da ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática (CTEAM), em especial cursos de tecnologias da informação e equipar as escolas de ensino não superior para o ensino da ciência, implementação de programas por instituições de ensino superior em parceria com empregadores públicos e/ou privados, incluindo escolas secundárias, assumindo a forma de programas colaborativos que envolvem atividades e iniciativas educativas e de investigação e inovação, melhorando o ensino superior e aumentar o número de diplomados nas áreas CTEAM;
- xii. Concessão de bolsas anuais a estudantes inscritos nos cursos CTEAM, atribuição às universidades por cada inscrição em cursos CTEAM e melhoria das competências nas áreas CTEAM através da expansão dos clubes Ciência Viva do ensino primário ao secundário, promovendo parcerias entre as escolas e as universidades e centros de investigação.

### **Dimensão Transição digital:**

#### **• Componente 16 – Empresas 4.0**

- i. Reforço das competências digitais dos trabalhadores do sector empresarial no sentido de apoiar a utilização de tecnologias digitais, a fim de assegurar a igualdade de acesso a uma educação e formação de qualidade e reforçar a competitividade das empresas e de apoiar o emprego e priorizar medidas que visem preservar os postos de trabalho;
- ii. Revisão dos conteúdos formativos integrados no Catálogo Nacional de Qualificações<sup>4</sup> (CNQ) referentes especificamente a competências digitais para utilização em contexto profissional, esta renovação está alinhada com a mais recente evolução tecnológica e as necessidades mais prementes de empresas de variados sectores económicos;

---

<sup>4</sup> O CNQ é um instrumento de gestão estratégica das qualificações de nível não superior e de regulação das respetivas modalidades de dupla certificação e dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências que existem em Portugal.

- iii. Grupo de ação Rede Nacional de *Test Beds* com objetivo de criar 3.600 projetos que proporcionem as condições às empresas para desenvolver e testar novos produtos e serviços e acelerar o processo de transformação digital;
- iv. Criação de Bairros Comerciais Digitais para o apoio na digitalização, através de plataformas de comércio eletrónico e entregas, de 50 áreas comerciais localizadas em centros urbanos, zonas suburbanas ou rurais, a fim de impulsionar e promover a coesão territorial destas zonas;
- v. Entrega de vales para incubadoras e aceleradoras em fases de arranque para apoio no seu desenvolvimento, incluindo a adoção de novas tecnologias, melhoria dos recursos à disposição e reforçar o conhecimento e as suas capacidades;
- vi. Aumentar as capacidades digitais da população ativa empregada, incluindo funcionários e gestores, com foco nas empresas dos sectores da indústria, comércio, serviços, turismo e agricultura, de modo que o número de trabalhadores com qualificações nas áreas da tecnologia cresça, contribuindo para a manutenção e criação de emprego;
- vii. Criação do programa de formação- Academia Portugal Digital, - para colmatar as lacunas existentes na aquisição de competências digitais, com o objetivo de atingir 800.000 participantes e, lançamento da ação Emprego + Digital 2025 para disponibilização a 200 mil indivíduos uma formação aprofundada sobre competências digitais.

- **Componente 19 – Administração Pública digital**

- i. Promoção da eficiência, modernização, inovação e a capacitação da AP, reforçando a sua resiliência, melhorando as qualificações dos funcionários públicos e majorando o contributo do Estado e da AP para o crescimento e desenvolvimento económico e social;
- ii. Capacitar a AP através da melhoria das competências (inclusive as digitais) dos funcionários públicos e da criação de condições para adoção de novos modelos de trabalho, como o teletrabalho, mais ágeis e adaptativos;
- iii. Reforço da estrutura de gestão e formação dos trabalhadores e dirigentes públicos, criando a estrutura para a coordenação das atividades de formação (o Instituto Nacional de Administração- INA) que será responsável pela gestão e

promoção da formação avançada, nomeadamente competências de gestão, ciência de dados e cursos de especialização e, aprofundando o programa Qualifica AP como melhoria do nível de qualificações dos funcionários públicos a curto e médio prazo;

- iv. Garantir que a função pública disponha do *know-how* e de competências de gestão e tecnologia, para que sejam integradas na prestação de serviços de qualidade;
- v. Aumento da oferta de formação para os trabalhadores e dirigentes da AP, através da atração de talento, via criação de programas de estágios, nomeadamente o Programa de estágios profissionais na AP que consiste num espaço de desenvolvimento de competências de jovens com formação superior permitindo um primeiro contacto com o mercado de trabalho;
- vi. Desenvolver programas de capacitação que incluam a formação superior e avançada em gestão e administração, ministrada pelo INA e em consórcio com Instituições de Ensino Superior, destinada preferivelmente a dirigentes.

- **Componente 20 – Escola Digital**

- i. Transformação das aprendizagens através da diversificação de meios, metodologias, recursos e infraestrutura tecnológica, garantindo uma escola que fomenta mais inclusão, literacia digital e de informação, com novas formas de interação potenciada pelos recursos educativos;
- ii. Transformação do processo educativo e pedagógico, por meio de alavancagem de políticas focadas para o ensino, como o regime de autonomia e flexibilidade curricular (DL. 55/2018) e a organização curricular em torno das Aprendizagens Essenciais, de forma a mitigar os riscos de exclusão e desvantagem nestes processos e reduzir os riscos das desigualdades sociais e educativas no acesso a tecnologias;
- iii. Disponibilizar as condições para a inovação educativa, pedagógica e em matéria de gestão no sistema de ensino primário e secundário, através do desenvolvimento de competências digitais dos professores (garantindo uma adesão de 95%), dos estudantes e do pessoal administrativo e da integração de tecnologias digitais nas diversas áreas curriculares, contribuindo assim para um crescimento inclusivo e sustentável da economia;

- iv. Remoção dos obstáculos ao acesso à internet de qualidade em ambiente escolar, das limitações à utilização integrada dos equipamentos tecnológicos e digitais e suprimir a carência de equipamentos especializados para desenvolver competências e estimular o prosseguimento para carreiras CTEAM, e superar a utilização insuficiente de recursos educativos no processo de aprendizagem e de avaliação;
- v. Aumento da conectividade à internet da rede alargada da educação, ligando as escolas primárias e secundária, disponibilização de 600.000 computadores aos alunos e professores e disponibilização às escolas de Laboratórios de Educação Digital equipados com impressoras 3D e robôs educativos;
- vi. Desenvolvimento e adoção de novos recursos educativos digitais por parte de 95% das disciplinas nos programas curriculares do ensino básico e secundário, e disponibilização às escolas de um sistema único de identidade para gestão da comunidade educativa e integração de soluções informáticas, para um funcionamento eficiente e transparente, contribuindo para a racionalização das despesas das escolas.

## **CAPÍTULO 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

Como referido no capítulo da metodologia, selecionou-se duas economias correspondentes do modelo de bem-estar característico dos países do Sul da Europa, nomeadamente Portugal e Espanha. O modelo de bem-estar dos países do Sul da Europa é marcado pela elevada taxa de desemprego, reduzida taxa de população empregada, desigualdade de rendimento e pela elevada pobreza.

Desta forma, a análise de resultados foca-se no estudo dos indicadores: índice de Gini, taxa da população em risco de pobreza ou exclusão social, total da população com ensino superior (com idades entre 25 e 64 anos).

A fase temporal da análise decorre entre 2016 e 2022, uma vez que no período de 2016 a 2019 a Europa encontrava-se com alguma estabilidade, porém em 2020 o COVID-19 propaga-se e a UE cria o instrumento temporário Next Generation EU.

Estas considerações levam ao questionamento das políticas sociais e económicas nestes dois países como resposta à crise pandémica COVID-19, no que concerne as medidas nos planos nacionais de Portugal e Espanha, dada as prospeções dos indicadores mencionados.

## Quadro 6.1 Reformas e Investimentos socioeconómicos nos planos de Espanha e Portugal

	Espanha	Portugal
Reforma	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Execução da Agenda Urbana de Espanha e do plano de ação</li> <li>▪ Lei da habitação</li> <li>▪ Modernização dos serviços sociais públicos, e novo quadro regulamentar</li> <li>▪ Reforçar a coesão, equidade e universalidade dos cuidados de saúde</li> <li>▪ Revisão dos contratos e incentivos à contratação</li> <li>▪ Modernização das políticas ativas do mercado de trabalho</li> <li>▪ Simplificação e melhoria da assistência ao desemprego</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforma dos cuidados de saúde primários</li> <li>▪ Plano Nacional de alojamento urgente e temporário</li> <li>▪ Reforma de fornecimento de equipamentos e respostas sociais</li> <li>▪ Estratégia nacional de combate à pobreza</li> <li>▪ Reforma do ensino e formação profissional</li> <li>▪ Cooperação entre ensino superior e AP e empresas</li> <li>▪ AP capacitada para a criação de valor público</li> <li>▪ Reforma para a educação digital</li> </ul>
Investimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio ao desenvolvimento de planos de ação locais da Agenda Urbana</li> <li>▪ Internacionalização do tecido empresarial</li> <li>▪ Promoção da coesão territorial através da implantação de redes de banda larga</li> <li>▪ Emprego jovem</li> <li>▪ Programa PROA+</li> <li>▪ Requalificação e melhoria das competências da população ativa</li> <li>▪ Políticas de inclusão social ao regime nacional de rendimento mínimo</li> <li>▪ Novos projetos territoriais de reequilíbrio e equidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa de apoio ao acesso à habitação</li> <li>▪ Compromisso de emprego sustentável</li> <li>▪ Programa de apoio no acesso à habitação</li> <li>▪ Alojamento Estudantil a custos acessíveis</li> <li>▪ Capacitação digital das empresas</li> <li>▪ Nova geração de equipamentos e respostas sociais</li> <li>▪ Impulso jovens CTEAM</li> <li>▪ Capacitação da AP</li> </ul>

Fonte: Plano de Recuperação e Resiliência de Espanha e Portugal. Elaboração Própria

## **6.1. Plano de Recuperação e Resiliência**

### **6.1.1. Espanha**

No caso de Espanha as medidas propostas pelo governo visam modernizar e fortalecer os serviços sociais e políticas de inclusão, apresentando políticas que lidam com os obstáculos presentes no mercado de trabalho espanhol. A aprovação do “*Ingreso Minimo Vital*”, estabelece-se como principal apoio criado para a prevenção do risco de pobreza e exclusão social para todas as faixas etárias, promovendo a integração social e económica de grupos mais vulneráveis.

Por outro lado, a criação da Agenda Urbana espanhola, documento estratégico que incorpora a sustentabilidade no domínio da política de desenvolvimento urbano e equitativo, justo e sustentável, incentiva a coesão social e igualdade, assegurando o acesso à habitação, revitalizar as cidades, com vista a melhorar a qualidade de vida dos habitantes e a promover o desenvolvimento económico e social.

O plano de reabilitação das zonas urbanas encontra-se incluído no programa de apoio social no acesso à habitação direcionado aos jovens, visa a promoção da coesão social, equidade por via de atuações nos variados órgãos e serviços da Administração Pública e da criação de legislação adequada aos objetivos que vão no sentido do princípio fundamental de acessibilidade.

A criação de base legal para a universalidade, a equidade e a coesão do sistema nacional de saúde, de forma a assegurar o acesso de todos aos cuidados de saúde e a coordenação entre autoridades sanitárias e sociais, é fundamental na extensão da oferta de serviços públicos de saúde.

No sentido de apoio ao crescimento das PME, o plano propõe a criação de regulamentação, no sentido de incentivar o apoio financeiro na captação de competências empreendedoras incluindo a qualificação e requalificação profissional em consonância com as prioridades da UE e, assim, capacitar o tecido empresarial espanhol.

A revisão de contratação pública corresponde à reforma na modernização dos incentivos à contratação, articulação das condições aplicáveis ao trabalho por conta de outrem, e o de conta própria, com vista a generalizar a contratação por termo indeterminado, de modo a criar estabilidade no emprego.

Uma das principais reformas é transversal às dimensões do plano, estipulando o fortalecimento das capacidades do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, definindo metas para a reorganização e determinando uma posição competitiva dos órgãos públicos de investigação científica, ao reforçar a colaboração público-privada na investigação e inovação para retenção e atração de talento e conhecimento. Esta reforma prevê melhoria nas políticas de apoio à contratação e desenvolvimento de aptidões, no fomento e apoio à inovação e investigação.

O plano prioriza a redução do desemprego jovem com a promoção da educação, formação profissional e digital, com a reforma estrutural dos contratos de trabalho, de forma a sustentar a estabilidade na contratação, reduzindo a precariedade e que reflita investimento no capital humano.

Por último, destaca-se a integração e convergência de regimes do trabalho independente, revisão do sistema de segurança social, esta reforma assegura a sustentabilidade financeira do sistema a curto e médio-prazo, na manutenção do poder de compra dos consumidores e desempenhando um papel fundamental na proteção contra a pobreza e desigualdade.

Um dos principais eixos inclui o plano nacional de competências digitais com incidência no sistema educativo e formação profissional, focado no combate à desigualdade de género quanto a oportunidades de emprego na área da informática e sobretudo na aquisição de aptidões, qualificação da população na área das tecnologias de informação.

A extensão de uma banda larga mais rápida, com uma maior velocidade e de modo a atingir uma total cobertura à população espanhola, com vista a oferta de serviços de telecomunicações que garantam uma conectividade eficiente e de alta qualidade.

Na mesma componente, está delineado um programa de fortalecimento e dotação de competências digitais à população em geral, contribuindo para uma sociedade mais conectada digitalmente.

A implementação de um programa de orientação, progresso e enriquecimento educativo (PROA+), que promova a integração dos alunos com necessidades especiais através de acompanhamento e avaliação em 10 anos desses estudantes, permite garantir as condições mínimas de educação e melhorar o desempenho dos alunos mais fracos.

### **6.1.2. Portugal**

O governo português definiu um conjunto de medidas que se centram essencialmente nos eixos cujas estratégias correspondem à adequação das respostas sociais, melhoria de competências da população com reforço da relevância da aprendizagem de forma a corresponder às necessidades do mercado de trabalho.

Desta forma, o plano português encontra-se predisposto como solução face à exclusão social, às lacunas presentes na qualificação superior, especialização e aquisição de competências para a criação de emprego e de valor acrescentado para a economia portuguesa.

As medidas deste plano incluem investimento em respostas sociais direcionadas para grupos e comunidades mais desfavorecidos da população, salienta-se o investimento para uma melhoria significativa na acessibilidade à habitação.

Entre as medidas existem planos de ação específicos no desenvolvimento da formação e competências para corresponder a uma valorização do capital humano e a uma maior participação no mercado de trabalho.

Em Portugal as despesas de saúde são as maiores da UE e os encargos financeiros com cuidados médicos são relativamente elevados, como tal o PRR pretende fortalecer o SNS, através de um modelo de governação dos hospitais públicos que consiga responder à situação financeira, *i.e.*, resgates financeiros pelo Governo causados pelo ciclo sistemático de endividamento dos hospitais.

Por outro lado, um dos principais focos no plano nacional de Portugal é o aumento da oferta de alojamento estudantil a preços acessíveis, uma vez que representa um dos maiores obstáculos ao acesso ao ensino superior, de forma a reduzir os custos diretos dos estudantes, com ênfase nos grupos mais vulneráveis, do ponto de vista social e económico.

O investimento no apoio ao acesso à habitação serve de garantia às famílias mais necessitadas e grupos vulneráveis de habitação, através do apoio financeiro na renovação de novos edifícios ou renovação de habitações existentes a famílias e grupos de pessoas que não possuem capacidade financeira.

Com o objetivo de aumentar a inscrição em cursos da ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática (CTEAM), serão criados programas em instituições de ensino superior com

colaboração com empregadores públicos e privados, bem como escolas secundárias, que criem atividades e iniciativas educativas de investigação para incentivo na oferta formativa.

A concessão de bolsas anuais representa o apoio financeiro direcionado aos alunos do curso CTEAM, servindo como instrumento de apoio social, equidade de género e melhoria das competências nas áreas que o programa sustenta.

A estratégia nacional de combate à pobreza consiste numa abordagem plurianual que visa providenciar intervenções em grupos específicos, os mais vulneráveis da sociedade, focada na elaboração e execução de políticas integradas para a exclusão social e pobreza a nível local. A reforma que pretende a disponibilização de equipamentos e respostas sociais, tem como objetivo principal expandir, modernizar e reabilitar a rede de instituições sociais públicas e privadas.

Direcionada para pessoas e famílias em situação de pobreza ou de baixos rendimentos, visa a reabilitação e reintegração social deste grupo de pessoas através da melhoria da assistência social, aumento da força de trabalho e qualidade na prestação de serviço.

Por outro lado, a cooperação entre ensino superior e AP e empresas funciona como incentivo a programas de educação e formação por meio de mecanismos público-privados, incluindo o desenvolvimento de cursos de pós-graduação de âmbito profissional.

Na resposta às necessidades da qualificação superior, prevê a criação de concursos especiais de ingresso no ensino superior, a revisão do quadro legal para a cooperação interinstitucional, oferta de cursos de ensino superior por instituições politécnicas, com cooperação entre entidades públicas e privadas e, estabelecer ligação entre instituições de ensino superior e laboratórios e centros de interface tecnológica.

A modernização dos sistemas educativos e de ensino de formação profissional destina-se a melhorar os baixos níveis de escolaridade e de qualificação, com incidência sobre a força de trabalho sem competências básicas.

Posto isto, a reforma estabelece o reforço das necessidades do mercado de trabalho com o surgimento de novas competências, oferta formativa focalizada na promoção do desenvolvimento local e coesão territorial e redução das desigualdades socioeconómicas através de uma redistribuição da rede de ensino profissional.

A nova geração de equipamentos e respostas sociais visa a modernização e expansão da rede de serviços de apoio no âmbito da expansão das estruturas dos serviços sociais como centros de atividades e capacitação para a inclusão, abrangendo o alargamento dos serviços de apoio ao domiciliário.

No combate à pobreza e exclusão social promove intervenções na construção de instalações equipadas com material técnico, digital para o melhor acesso aos locais, assegurar o processo de desenvolvimento integral e inclusivo aos jovens, ajuda a famílias carenciadas na integração na sociedade e mercado de trabalho.

O investimento para a criação de contratos de trabalho permanentes e de qualidade ao abrigo do programa designado compromisso para o emprego sustentável, prioriza a redução da segmentação do mercado de trabalho e a criação de subsídios temporários na oferta de contratos sem termo.

O PRR prevê o reforço das competências digitais dos trabalhadores do sector empresarial no sentido de apoiar a utilização de tecnologias avançadas, e a entrega de vales a incubadoras e aceleradoras em fase de arranque no apoio ao seu desenvolvimento e expansão.

Na AP prevê-se que o reforço na gestão e formação dos trabalhadores e dirigentes públicos, criando a estrutura para a coordenação das atividades de formação pelo Instituto Nacional de Administração (INA) que será responsável pela gestão e promoção da formação avançada, nomeadamente competências de gestão, ciência de dados e cursos de especialização e, aprofundando o programa Qualifica AP como melhoria do nível de qualificações dos funcionários públicos a curto e médio prazo.

Neste sentido, na discussão dos resultados serão analisadas as seguintes componentes emprego, desigualdade, pobreza e educação, e nos indicadores escolhidos para o acompanhamento das medidas e políticas adotadas para a realização dos objetivos propostos no PRR de cada país.

## **6.2. Resultados Alcançados**

### **6.2.1. Emprego**

Por forma a aumentar a competitividade e a resiliência da economia dos países, a aposta no capital humano torna-se essencial, de forma a criar contratos de trabalho permanentes e de

qualidade, assim como reduzir a segmentação do mercado de trabalho, conforme previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (Mais Transparência, s.d.). O investimento no compromisso para o emprego sustentável torna-se assim crucial para a componente *Resiliência* do PRR.

A promoção de emprego na população com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos revela ser uma das metas para o crescimento socioeconómico de longo prazo, ao mitigar os impactos da crise e revelando-se como contribuição direta da competitividade de um país.

Revela-se como medida da disponibilidade de mão-de-obra, *i.e.*, recursos, resultando de políticas governamentais que promovem o ingresso ao ensino superior e que espelhem equidade na acessibilidade, à luz de questões de género e de combate ao desfavorecimento (OCDE, 2022).

**Tabela 6.2.1.** Taxa da população empregada, faixa etária entre 20-64, 2016-2022 (%)

	<b>Espanha</b>	<b>Portugal</b>
2016	63,9	69,5
2017	65,5	72,5
2018	67	74,7
2019	68	75,5
2020	65,7	74,2
2021	67,7	75,5
2022	70,4	77,5
<b>Média</b>	<b>66,89</b>	<b>74,2</b>

Fonte: Eurostat

A taxa média apresenta a variação num intervalo de tempo, o que fornece uma estimativa do número total médio de potenciais trabalhadores numa dada economia, na faixa etária 20-64 anos.

É de consenso comum que perante uma taxa de emprego com tendência a diminuir aceleradamente, o rendimento é distribuído de forma desigual, em que os estratos sociais mais baixos são sistematicamente penalizados nestas circunstâncias (Blinder & Esaki, 1978).

A dimensão da pobreza correlaciona-se de forma proporcionalmente direta com o desemprego, afetando a população com menos qualificações, assente nas fases de declínio do ciclo económico de um dado país (Blank & Blinder, 1985).

As políticas devem ser distintivamente adaptadas a cada momento do espectro da economia, para que após a recuperação regresse ao estado de crescimento e evolução (Hoover, Giedeman & Dibooglu, 2009).

Conforme consta na Tabela anterior, que inclui valores desde 2016 até 2022, podemos constatar que desde o momento em que o PRR começou a apresentar resultados (*i.e.*, 2021), Espanha teve um crescimento de aproximadamente 10,17% da taxa de população empregada, resultado do reforço das políticas públicas de emprego para um mercado dinâmico, resiliente e inclusivo. É importante referir que entre 2019 e 2020, aquando do aparecimento do COVID-19, há uma redução no emprego, em Espanha (-2,3%), enquanto que entre 2019 e 2021 há uma redução de (-0,44%) na população. Em 2021, o aumento do nível de emprego revela que a reabertura económica trouxe vantagens no mercado de trabalho. De facto, segundo o relatório emitido pelo Parlamento Europeu de forma a auferir em que ponto de situação se encontram os estados-membros relativamente ao PRR (*Spain's National Recovery and Resilience Plan*, 2022), verifica-se que existem ineficiências no sistema fiscal e no mercado de trabalho, que se caracteriza por um elevado desemprego de longa duração. Deste modo, o apoio ao emprego através de medidas que fomentem a prevenção dos postos de trabalho, os incentivos eficazes à contratação, o desenvolvimento de competências, assim como o reforço da proteção do desemprego, parecem ser cruciais. A aplicação destas medidas começa a tornar-se visível com o aumento significativo da taxa de população empregada em 2022, ultrapassando os 70%.

Quanto a Portugal, verificamos que em 2016 cerca de 69,5% da população portuguesa estava empregada, o que revela já ser um valor bastante significativo. Não obstante, assiste-se ainda a um forte crescimento (*i.e.*, 11,51%) da taxa de emprego, revelando um crescimento económico e melhoria das condições de trabalho. Note-se que o compromisso com o emprego sustentável assenta num dos pilares mais importantes para aumentar a capacidade

de resposta do sistema educativo e formativo do PRR português. Neste sentido, verifica-se que o número de contratos apoiados através de apoio financeiro concedido aos empregadores em troca de oferta de contratos de duração indeterminada com salários adequados ao mercado de trabalho apresenta já (de um montante de 230 milhões de euros de financiamento) 176,69 milhões de euros pagos. Deste modo, e uma vez parte integrante da componente Qualificações e competências, o *Compromisso para o emprego sustentável* apresenta a maior percentagem de conclusão, nomeadamente 76,82%, sendo que a data de conclusão está prevista para dezembro de 2024 (Mais Transparência, s.d.).

### 6.2.2 Desigualdade

A igualdade remuneratória de forma a promover a igualdade de género e classes sociais, torna fundamental a criação de mecanismos que contribuam para o princípio de salário igual para trabalho igual ou de igual valor. Esta é assim um dos principais objetivos assentes na dimensão *Resiliência* do PRR.

O índice de Gini é um coeficiente que mede o grau de desigualdade na distribuição de rendimento e riqueza, mostrando-se relevante na medição da concentração de uma distribuição de equidade na prosperidade, descrevendo a ligação entre classes sociais (Giorgi & Gigliarano, 2017).

**Tabela 6.2.2** Índice de Gini, 2016-2022 (%)

	<b>Espanha</b>	<b>Portugal</b>
2016	34,5	33,9
2017	34,1	33,5
2018	33,2	32,1
2019	33	31,9
2020	32,1	31,2
2021	33	33
2022	32	32
<b>Média</b>	<b>28,41</b>	<b>32,51</b>

Fonte: Eurostat

Representando um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assume valores entre 0, enquanto que todos os indivíduos tenham igual rendimento, e 100 quando o rendimento se concentra na sua totalidade numa única pessoa (INE, 2022).

Ilustrando as propriedades como aplicações empíricas devido às decomposições por grupos, no contexto multivariado e sua propriedade de inferência estatística relativamente ao bem-estar social (Giorgi & Gagliarano, 2017).

A equidade sendo questão económica, social e política, está intrinsecamente na base da estabilidade social, tanto a nível macro e microeconómico dadas as instabilidades no rendimento surge alterações na procura de bens e serviços, que por sua vez afeta o índice de preços e a as preferências dos consumidores (Wan, 2002).

Entre 2016 e 2022, Espanha registou uma queda do índice de Gini de 34,5 para 32, indicando uma redução das desigualdades entre os diferentes estratos da população. Destaca-se ainda que em 2020, Espanha aprovou um decreto pela igualdade salarial entre homens e mulheres, como forma de assegurar a transparência salarial nas empresas enquanto garantem a remuneração igualitária dos trabalhadores e trabalhadoras do país. Apesar de as desigualdades serem ligeiramente notórias em 2021, já em 2022 o mesmo índice desceu, indicado o valor de 32.

Relativamente a Portugal, a análise do índice de Gini período decorrente entre 2016 e 2022 revela certas tendências na distribuição de rendimento do país. Inicialmente, observa-se uma queda gradual na desigualdade, de 33,9 em 2016 para 31,2 em 2020, sugerindo uma melhoria na equidade e redução das divergências socioeconómicas.

No entanto, em 2021 houve um aumento do índice de Gini para 33, uma variação de (1,8%) relativamente a 2020, são indicativas da existência de efeitos estruturais nas desigualdades, mas também no desenvolvimento e as insuficientes políticas sociais e económicas, particularmente a redução de emprego no mesmo intervalo de tempo (-1,3%).

Apesar das flutuações mostradas e das eventuais melhorias, a desigualdade parece permanecer ainda num nível alto, limitando o crescimento económico e acesso equitativo a oportunidades de educação, saúde e emprego. Além disso, apesar de estarem previstas duas medidas neste âmbito (*i.e.*, elaboração de uma norma portuguesa relativa a um Sistema de Gestão de Igualdade Salarial, e a notificação das empresas com mais de 50 trabalhadores

que apresentem níveis remuneratórios com diferenças significativas) ambas ainda não apresentaram qualquer tipo de execução, estando por isso com uma percentagem de conclusão de 0% (Mais Transparência, s.d.).

### 6.2.3 Pobreza

No que diz respeito à redução da pobreza, a elaboração de uma abordagem pluridimensional e integrada a médio e longo prazo procura ser uma das garantias que o PRR promove. É, por isso, o indicador em análise que combina o risco de pobreza, a privação material e agregados familiares com intensidade de trabalho muito baixa, inferior a 20% do seu total potencial de trabalho (Banco de Portugal, 2022). De facto, a pobreza e exclusão social, são realidades multifacetadas, definindo-se como indicador que agrega a participação no mercado de trabalho, a educação, a privação material, privação social, saúde e habitação, permitindo identificar a população com rendimento disponível abaixo do limiar da pobreza (EAPN, 2022).

**Tabela 6.2.3** População em risco de pobreza ou exclusão social, 2016-2022 (%)

	<b>Espanha</b>	<b>Portugal</b>
2016	28,8	24,9
2017	27,5	23,4
2018	27,3	21,6
2019	26,2	21,1
2020	27	20
2021	27,8	22,4
2022	26	20,1
<b>Média</b>	<b>27,23</b>	<b>21,9</b>

Fonte: Eurostat

Ao longo dos anos observa-se uma variação relativamente baixa na proporção da população em risco de pobreza ou exclusão social. Apesar da oscilação anual dos valores, a média permaneceu nos 27,3%, entre 2016 e 2022, sugerindo uma certa instabilidade económica para uma parte substancial da população.

Por outro lado, a média geral de 27,23% e a evolução da pobreza ao longo dos seis anos, indica que mais de um quarto da população espanhola encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, apontando para a necessidade de políticas de emprego, programas de assistência social, educação e formação profissional, de forma a promover a inclusão social.

Verifica-se que entre 2019 e 2021 há um aumento de 6,11% da população em risco de pobreza ou exclusão social, apontando para um dos efeitos da COVID-19. De facto, como podemos constatar esta crise poderá ter tido forte impacto no aumento dos níveis de pobreza e exclusão social em Espanha. Deste modo, a eficácia do sistema de proteção social continua a ser limitada, mas com algumas melhorias. Segundo a Comissão Europeia (2023), espera-se que a implementação de um novo sistema de ativação do emprego, previnam potenciais desafios de pobreza, já que os trabalhadores com contratos temporários se mantêm muito vulneráveis.

No caso de Portugal, a média geral de 21,9% indica que, aproximadamente, um em cada cinco pessoas em Portugal encontra-se em risco de pobreza ou exclusão social, apontando para a persistência do problema quanto à garantia de igualdade de oportunidades. Em 2021, há um aumento da taxa de pobreza para 22,4%, que é influenciado pela crise pandémica gerada pelo COVID-19 e, conseqüentemente de flutuações económicas, seguindo-se, em 2022, uma redução da taxa de pobreza (-10,27%) refletindo a conceção e a implementação de medidas de recuperação económica e social para enfrentar os impactos da pandemia. A variação mais acentuada neste indicador económico situa-se nos 6,16%, que se apura entre 2019 e 2021 deve-se ao aumento de 3,45% no índice de Gini, mais concretamente de 31,9 para 33. O crescimento da taxa de pobreza sugere que a volatilidade da desigualdade de rendimento colocou a população numa situação mais vulnerável quanto aos efeitos da crise económica. Apesar das medidas estabelecidas de combate à pobreza e exclusão social (*e.g.*, medidas de combate ao abandono escolar precoce de crianças e jovens, veículos adquiridos para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou a criação de novas vagas para pessoas com deficiências em centros de cuidados de apoio a pessoas com deficiência), note-

se que a única que apresenta execução incide na Formação para membros de famílias abrangidas pelo Rendimento Social de Inserção, tendo sido já pagos 15,16 milhões de euros, o que perfaz com que esta com componente ainda tenha uma taxa de conclusão de 38,19% (Mais Transparência, s.d.).

#### 6.2.4 Educação

A contribuição do ensino superior para o crescimento económico é significativa, constitui-se como o motor do desenvolvimento na economia mundial, na rápida industrialização da economia, por meio do fornecimento de mão-de-obra com competências profissionais e técnicas (Castells, 1994; Tilak, 1989).

O investimento no conhecimento, inovação e capital humano assinalados pelos princípios europeus na garantia do crescimento económico, cujos principais impulsionadores, na sua essência definem-se como a educação e progresso do conhecimento que leva à criação de produtos, serviços e novos empregos (Comissão Europeia, 2009; Conselho Europeu, 2010).

**Tabela 6.2.4** Total da População com Ensino Superior, 25-64 anos (%)

	<b>Espanha</b>	<b>Portugal</b>
2016	35,7	23,9
2017	36,4	24
2018	37,3	25
2019	38,6	26,3
2020	39,7	28,2
2021	40,7	31,1
2022	41,1	31,5
<b>Média</b>	<b>38,5</b>	<b>27,14</b>

Fonte: Eurostat

O ensino de elevado nível de complexidade e especialização, corresponde ao da educação académica, que representa da educação vocacional ou profissional avançada, abrange os níveis 5 a 8 de qualificação estabelecidos pela UNESCO sendo rotulados como ensino superior de ciclo curto, bacharelatos ou nível equivalente, mestrados e doutoramentos, respetivamente.

A população que tenha completado um nível superior de educação correlaciona-se com a investigação científica e a inovação devido ao seu contributo no desenvolvimento de competências como resposta às necessidades cada vez mais exigentes do mercado de trabalho (Dumciuviene, 2015).

Portanto, o desenvolvimento de uma economia que se estabelece pela criação de infraestruturas de conhecimento como fonte de aprendizagem de nova informação a partir da investigação suporta e promove a aprendizagem e formação contínua, uma importante forma de investimento do capital humano como impulso no crescimento económico e a mobilização e criação de recursos humanos para a força de trabalho são possíveis pela via de contribuição direta pelo sistema de ensino superior (Schultz, 1961).

No caso de Espanha, os dados revelam que há uma tendência de aumento significativo no acesso ao ensino superior na faixa etária de 25 a 64 anos, ao longo do período considerado. Entre 2016 e 2022 verifica-se um aumento constante na percentagem de população com ensino superior, passando de 35,7% em 2016 para 41,1% em 2022. Este aumento reflete a valorização das qualificações para o progresso nas carreiras e para um mercado de trabalho mais competitivo.

A taxa de crescimento anual média é de 1,23%, de 2016 a 2022, revela o aumento da proporção da população com habilitações superiores, em que houve um crescimento positivo e gradual no acesso ao ensino superior. De facto, Espanha tem uma das percentagens mais elevadas, de 27,8%, entre os Estados Membros da UE de jovens (entre os 15 a 24 anos) que não trabalham, não estudam, nem têm qualquer formação, o que sugere a necessidade urgente de investimento na educação e formação (OCDE, 2023). Neste sentido, Espanha pretende investir 2,1 mil milhões de euros em medidas para este efeito (*e.g.*, requalificação de competências, formação de professores, digitalização), que potenciem o ensino e a formação profissional (Spain's National Recovery and Resilience Plan, 2022). Posto isto, e

conforme é possível verificar na tabela anterior, é expectável que o valor do total da população com Ensino Superior venha a crescer de forma gradual.

Quanto a Portugal, os dados estatísticos demonstram que a taxa de população com ensino superior em Portugal aumentou de 23,9% em 2016 para 31,5% em 2022, o que significa que há um crescimento constante do total da população com ensino superior. Verifica-se que a proporção da população com habilitações elevadas aumentou, em média, 1,28% anualmente, o que revela um aumento constante na procura por níveis mais elevados de ensino. No entanto, apesar das diferentes medidas estabelecidas em 2021 pelo PRR (*e.g.*, criação de clubes de Ciência Viva para divulgar valores científicos na rede de escolas secundárias, modernização das instituições de ensino e formação profissionais, melhoria contínua das escolas existentes através da sua renovação) verifica-se que o apoio financeiro mais significativo até ao momento (*i.e.*, 36,23 milhões de euros) incide no aumento do número adicional de estudantes formados em cursos do ensino superior em domínio das CTEAM (*i.e.*, ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática) o que resulta numa taxa de execução da componente Impulso Jovens – CTEAM de 25,95%. Ainda assim, é importante referir que se verificam outras componentes que procuram melhorar a qualificação de adultos, como a aposta contínua na melhoria das escolas profissionais na Região Autónoma dos Açores, assim como o aumento do número de adultos matriculados no ensino pós-secundário, porém, estas componentes apresentam uma taxa média de execução de 17,82%.

## **6.4 Discussão dos Resultados**

### **6.4.1. Espanha**

As ineficiências no mercado de trabalho que se assistem em Espanha, que se caracterizam por uma elevada taxa de desemprego, e o impacto negativo na reintegração da população desempregada, deve-se sobretudo à falta de políticas para colmatar essas necessidades (Funcas, 2023).

O PRR não responde a todas as ineficiências no mercado de trabalho que se caracteriza por uma elevada taxa de desemprego e impacto negativo na reintegração da população desempregada, a que se deve essencialmente à lacuna de políticas nesse âmbito (Domínguez, 2021). Como tal o apoio ao emprego através da preservação do emprego, incentivos eficazes

servem para mitigar as lacunas existentes no país, de maneira que plano dispõe de medidas que visam a criação de 800.000 postos de trabalho (Governo de Espanha, 2021).

Analisando o caso de Espanha, e quanto ao combate à pobreza e exclusão social, o PRR deste país mostra um investimento de cerca 10.413 milhões de euros, que provêm do plano de reabilitação habitacional e renovação urbana, que ronda os 6.820 milhões de euros e do plano de emergência para o cuidado de saúde e políticas de inclusão a nível 2.492 milhões de euros.

Por outro lado, a eficácia das medidas propostas a favor da promoção de formação profissional e educação superior, reflete-se no crescimento da população com ensino superior, indicando que em 2024 atinja 43,7% apresentando um aumento até 2026 de 3 p.p. (Corti *et al.*, 2022). Não há a evidência de uma reforma para o ensino superior, mas antes a modernização e digitalização do ensino, 1,6 mil milhões euros, destacando a aquisição de competências digitais (Parlamento Europeu, 2022b).

Apesar de dar ênfase nas políticas de criação de emprego e incentivo à educação e formação, o maior desafio de Espanha, passa por resolver os problemas de pobreza e risco de exclusão social que afeta 26% da população espanhola em 2022 (Governo de Espanha, 2021). Prevê-se que haja uma aceleração da desigualdade social, alcançando valores 37,5% em 2026, nesta matéria apenas 7% do PRR espanhol (4,9 mil milhões euros), no pilar das novas políticas públicas para um mercado de trabalho resiliente e inclusivo, se aplica a medidas para políticas laborais e reforma para o apoio ao desemprego (Parlamento Europeu, 2022b).

#### **6.4.2 Portugal**

O potencial do plano nacional português aplica-se à reforma da habitação, promoção da investigação, desenvolvimento e inovação nas empresas e do ensino centrado na aquisição e melhoria das competências (República Portuguesa, 2021a).

O plano nacional baseou-se em grande medida num conjunto de reformas estruturais e investimentos específicos com objetivos interdependentes e complementares, nomeadamente a reforma da política social apresentada como principais estratégias nacionais de combate à pobreza e do acesso a alojamento temporário, que abordam a maior parte das questões da habitação (República Portuguesa, 2021a).

A maior fatia do investimento, 1.324 milhões euros, encontra-se direcionada para a manutenção do emprego, financiamento e capitalização das empresas. No que concerne o mercado de trabalho, Portugal apresenta a agenda de promoção do trabalho digno, para o combate à segmentação do mercado de trabalho e aos desafios de longa duração com a população em risco de pobreza ou exclusão social.

No entanto, a fim de resolver o problema da inadequação das qualificações característico do mercado de trabalho português, o PRR inclui duas intervenções principais. A primeira centra-se no reforço da formação profissional e educacional, enquanto que a segunda propõe uma cooperação entre a Administração Pública e as empresas.

Por outro lado, há que salientar que um grande obstáculo do país se prende com o facto de apenas 31,5% da população possuir ensino superior em 2022, o que explica o elevado desemprego jovem (64% entre os 25 e 54 anos).

Outras preocupações no que diz respeito ao domínio da qualificação e competências, o plano afeta a maior parte para a modernização dos edifícios de ensino, 712 milhões euros, o que equivale a 6,4% da dimensão da resiliência (Parlamento Europeu, 2022d).

De qualquer modo, os investimentos direcionados para aumentar a taxa de população empregada no seu plano de recuperação e resiliência reflete o compromisso para com a abordagem de questões relacionadas à criação e manutenção do emprego.

As respostas arquitetadas apresentadas por Portugal e a realidade em contexto de crise, devem ser integradas num modelo que promova a integração de políticas socioeconómicas a favor da qualificação da população jovem e adulta constituindo-se como elementos fundamentais para a recuperação e resiliência económica de cada país.

## **CAPÍTULO 7. CONCLUSÕES E PISTAS PARA PESQUISAS FUTURAS**

### **7.1 Resultados Alcançados e Limitações do Estudo**

A instabilidade económica e social originada pela crise pandémica COVID-19, estabeleceu a necessidade de se definirem um conjunto de reformas e investimentos. Coube, assim, a cada Estado-membro da UE a criação de um Plano de Recuperação e Resiliência a ser concretizado no período de 2020 a 2026. Por conseguinte, a presente dissertação teve como

principal objetivo a análise das principais medidas propostas nos países do Sul da Europa, mais concretamente Espanha e Portugal, no sentido de priorizar as necessidades impostas pela situação socioeconómica.

Para tal, a presente dissertação foi repartida em sete capítulos distintos sendo que, primeiramente se realizou uma introdução geral do estudo, no qual foi não só exposta a temática em análise como também os objetivos da investigação e as metodologias a aplicar. Depois, o Capítulo 2 destinou-se ao enquadramento do contexto, no qual foi também apresentado o Quadro Financeiro Plurianual e o instrumento Next Generation EU, evidenciando a necessidade da existência de controlo da execução dos PRR de cada Estado-Membro.

O Capítulo 3, com o intuito de realizar um enquadramento teórico, permitiu expor diferentes Políticas Públicas que define de que forma os fundos do PRR devem ser utilizados. Além disso, este capítulo possibilitou evidenciar a necessidade de analisar cada sistema socioeconómico como um todo que permite potenciar a capacidade de controlo e análise do comportamento de cada agente envolvido no sistema. Por conseguinte, foram expostos as diferentes dimensões do PRR (*i.e.*, Resiliência, Transição Climática e Transição Digital). Dado que a presente dissertação visa analisar as medidas socioeconómicas dos PRR de Portugal e Espanha, pareceu fundamental analisar o Modelo dos Países do Sul da Europa de forma a compreender como estes se inserem no mesmo.

No Capítulo 4 foi descrita metodologia a utilizar que teve por base uma análise descritiva e comparativa, assentes em fontes primárias (*i.e.*, os PRR de Espanha e Portugal) no sentido de expor os objetivos indicados nos PRR de cada país, bem como as respetivas prioridades económicas e sociais, enquanto são destacadas as principais metas definidas (cf. Capítulo 5) O Capítulo 6 traduziu a componente empírica, tendo sido evidenciado os diferentes indicadores que definem o modelo dos países do Sul da Europa (*i.e.*, índice de Gini, taxa de população em risco de pobreza ou exclusão social, total da população com ensino superior) de Espanha e Portugal. Por fim, o presente Capítulo 7 exhibe os principais resultados obtidos e perspetivas de investigação futura.

Este estudo não está isento de limitações, sendo por isso importante referir que embora este estudo forneça uma análise abrangente do contexto socioeconómico, é importante reconhecer que a escolha dos indicadores, de certa forma influencia a compreensão da

situação socioeconómica de uma dada economia. Outros indicadores poderiam ter sido considerados para análise (*i.e.*, taxa de desemprego, taxa de emprego jovem, taxa de população com 12º ano, taxa de abandono escolar) na apresentação de uma perspetiva mais holística do panorama socioeconómico de Portugal e Espanha. Não obstante, a análise da inter-relação entre os indicadores económicos é crucial para a melhor compreensão das dinâmicas subjacentes a uma economia. No entanto, este estudo pode não capturar totalmente essas relações complexas devido à natureza limitada dos dados disponíveis. Uma análise mais aprofundada e detalhada poderia explorar as inter-relações e identificar possíveis implicações para determinadas políticas públicas. Adicionalmente, uma outra limitação significativa desta investigação é a análise *a posteriori* da disponibilização dos dados na altura em que o PRR estiver a ser executado na sua plenitude, que pode resultar numa compreensão mais precisa sobre a abrangente do contexto socioeconómico dos países em tempo real, proporcionando uma análise contínua e em tempo real na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento. Por último, este estudo apenas se concentra principalmente em Portugal e Espanha, excluindo outros países que também oferecem um *insight* preciso sobre o modelo de bem-estar dos países do Sul da Europa ou outro conjunto de países que revelassem semelhantes questões socioeconómicas.

## **7.2 Contributos para a temática**

Como visto na revisão da literatura, a análise e controlo da execução dos PRR definidos parece ser crucial para a resolução de problemas socioeconómicos. Para tal, cada PRR apresenta diversas vertentes (*i.e.*, programas e medidas) definidas inicialmente e em execução.

Dado que a presente dissertação procurou analisar o PRR de Países do Sul da Europa (*i.e.*, Espanha e Portugal), verificou-se que ambos os planos não só apresentam uma estrutura distinta como também o seu conteúdo. Relativamente ao PRR de Espanha, este encontra-se dividido em dez pilares diferentes, integrados com diversas componentes. Destes, a principal prioridade assenta na modernização e digitalização da indústria e PME's (tendo sido alocados 16.075 milhões de euros a esta componente). Para tal, e conforme o PRR definido, a melhoria da regulamentação das empresas, assim como o fomento do empreendedorismo, a instalação da rede 5G e o investimento na cibersegurança, surgem como algumas das componentes

cruciais para potenciar a modernização e digitalização desta indústria. Como prioridade seguinte, surge a criação de soluções que possibilitem não só a reabilitação habitacional e renovação urbana, mas também que promovam a sustentabilidade e investigação em diferentes áreas (*e.g.*, setor das pescas, setor agrícola, setor agroalimentar), sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos. Por outro lado, quanto ao PRR de Portugal, apesar de algumas componentes suscitarem alguma semelhança com o PRR de Espanha, este apresenta uma estrutura significativa distinta, no sentido em que se encontra dividido por três dimensões distintas (*i.e.*, Resiliência, Transição Climática e Transição Digital), compostas por diferentes componentes. Após a análise do mesmo, concluiu-se que a dimensão Resiliência agrega o maior número de componentes e, por isso, apresenta um investimento total de 11.125 milhões de euros. Nesta, constam investimentos direcionados para a componente investimento e inovação, no qual aumentar a competitividade e resiliência da economia Portuguesa através de I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva assentam no objetivo desta componente. Ainda parte integrante da componente Resiliência, surge depois a componente da Habitação, que procura relançar e reorientar a política da habitação através, por exemplo, da implementação de programas de apoio ao acesso à habitação, ou da criação de uma bolsa nacional de alojamento urgente e temporário. A terceira maior componente deste pilar assenta no Sistema Nacional de Saúde, no sentido de dar resposta a mudanças demográficas e epidemiológicas identificadas em Portugal. Por conseguinte, não só serão, por exemplo, fortalecidos os serviços regionais de saúde da Região Autónoma da Madeira e dos Açores, como também serão realizados investimentos que assentem na digitalização da saúde. Além do pilar da Resiliência, e conforme referido anteriormente, foram definidos ainda outros dois pilares, Transição Climática e Transição Digital, que apresentam um investimento de menor valor (3.059 milhões de euros e 2.460 milhões de euros, respetivamente). Ainda assim, ambos apresentam uma variedade de componentes com intervenção em áreas estratégicas distintas, desde o mar, mobilidade sustentável e descarbonização da indústria, à capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação e formação em competências digitais.

Apesar de distintos, ambos apresentam diversas vertentes que contribuem para a resolução dos problemas socioeconómicos de cada país. No entanto, e dado que ambos dispõem de um período de execução até 2026, torna-se fundamental aferir a execução dos mesmos. Para tal a Comissão Europeia, instituição responsável pelo desenvolvimento do PRR, responsabiliza-

se por avaliar a execução dos PRR e por elaborar recomendações referentes aos mesmos de cada Estado-membro. Por conseguinte, a Comissão Europeia tem vindo a revelar, no painel de avaliação sobre a implementação do PRR, que Portugal é o quarto país com maior taxa de execução (17%). Adicionalmente, Portugal posiciona-se em sexto lugar da União Europeia quanto ao montante recebido no âmbito do PRR (*i.e.*, aproximadamente 16,644 mil milhões de euros). Relativamente ao PRR de Espanha conclui-se que as componentes definidas e o ritmo de implementação dos investimentos influenciam a execução do mesmo. Apesar disso, estima-se que a taxa de execução do mesmo (*i.e.*, os pagamentos aos beneficiários finais que executam os investimentos estabelecidos), assenta nos 20%. Deste modo, e apesar de modo muito gradual, Espanha e Portugal apresentam taxas de execução significativamente baixas face ao período final de execução (*i.e.*, 2026).

Face à análise realizada na presente dissertação e aos respetivos resultados obtidos esta dissertação, verifica-se a possibilidade de um estudo mais profundo e atual sobre esta temática. Dado que o PRR será executado até 2026, poder-se-á verificar quais as medidas, reformas e investimentos de facto implementados nas economias e o contributo das mesmas para o crescimento económico de cada Estado-Membro. Com efeito, a análise do PRR de cada Estado-Membro e a sua respetiva execução, assim como a comparação entre os diversos Modelos existentes é um tema com grande espaço para investigação, sendo que qualquer contributo ou progresso que permita uma investigação mais robusta sobre a temática será sempre uma mais-valia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahamson, P. (1999). The Welfare Modelling Business. *Social Policy & Administration*, 33(4), 394-415.
- Abreu Advogados (2020). Next Generation EU: instrumento da recuperação da União Europeia pós-Covid-19. Disponível online em: <https://abreuvadogados.com/conhecimento/helpdesk-covid-19/next-generation-eu-instrumento-da-recuperacao-da-uniao-europeia-pos-covid-19/#:~:text=No%20quadro%20da%20proposta%20da%20Comiss%C3%A3o%20que%20advoга,investimentos%20privados%20e%20Abordar%20as%20li%C3%A7%C3%B5es%20da%20crise.>
- Abreu Advogados (2021). Plano de Recuperação e Resiliência: Portugal Outlook. Lisboa: Abreu Advogados.
- Adão e Silva (2002). O Modelo de Welfare da Europa do Sul. Reflexões sobre a utilidade do conceito. Disponível online em: <https://scielo.pt/pdf/spp/n38/n38a03.pdf>
- Agência para a Modernização Administrativa (2022). Obter informações sobre a Telemedicina. Disponível online em: <https://eportugal.gov.pt/servicos/obter-informacoes-sobre-a-telemedicina>
- Agência Portuguesa do Ambiente (2019). *Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050*. Disponível online em: <https://apambiente.pt/clima/roteiro-para-neutralidade-carbonica-2050>
- Agência Portuguesa do Ambiente (2021). Bioeconomia. Disponível online em: <https://www.apambiente.pt/apa/bioeconomia>
- Amable, B. (2003). Whither Continental European Capitalism? *The Diversity of Modern Capitalism*. 225-265. Disponível online em: <https://doi.org/10.1093/019926113X.003.0006>
- Amandio, A. S. (2022). A Avaliação dos Fundos Europeus em Portugal. *Public Sciences & Policies, Ciências e Políticas Públicas*, 8(1), 1-17. Disponível online em: <https://cpp.iscsp.ulisboa.pt/index.php/capp/article/view/115>
- Arrow, K. J., Ehrlich, P. R. & Levin, S. A. (2013). Some Perspectives on Linked Ecosystems and Socio-Economic Systems. In S. Barrett, K. Mäler & E. Maskin (Eds.) *Environment and Development Economics: Essays in Honour of Sir Partha Dasgupta* (pp. 95-116). Doi: 10.1093/acprof:oso/9780199677856.003.0003
- Azevedo, F. (2021). *Alterações climáticas e resiliência económica*. Disponível online em: [https://www.gee.gov.pt/pt/?option=com\\_fileman&view=file&routed=1&name=An%C3%A1lise%2006%2021.pdf&folder=estudos-e-seminarios%2Fartigos&container=fileman-files](https://www.gee.gov.pt/pt/?option=com_fileman&view=file&routed=1&name=An%C3%A1lise%2006%2021.pdf&folder=estudos-e-seminarios%2Fartigos&container=fileman-files)
- Baudouin, J. (1990). [Review of *Politiques publiques. (Thémis. Science politique)* by Y. Méni & J. -C. Thoenig]. *Reveu Française de Science Politique*, 40(3), 394-397.
- Banco Central Europeu (2022). *Monetary policy decisions*. Disponível online em: <https://www.ecb.europa.eu/press/pr/date/2022/html/ecb.mp221027~df1d778b84.en.html>

- Banco Central Europeu (s.d.). MFI interest rates. Bank interest rates dashboard. Disponível online em: [https://www.ecb.europa.eu/stats/financial\\_markets\\_and\\_interest\\_rates/bank\\_interest\\_rates/mfi\\_interest\\_rates/html/index.en.html](https://www.ecb.europa.eu/stats/financial_markets_and_interest_rates/bank_interest_rates/mfi_interest_rates/html/index.en.html)
- Banco de Portugal (2022). Economia numa Imagem: A pobreza multidimensional diminuiu em Portugal entre 2014 e 2020. Disponível online em: <https://www.bportugal.pt/page/economia-numa-imagem-188>
- Bańkowski, K., Bouabdallah, O., Semeano, J., Dorrucchi, E., Freier, M., Jacquinet, P., Modery, W., Rodríguez-Vives, M., Valenta, V. & Zorell, N. (2022). *The economic impact of Next Generation EU: a euro area perspective*. Disponível online em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpops/ecb.op291~18b5f6e6a4.en.pdf>
- Barnard, C. I. (1966). Theories of Administration. In F. English (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Educational Leadership and Administration* (pp. 23-27). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.
- Barroso, C. D., Laureano, L., Mota, A. G., Soares, H. (2013). *Introdução às Finanças Fundamentos de Finanças com Casos Práticos Resolvidos e Propostos*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Batabyal, A. A. (1998). The concept of resilience: retrospect and prospect. *Environment and Development Economics*, 3(2), 221-262.
- Bayar, Y., Diaconu, L. & Maxim, A. (2020). Financial Development and CO2 Emissions in Post-Transition European Union Countries. *Sustainability*, 12(7), 2640-2655. Disponível online em: <https://doi.org/10.3390/su12072640>
- BBVA (2022). Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia (PRTR): ejecución en 2021. Disponível online em: [https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2022/03/Ejecucion-PRTR\\_2021.pdf](https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2022/03/Ejecucion-PRTR_2021.pdf)
- BCSD (s.d.). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível online em: <https://ods.pt/ods/>
- Bird, L., Heeter, J., O'Shaughnessy, E., Speer, B., Volpi, C. & Zhou, E. (2017). *Policies for Enabling Corporate Sourcing of Renewable Energy Internationally. A 21st Century Power Partnership Report*. Disponível online em: <https://www.nrel.gov/docs/fy17osti/68149.pdf>
- bitkom (2020). Klimaeffekte der Digitalisierung. Studie zur Abschätzung des Beitrags digitaler Technologien zum Klimaschutz. Disponível online em: [https://www.bitkom.org/sites/main/files/2021-10/20211010\\_bitkom\\_studie\\_klimaeffekte\\_der\\_digitalisierung.pdf](https://www.bitkom.org/sites/main/files/2021-10/20211010_bitkom_studie_klimaeffekte_der_digitalisierung.pdf)
- Bhattacharjee, A. (2012). *Social Science Research: Principles, Methods and Practices*. Florida: University of South Florida.
- Blank, R., & Blinder, A. (1985). Macroeconomics, Income Distribution, and Poverty. *National Bureau of Economic Research Working Paper Series, No. 1567*. Disponível online em: [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w1567/w1567.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w1567/w1567.pdf)
- Blinder, A. S., Esark, H. Y. (1978). Macroeconomic Activity and Income Distribution in the Postwar United States. *The Review of Economics and Statistics*, 60(4), 604-609.

- Bouchard, T. J. (1976). Unobtrusive Measures: An Inventory of Uses. *Sociological Methods & Research* 4(3), 267-300.
- Bowen, G. A. (2009). Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27-40.
- Boyd, W. (2011). Climate Change, Fragmentation, and the Challenges of Global Environmental Law: Elements of a Post-Copenhagen Assemblage. *University of Pennsylvania Journal of International Law* 32(2), 457-550.
- Brannen, J. (2005). Mixing Methods: The Entry of Qualitative and Quantitative Approaches into Research Process. *International Journal of Social Research Methodology* 8(3), 173-184.
- Bridge, G., Barr, S., Bouzarovski, S., Bradshaw, M., Brown, E., Bulkeley, H. & Walker, G. (2018). *Energy and Society: A Critical Perspective*. Londres: Routledge.
- British Petroleum (2022). Statistical Review of World of Energy.
- Brundtland, G. H. (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. Geneva.
- Campbell, D. T. & Fiske, D. W. (1959). Convergent and Discriminant Validation by Multitrait-Multimethod Matrix. *Psychological Bulletin* 56(2), 81-105.
- Catroga, E. (2020). *Desenvolver Portugal. Reflexões em tempos de pandemia*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Centro de Informação Europeia (2021). Próxima Geração EU. Novo instrumento de recuperação no montante de 750 mil milhões de euros. Disponível online em: <https://eurocid.mne.gov.pt/proxima-geracao#Breve%20Explica%C3%A7%C3%A3o>
- Centro de Informação Europeia (s.d.). Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA). Disponível online em: <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/fundo-europeu-agricola-de-garantia-feaga>
- Chalvatzis, K. J. & Ionannidis, A. (2017). Energy supply security in the EU: Benchmarking diversity and dependence of primary energy. *Applied Energy*, 207, 465-476.
- Chang, R. M., Kauffman, R. J., & Kwon, Y. (2014). Understanding the paradigm shift to computational social science in the presence of big data. *Decision Support Systems*, 63, 67-80. Disponível online em: <https://doi.org/10.1016/j.dss.2013.08.008>
- Coady, D., Parry, I., Sears, L. & Sahng, B. (2015). *IMF Working Paper. How Large are Global Energy Subsidies?* Fiscal Affairs Department. Disponível online em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/How-Large-Are-Global-Energy-Subsidies-42940>
- Coker, D. R. & Friedel, J. N. (1991). The Data Collection Matrix Model: A Tool for Functional Area and Program Evaluation. *Research in Higher Education*, 32(1), 71-81.
- Comissão Europeia (1997). *Evaluating EU expenditure programmes: A guide: Ex post and intermediate evaluation*, Publications Office. Disponível online em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/742ed190-3961-45cd-ad34-e4d4b73bd3e7/language-en/format-PDFA1B>

- Comissão Europeia (2014). Cohesion Policy. Disponível online em: [https://ec.europa.eu/regional\\_policy/policy/what/investment-policy\\_en](https://ec.europa.eu/regional_policy/policy/what/investment-policy_en)
- Comissão Europeia (2020). *The Recovery and Resilience Facility*. Business, Economy, Euro. Disponível online em: [https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/recovery-coronavirus/recovery-and-resilience-facility\\_en](https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/recovery-coronavirus/recovery-and-resilience-facility_en)
- Comissão Europeia (2021). *Digital Transition. What we do*. Reform Support. Disponível online em: [https://reform-support.ec.europa.eu/what-we-do/digital-transition\\_en](https://reform-support.ec.europa.eu/what-we-do/digital-transition_en)
- Comissão Europeia (2021a). *The EU's 2021-2027 long-term Budget and Next Generation EU Facts and Figures*. Disponível online em: [https://www.portugal2020.pt/wp-content/uploads/enn.en\\_.pdf](https://www.portugal2020.pt/wp-content/uploads/enn.en_.pdf)
- Comissão Europeia (2022). *Report from the Commission to the European Parliament and the Council. On the Implementation of the Recovery and Resilience Facility*. Publications Office of the European Union. Disponível online em: [https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/com\\_2022\\_75\\_1\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/com_2022_75_1_en.pdf)
- Comissão Europeia (2023). *Recovery plan for Europe*. Disponível online em: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe\\_en](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe_en)
- Comissão Europeia (s.d.). Road transport: Reducing CO<sub>2</sub> emissions from vehicles. Disponível online em: [https://climate.ec.europa.eu/eu-action/transport/road-transport-reducing-co2-emissions-vehicles\\_pt?etrans=pt](https://climate.ec.europa.eu/eu-action/transport/road-transport-reducing-co2-emissions-vehicles_pt?etrans=pt)
- Comissão Europeia (s.d.a). Shaping Europe's digital future, Digital Skills. Disponível online em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/digital-skills#:~:text=In%20Europe%2C%20more%20than%2090%25%20of%20professional%20roles,skills%2C%20including%2037%25%20of%20those%20in%20the%20workforce.>
- Comissão Europeia (s.d.b.). Milestones and targets. Recovery and Resilience Scoreboard. Disponível online em: [https://ec.europa.eu/economy\\_finance/recovery-and-resilience-scoreboard/index.html?lang=en](https://ec.europa.eu/economy_finance/recovery-and-resilience-scoreboard/index.html?lang=en)
- Comissão Europeia (s.d.c.). Ação da UE para fazer face à crise energética. Disponível online em: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/eu-action-address-energy-crisis\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/eu-action-address-energy-crisis_pt)
- Compete 2020 (2022). Segunda Reprogramação – Dezembro 2022. Disponível online em: [https://www.compete2020.gov.pt/REACT\\_EU\\_COMPETE2020](https://www.compete2020.gov.pt/REACT_EU_COMPETE2020)
- Conselho Europeu (2010). Council conclusions of 19 November 2010 on education for sustainable development. *Official Journal*, C 327, 11-14. Disponível online em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52010XG1204\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52010XG1204(01))
- Conselho Europeu (2021). Council adopts European climate law. Disponível online em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/06/28/council-adopts-european-climate-law/>
- Comissão das Comunidades Europeias (2005). Progress Towards the Lisbon Objectives in Education and Training. *Commission staff working document, SEC (2005) 419*. Disponível online em: <https://www.cedefop.europa.eu/files/78-att1-1-2005progress-edutrainLisbon.pdf>

- Conselho Europeu (2020). *Council Regulation (EU) 2020/2094 of 14 December 2020 establishing a European Union Recovery Instrument to support the recovery in the aftermath of the COVID-19 crisis*. Disponível online em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020R2094&from=IT>
- Conselho Europeu (2020a). *Special meeting of the European Council (17, 18, 19 20 and 21 July 2020)*. Disponível online em: <https://www.consilium.europa.eu/media/45109/210720-euco-final-conclusions-en.pdf>
- Conselho Europeu (2020b). *Iniciativa REACT-EU: Conselho define posição negocial parcial*. Disponível online em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2020/07/22/react-eu-council-agrees-on-its-partial-negotiating-position/>
- Conselho Europeu (2022). *Cronologia – Acordo de Paris sobre as alterações climáticas*. Disponível online em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/timeline-paris-agreement/>
- Conselho Europeu (2023). *Infographic –How is the EU financing the transition to climate neutrality?*. Disponível online em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/financing-climate-transition/>
- Conselho da União Europeia (2020). *Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council establishing a Technical Support Instrument. Regulation (EU) of the European Parliament and of the Council of establishing a Technical Support Instrument*. Disponível online em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-13996-2020-INIT/en/pdf>
- Conselho da União Europeia (2022). *A digital future for Europe*. Policies. Disponível online em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/a-digital-future-for-europe/>
- Conselho da União Europeia (2023). *Infographic - Where does the EU's gas come from?*. Disponível online em: <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/eu-gas-supply/>
- Conselho da União Europeia & Parlamento Europeu (2021). *Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência*. Disponível online em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021R0241>
- Corti, F., Ferrer, J. N., Ruiz, T. O. & Liscai, A. (2022). Comparing and assessing recovery and resilience plans, Italy, Germany, Spain, France, Portugal, Slovakia, Austria and Belgium. *Recovery and Resilience Reflection Papers*, (7), 1-107.
- Cowell, F. A. & Flachaire, E. (2007). Income distribution and inequality measurement: The problem of extreme values. *Journal of Econometrics*, 141, 1044-1072.
- Cowell, F. A. & Victoria-Feser, M.-P. (1966) Robustness Properties of Inequality Measures. *Econometrica*, 64(1), 77-101. Doi: 10.2307/2171925
- Craig, P. (2018). *EU Administrative Law*. Great Clarendon Street, Oxford: Oxford University Press.
- Crescenzi, R., Giua, M. & Sonzogno, G. V. (2021). Mind the Covid-19 crisis: An evidence-based implementation of *Next Generation EU*. *Journal of Policy Modeling* 43(2), 278-297. Doi: 10.1016/j.jeconom.2007.01.001

- Creswell, J. W. & Creswell, J. D. (2018). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. United States of America: SAGE Publications, Inc.
- Crous, D. (2020). The European Green Deal is the roadmap to our economic and social recovery. Disponível online em: <https://cor.europa.eu/en/news/Pages/The-European-Green-Deal-is-the-roadmap-to-our-economic-and-social-recovery.aspx>
- Cutter, S. L. (2015). The landscape of disaster resilience indicators in the USA. *Natural Hazards*. 80(2), 741-758.
- Dale, S. (2022). *The Statistical Review of World Energy*. Disponível de BP website: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2022-full-report.pdf>
- Decreto-Lei n.º 29-B/2021 de 4 de maio. *Diário da República: I série, N.º 86*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível online em: <https://files.dre.pt/1s/2021/05/08601/0000200008.pdf>
- Denzin, N. K. (1978). *The research act: A theoretical introduction to sociological method*. New York: McGraw-Hill.
- Disparte, D., & Tilleman, T. (2020). Economic Resilience. In *The Great Correction* (pp. 34-36). New America.
- Domínguez, A. A. (2021). La AIREF critica que España no concreta las principales reformas del Plan de Recuperación. Disponível online em: <https://www.elindependiente.com/economia/2021/05/11/la-airef-critica-que-espana-no-concreta-las-principales-reformas-del-plan-de-recuperacion/>
- Downward, P. & Mearman, A. (2007). Retrodution as mixed-methods triangulation in economic research: reorienting economics into social science. *Cambridge Journal of Economics*, 31(1), 77-99.
- Dumciuviene, D. (2015). The Impact of Education Policy To Country Economic Development. *Procedia – Social and Behavioral Sciences* 191(2), 2427-2436.
- Dupont, C., Oberthür, S. & Homeyer, I. (2020). The Covid-19 crisis: a critical juncture for EU climate policy development? *Journal of European Integration* 42(8), 1095-1110.
- DW News (2022). *Russia-Ukraine war, pandemic: How much trouble is the global economy in?* [Vídeo]. Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch?v=ENpLEtQMWHa>
- Dye, T. D. (1984). *Understanding Public Policy*. Eglewood Cliffs: Prentice Hall
- EAPN (2022). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Relatório 2022*. Porto: Observatório nacional luta contra a pobreza.
- Edmonds, W. A. & Kennedy, T. D. (2017). *An Applied Guide to Research Designs: Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods*. California: SAGE Publications, Inc.
- Edward Hill, Howard Wial, & Harold Wolman. (2008). *Exploring Regional Economic Resilience*. UC Berkeley: Institute of Urban and Regional Development. Disponível online em: <https://escholarship.org/uc/item/7fq4n2cv>

- Esping-Anderson, G. (1990). The Three Worlds of Welfare Capitalism. *International Journal of Sociology* 20(3), 92-123. Disponível online em: <http://www.jstor.org/stable/20630041>
- Euribor rates (2022). Euribor interest rates 2022. Disponível online em: <https://www.euribor-rates.eu/en/euribor-rates-by-year/2022/>
- Eurofound (s.d.). Employment impact of digitalization, Disponível online em: <https://www.eurofound.europa.eu/en/employment-impact-digitalisation>
- European Central Bank (2020). *Monetary policy decisions*. Media. Press Releases. Disponível online em: <https://www.ecb.europa.eu/press/pr/date/2020/html/ecb.mp200604~a307d3429c.en.html>
- European Commission (2021). *Communication from the Commission to the European Parliament and the Council on a new funding strategy to finance NextGenerationEU*, Disponível online em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52021DC0250>
- European Parliament (2023). Financing of the CAP: facts and figures. Disponível online em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/106/o-financiamento-da-pac>
- Eurostat (2021). Eurostat releases for the first time estimates of quarterly EU greenhouse gas emissions. Disponível online em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/DDN-20211129-1?>
- Eurostat (2022). *Coal production and consumption statistics*. *Statistics Explained*. Disponível online em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Coal\\_production\\_and\\_consumption\\_statistics#Consumption\\_and\\_production\\_of\\_hard\\_coal](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Coal_production_and_consumption_statistics#Consumption_and_production_of_hard_coal)
- Eurostat (2022a). *Real GDP growth rate – volume*. Annual National Accounts. Disponível online em: <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tec00115/default/table?lang=en>
- Eurostat (2022b). Employment rate by sex, age-group 20-64. Disponível online em: [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg\\_08\\_30/default/table?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_08_30/default/table?lang=en)
- Eurostat (2022c). Employment rates by sex, age and citizenship. Disponível online em: [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/LFSQ\\_ERGAN\\_custom\\_4012130/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=ccbc1cb9-686e-462e-b93c-2783b5fd2ef6](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/LFSQ_ERGAN_custom_4012130/bookmark/table?lang=en&bookmarkId=ccbc1cb9-686e-462e-b93c-2783b5fd2ef6)
- Eurostat (2023). Digital society statistics at regional level. Disponível online em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Digital\\_society\\_statistics\\_at\\_regional\\_level](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Digital_society_statistics_at_regional_level)
- Eurostat (2023a), Digital economy and society statistics – households and individuals. Disponível online em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Digital\\_economy\\_and\\_society\\_statistics\\_-\\_households\\_and\\_individuals#Internet\\_access](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Digital_economy_and_society_statistics_-_households_and_individuals#Internet_access)
- Falardo, P. (2022). Apple, Volkswagen, BMW, Spotify, Ford, Volvo, Honda, IKEA, Nike, Disney, Galp e afins: está tudo a sair da Rússia. *CNN Portugal*. Disponível online em: <https://cnnportugal.iol.pt/guerra/ucrania/uma-debandada-quase-geral-as>

grandes-marcas-que-ja-abandonaram-a-russia/20281231/62211b690cf21a10a422f1a7

- Farris, F. A. (2010). The Gini Index and Measures of Inequality. *The American Mathematical Monthly*, 117(10), 851-864.
- Favre, J. (2021). Exportações da China aumentaram mais de 30% em março. *Observador*. Disponível online em: <https://observador.pt/2021/04/13/exportacoes-da-china-aumentaram-mais-de-30-em-marco/>
- Fernandes, F. (2021). A inflação que veio da China. *Jornal de Negócios*. Disponível online em: <https://www.jornaldenegocios.pt/negocios-iniciativas/detalhe/a-inflacao-que-veio-da-china>
- Ferrera, M. (1996). The Southern Model of Welfare in Social Europe. *Journal of European Social Policy*, 6(1), 17-37.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Flick, U. (2009). *An Introduction to Quantitative Research*, Londres: SAGE Publications, Inc.
- FMI (2022). *World Economic Outlook: War Sets Back the Global Recovery*. Disponível online em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/04/19/world-economic-outlook-april-2022#:~:text=EXECUTIVE%20SUMMARY-,FULL%20REPORT,-BLOG%20BY%20PIERRE>
- FMI (2022). World Economic Outlook Database. Disponível online em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October/download-entire-database>
- Francis, R. & Bekera, B. (2014). A metric and frameworks for resilience analysis of engineered and infrastructure systems. *Reliability Engineering and System Safety* 121(), 90-103. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.res.2013.07.004>
- Funcas (2023). Previsões Económicas para Espanha 2023-2024. Disponível online em: <https://www.funcas.es/textointegro/previsiones-economicas-para-espana2023-2024/>
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in Ethnomethodology*. New Jersey, Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.
- GEF (s.d.). Who We Are. What is the GEF? Funding. GEF Timeline. Disponível online em: <https://www.thegef.org/who-we-are>
- Giorgi, G. M. & Gigliarano, C. (2017). The Gini Concentration Index: A Review of The Inference Literature. *Journal of Economic Surveys*, 31(4), 905-1148. Doi: <https://doi.org/10.1111/joes.12185>
- Gonzalez, R. S. (2008). O Método Comparativo e a Ciência Política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2(1), 1-12.
- Gregory, R. E. (1986). Source Selection: A Matrix Approach. *Journal of Purchasing and Materials Management*, 22 (2), 24-29.
- Governo de Espanha (2020). *Espanña Puede. Recovery, Transformation and Resilience Plan for the Spanish Economy*. Disponível online em:

- [https://portal.mineco.gob.es/RecursosArticulo/mineco/ministerio/ficheros/Recovery\\_Plan\\_en.pdf](https://portal.mineco.gob.es/RecursosArticulo/mineco/ministerio/ficheros/Recovery_Plan_en.pdf)
- Governo de Espanha (2021). *Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia*. Disponível online em: [https://www.lamoncloa.gob.es/temas/fondos-recuperacion/Documents/160621-Plan\\_Recuperacion\\_Transformacion\\_Resiliencia.pdf](https://www.lamoncloa.gob.es/temas/fondos-recuperacion/Documents/160621-Plan_Recuperacion_Transformacion_Resiliencia.pdf)
- Gouveia, M. F., Garoupa, N., Magalhães, P. & Carvalho, J. M. (2012). *Justiça económica em Portugal, Resumo de estudo*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Guibentif, P. (2017). O direito na constituição da política. *CESContexto*. 19, 7-36. Disponível online em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16316/1/2017\\_Atas\\_APS\\_Contrib\\_PG.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16316/1/2017_Atas_APS_Contrib_PG.pdf)
- Haas, M. (1962). Comparative Analysis. *Western Political Quarterly*, 15(2), 294-303.
- Han, Y. & Goetz, S.J. (2018). Predicting US county economic resilience from industry input-output accounts, *Applied Economics*, (), 1-10.
- Hawkins, P. & Weber, O. (2015). Global Sustainability, Climate Change and Finance Policy: A South African Perspective. *Centre for International Governance Innovation*.
- Hill, E.W., Wial, H. & Wolman, H. (2008). *Exploring Regional Economic Resilience*. Disponível online em: [https://gwipp.gwu.edu/files/downloads/Exploring\\_Regional\\_Economic\\_Resilience.pdf](https://gwipp.gwu.edu/files/downloads/Exploring_Regional_Economic_Resilience.pdf)
- Hills, A. (2000). Revisiting Institutional Resilience as a Tool in Crisis Management. *Journal of Contingencies and Crisis Management*, 8(2), 109-118.
- Hoover, G. A., Giedeman, D. C. & Dibooglu, S. (2009). Income inequality and the business cycle: A threshold cointegration approach. *Economic Systems*, 33(3), 278-292.
- Hooper, H., Barden, J. & Raghuvver, T. (2022). Europe is a key destination for Russia energy exports. Disponível online em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=51618#>
- Hynes, W., Trump, B., Love, P. & Linkov, I. (2020). Bouncing forward: a resilience approach to dealing with COVID-19 and future systemic shocks. *Environment Systems and Decisions*, 40(2), 174-184.
- ILO, FAO, IFAD & WHO (2020). *Impact of COVID-19 on people's livelihoods, their health and our food systems*. Joint Statement by ILO, FAO, IFAD and WHO. Disponível online em: <https://www.who.int/news/item/13-10-2020-impact-of-covid-19-on-people-s-livelihoods-their-health-and-our-food-systems>
- INE (2008). Conceito 1030 - Energia Primária. Disponível online em: <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1501#Gloss%C3%A1rio>
- Insee (s.d.). Primary energy. Disponível online em: <https://www.insee.fr/en/metadonnees/definition/c1189>
- Intergovernmental Panel on Climate Change (2007). *Climate Change 2007: Synthesis Report*. Disponível online em: [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4\\_syr\\_full\\_report.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4_syr_full_report.pdf)

- Intergovernmental Panel on Climate Change (2021). *IPCC FACTSHEET What is the IPCC?* Disponible online em: [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2021/07/AR6\\_FS\\_What\\_is\\_IPCC.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2021/07/AR6_FS_What_is_IPCC.pdf)
- Interflax (2022). Russian GDP could fall 2.9%, consumer prices rise 12,3% in 2022 -Central Bank survey. *Interflax*. Disponible online em: <https://interfax.com/newsroom/top-stories/85870/>
- International Institute for Sustainable Development (2022). The Legacies of the Stockholm Conference. Disponible online em: <https://www.iisd.org/articles/deep-dive/stockholm-conference-legacy>
- Jacques Delors Institute (2020). European Debt Mutualisation. Finding a legitimate balance between solidarity and responsibility mechanisms. *EU Budget Policy Paper*, (255), 1-20. Disponible online: <https://institutdelors.eu/publications/european-debt-mutualisation/>
- Jick, T. D. (1979). Mixing Qualitative and Quantitative Methods: Triangulation in Action. *Administrative Science Quarterly*, 24(4), 602-61.
- Joshi, M. S. & Javan, J. E. (2022). Cognitive Resilience in Brain Health and Dementia Research. *Journal of Alzheimer's disease: JAD*, 90(2), 461-473. Doi: 10.3233/JAD-220755
- Kilian, B., & Elgström, O. (2010). Still a green leader? The European's role in international climate negotiations. *Cooperation and Conflict*, 45(3), 255-273.
- Knight, C. (2020). Get used to it. Disponible online em: <https://www.eib.org/en/stories/developing-countries-climate-adaptation>
- Knoepfel, P., Larrue, C., Varone & Hill, M. (2007). *Public Policy Analysis*. Bristol: The Policy Press.
- Knudsen, E.S. (2013). Darwin, recessions and firms: Na evolutionary perspective on firms in recessions. *SNF Swedish Nutrition Foundation*, 13(5), 1-10.
- Kraft, M. E. & Furlong, S. R. (2018). *Public Policy Politics, Analysis and Alternatives*. London, United Kingdom: SAGE Publications, Inc.
- Krammer, A., Azour, J., Selassie, A. A., Goldfajn, I. & Changyong, R. (2022). How War in Ukraine Is Reverberating Across World's Regions. IMF. Disponible online em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/03/15/blog-how-war-in-ukraine-is-reverberating-across-worlds-regions-031522>
- Kuzemko, C., Blondel, M., Dupont, C. & Brisbois, M. C. (2022). Russia's War on Ukraine, European energy policy responses & implications for sustainable transformations. *Energy Research & Social Science* 93(1), 1-8.
- Ladi, S. & Tsarouhas, D. D. (2020). EU economic governance and Covid-19: policy learning and Windows of opportunity. *Journal of European Integration* 42(8), 1041-1056.
- La Moncloa (2021). Montero defiende un sistema fiscal del siglo XXI que proporcione ingresos suficientes para un Estado de Bienestar fuerte. Disponible online em: <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/hacienda/Paginas/2021/100521-componentes-hacienda.aspx>

- Lasswell, H. D. (1965). The Policy Orientation. In D. Lerner & H. D. Lasswell (eds.), *The Policy Sciences* (pp. 3-15).
- Lemieux, V. (1995). *L'étude des politiques publiques: Les acteurs et leur pouvoir*. Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval.
- Levin, S. A. (2006). Learning in a global commons : socioeconomic challenges for a sustainable environment. *Ecological Research* 21(3), 328-333.
- Levy, B. (2012). The Role of Globalization in Economic Development. *Sustainability & Economics eJournal*.
- Leyen, U. (2020). *Europe's plan to become the first carbon-neutral continent*. TED Conference. Disponível online em: [https://www.ted.com/talks/ursula\\_von\\_der\\_leyen\\_europe\\_s\\_plan\\_to\\_become\\_the\\_first\\_carbon\\_neutral\\_continent](https://www.ted.com/talks/ursula_von_der_leyen_europe_s_plan_to_become_the_first_carbon_neutral_continent)
- Lijphart, A. (1971). Comparative Politics and the Comparative Method. *The American Political Science Review*, 65(3), 682-693.
- Mais Transparência. (s.d.). Mais Transparência. <https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/prr/dimensao/resiliencia/>
- Marchese, K. (2012). Bouncing back: supply chain risk management lessons from post-tsunami Japan. *Industry Week*. Disponível online em: <https://www.industryweek.com/the-economy/article/21949237/bouncing-back-supply-chain-risk-management-lessons-from-posttsunami-japan>
- Marshall, C. & Rossman, G. B. (2016). *Designing Qualitative Research Sixth Edition*. United States of America: SAGE Publications, Inc.
- Martin, R. & Sunley, P. (2015). On the notion of regional economic resilience. *Journal of Economic Geography*, 15(1), 1-42.
- Massaro E., Ganin A., Perra N., Linkov I., Vespignani A., Resilience management during large-scale epidemic outbreaks. *Scientific Reports* 8(1).
- Masters, J. (2022). *Ukraine: Conflict at the Crossroads of Europe and Russia*. Disponível online em: <https://www.cfr.org/backgrounder/ukraine-conflict-crossroads-europe-and-russia>
- McEwen, B. S. & Wingfield, J. C. (2003). The concept of allostasis in biology and biomedicine. *Hormones and Behavior*, 43(1), 2-15. Doi: 10.1016/S0018-506X(02)00024-7
- McGillivray, G. (2021). An expert explains: How COVID-19 exposed the fragility of global supply chains. Disponível online em: <https://www.weforum.org/agenda/2021/07/covid-19-pandemic-global-supply-chains/>
- Meehan, E. J. (1965). *The Theory and Method of Political Analysis*. Homewood, Illinois: The Dorsey Press.
- Medinilla, M. (2021). El PIB se contrajo un 10,8% en 2020, la mayor caída registrada desde la Guerra Civil. Disponível online em: <https://www.economista-es.translate.google.com/economia/noticias/11126451/03/21/El-PIB-registro-un-descenso->

historico-del-108-en-2020-y-mejora-en-dos-decimas-la-prevision-  
.html?\_x\_tr\_sl=es&\_x\_tr\_tl=pt&\_x\_tr\_hl=pt&\_x\_tr\_hist=true

- Mergeart, L. & Minto, R. (2015). Ex Ante and Ex Post Evaluations: Two Sides of the Same Coin?: The Case of Gender Mainstreaming in EU Research Policy. *European Journal of Risk Regulation*, 6(1), 47-56.
- Meyer-Breitkreutz, N. & Pauslen, N. (2021). Digitalization can save one in five tons of CO<sub>2</sub>. Disponível online em: [https://www.bitkom.org/EN/List-and-detailpages/Press/Digitization-can-save-one-in-five-tons-of-CO<sub>2</sub>:~:text=According%20to%20Bitkom%2C%20the%20decisive%20factor%20will%20be,necessary%20to%20reach%20the%20climate%20objectives%20for%202030.](https://www.bitkom.org/EN/List-and-detailpages/Press/Digitization-can-save-one-in-five-tons-of-CO2#:~:text=According%20to%20Bitkom%2C%20the%20decisive%20factor%20will%20be,necessary%20to%20reach%20the%20climate%20objectives%20for%202030.)
- Milanovic, B. (2016). *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Nações Unidas (1998). *Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change*. Disponível online em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf>
- Nações Unidas (2012). *Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change. Doha Amendment to the Kyoto Protocol*. United Nations Treaty Collection. Disponível online em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/CN/2012/CN.718.2012-Eng.pdf>
- Nações Unidas (2021). *Os desafios e oportunidades do financiamento climático*. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. Disponível online em: <https://unric.org/pt/os-desafios-e-oportunidades-do-financiamento-climatico/>
- Nações Unidas (s.d.). *Financing Climate Action*. Raising Ambition. Climate Finance. Disponível online em: <https://www.un.org/en/climatechange/raising-ambition/climate-finance>
- Nações Unidas (s.d.a). *História da ONU*. Disponível online em: <https://unric.org/pt/historia-da-onu/>
- Neves, J. C. (2017). *Introdução à Economia*. Lisboa: Editorial, Verbo.
- Neves, R. (2022). Dossiê Energias Renováveis. *Forbes*, (61), 47-53.
- OCDE (2020). *Improving Governance with Policy Evaluation: Lessons From Country Experiences*. OCDE Publishing, Paris: OCDE Public Governance Reviews.
- OCDE (2022). Employment rate (indicator). Disponível online em: <https://data.oecd.org/emp/employment-rate.htm> doi: 10.1787/1de68a9b-en
- OCDE (2023). Unemployment - Unemployment rate by age group. Disponível online em: <https://data.oecd.org/unemp/unemployment-rate-by-age-group.htm#indicator-chart>
- Oliver, D. & Miller, W. B. (1955). Suggestions for a More Systematic Method of Comparing Political Units. *American Anthropologist* 57, 118-121.
- Omann, I. & Spangenberg, J. (2002). *Assessing Social Sustainability The Social Dimension of Sustainability in a Socio-Economic Scenario*.

- OMS-China (2021). *WHO-convened Global Study of Origins of SARS-CoV-2: China Part Joint WHO-China Study Team report*. Disponível online em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-convened-global-study-of-origins-of-sars-cov-2-china-part>
- Ordem dos Advogados (2021). Fundo para uma Transição Justa (FTJ). Disponível online em: <https://portal.oa.pt/publicacoes/informacao-juridica/uniao-europeia/direito-da-uniao-europeia/fundos-instrumentos-mecanismos-reservas/fundo-para-uma-transicao-justa-ftj/>
- Organisation for Economic Co-operation and Development (2022). *OECD Environment Working Papers No. 192. Digitalisation for the transition to a resource eficiente and circular economy*. Disponível online em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/6f6d18e7-en.pdf?expires=1664915380&id=id&accname=guest&checksum=1BDA8BD6E1673A87D71AC9D29F18CEF9>
- Orr, D. W. (2014). Reflections on Resilience in a “Black Swan” World. *Resilience: A Journal of the Environmental Humanities*, 1(1), 1-11.
- Östh, J., Reggiani, A. & Galiazzi, G. (2014). Spatial economic resilience and accessibility: A joint perspective. *Computers, Environment and Urban Systems*, 45, 148-159.
- Ostry, J. D., Jiménez, D., Furceri, D., Deb, P. & Carrière-Swallow, Y. (2022). *Shipping Costs and Inflation*. Disponível online em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2022/03/25/Shipping-Costs-and-Inflation-515144>
- Ottinger, R. L. (2010). Copenhagen Climate Conference – Success or Failure? *Pace Environmental Law Review*, 27(2), 411-419.
- Parker, C.F., Karlsson, C. (2017). The European Union as a global climate leader: confronting aspiration with evidence. *Int Environ Agreements* 17, 445–461. Disponível online em: <https://doi.org/10.1007/s10784-016-9327-8>
- Parsons, W. (1995). *Public Policy*. Northampton: Edward Elgar.
- Parlamento Europeu (2022). *Multiannual financial Framework*. Fact Sheets on the European Union. Disponível online em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/29/multiannual-financial-framework>
- Parlamento Europeu (2023). *Shaping the digital transformation: EU strategy explained*. Disponível online em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20210414STO02010/shaping-the-digital-transformation-eu-strategy-explained>
- Parlamento Europeu (2022a). *Next Generation EU delivery – How are the Member States doing? Spain’s National Recovery and Resilience Plan*. Disponível online em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/698878/EPRS\\_BRI\(2022\)698878\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/698878/EPRS_BRI(2022)698878_EN.pdf)
- Parlamento Europeu (2022b). Parlamento Europeu (2022d). *Next Generation EU delivery – How are the Member States doing? Portugal’s National Recovery and Resilience Plan*. Disponível online em:

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/729408/EPRS\\_BRI\(2022\)729408\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/729408/EPRS_BRI(2022)729408_EN.pdf)

- Parlamento Europeu (s.d.). Política regional e de coesão. Disponível online em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/section/195/politica-regional-e-de-coesao>
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Pedro, R. (2021). *Fundos Europeus: Plano de Recuperação e Resiliência Legislação Fundamental*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Peters, G. B. (1986). *American Public Policy*. London: MacMillan Education, Ltd.
- Petmesidou, M. & Tsoulouvis, L. (1994). Aspects of the Changing Political Economy of Europe: Welfare State, Class Segmentation and Planning in the Postmodern Era, *Sociology* 28(2), 499-519.
- Portela, J. F. (2021). Modernización del sistema fiscal para um crecimiento inclusivo y sostenible. Disponível online em: <https://planderecuperacion.gob.es/politicas-y-componentes/modernizacion-del-sistema-fiscal-para-un-crecimiento-inclusivo-y-sostenible>
- Raíno, P. (2021). Fact Check. Grécia espera criar quatro vezes mais emprego que Portugal com a ajuda da bazuca europeia? *Observador*. Disponível online em: <https://observador.pt/factchecks/fact-check-grecia-espera-criar-quatro-vezes-mais-emprego-que-portugal-com-ajuda-da-bazuca-europeia/>
- Ratero, A. N., Mateus, R. & Ferreira, S. (2023). O Ensino Especial no Regime Jurídico da Educação Inclusiva: Estudo Comparativo entre Portugal e Espanha. *Revista Imagens da Educação* 13(2), 128-147.
- Recovery and Resilience Facility for clean energy*. (s.d.). Energy. [https://energy.ec.europa.eu/topics/funding-and-financing/recovery-and-resilience-facility-clean-energy\\_en](https://energy.ec.europa.eu/topics/funding-and-financing/recovery-and-resilience-facility-clean-energy_en)
- Recuperar Portugal (2022). TD-r33: Justiça económica e ambiente de negócios. Disponível online em: <https://recuperarportugal.gov.pt/2023/02/21/td-r33-justica-economica-e-ambiente-de-negocios/>
- Recuperar Portugal (s.d.). Estrutura de Missão Recuperar Portugal. Disponível online em: <https://recuperarportugal.gov.pt/recuperar-portugal/>
- Redman, C. L., Grove, J. M. & Kuby, L. H. (2004). Integrating Social Science to the Long-Term Ecological Research (LTER) Network: Social Dimensions of Ecological Change and Ecological Dimensions of Social Change. *Ecosystems*, 7(2), 161-171.
- República Portuguesa (2021a). Recuperar Portugal, Construindo o Futuro: Plano de Recuperação e Resiliência. Lisboa: Ministério do Planeamento. Disponível online em: <https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2021/10/PRR.pdf>
- República Portuguesa (2021b). Investimento RE-C06-i01. Disponível online em: <https://recuperarportugal.gov.pt/2021/06/13/investimento-re-c06-i01/>
- República Portuguesa (2021c). C3 Respostas Sociais. Disponível online em: <https://recuperarportugal.gov.pt/respostas-sociais-c3/>

- República Portuguesa (2021d). Investimento TD-C16-i02 Transição Digital das Empresas (450M€). Disponível online em: <https://recuperarportugal.gov.pt/2021/06/13/investimento-td-c16-i02/>
- República Portuguesa (2022). Plano RePowerEU de 18 de maio de 2022. Disponível online em: <https://www.dgae.gov.pt/comunicacao/destaques/plano-repowereu-de-18-de-maio-de-2022.aspx>
- Rhodes, M. (2009). Southern European Welfare States: Identity, Problems and Prospects for Reform, *South European Society and Politics*, 1(3), 1-22. Disponível online em: <https://doi.org/10.1080/13608749608539480>
- Roddick, J. F. (1998). El Nino, El Viejo, and the global re-shaping of Latin America: surviving the UNCED coups, *Third World Quarterly*, 20(4), 771-800. Disponível online em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/3993588.pdf>
- Runkel, P. J. & McGrath, J. E. (1972). *Research on Human Behavior: A Systematic Guide to Method*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Sands, P (1992). The United Nations Framework Convention on Climate Change. *Framework for Climate Change*, 1(3), 270-277.
- Sapir, A. (2006). Globalization and the Reform of European Social Models. *Journal of Common Market Studies*, 44(2), 369-390.
- Sartori, G. (1970). Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*, 64(4), 1033-1053.
- Scott, W. R. (1930). Economic Resiliency. *The Economic History Review*, 2(2), 291-299.
- Seguridad Social (2021). Ingreso Mínimo Vital. *Gobierno de España*. Disponível online em: <https://www.seg-social.es/wps/portal/wss/internet/Trabajadores/PrestacionesPensionesTrabajadores/65850d68-8d06-4645-bde7-05374ee42ac7#:~:text=El%20Ingreso%20M%C3%ADnimo%20Vital%20es,para%20cubrir%20sus%20necesidades%20b%C3%A1sicas.#:~:text=El%20Ingreso%20M%C3%ADnimo%20Vital%20es%20una%20prestaci%C3%B3n%20dirigida,recursos%20econ%C3%B3micos%20b%C3%A1sicos%20para%20cubrir%20sus%20necesidades%20b%C3%A1sicas>.
- Schulz, T. W. (1961). Investment in human capital. *American Economic Reviews*, 51(1), 1-15.
- Shah, Anup (2009). COP15-Copenhagen Climate Conference. *Global Issues*. Disponível online em: <https://www.globalissues.org/article/784/cop15-copenhagen-climate-conference>
- Siitonen, S., Tuomaala, M., Suominen, M. & Ahtila, P. (2009). Implications of process energy efficiency improvements for primary energy consumption and CO2 emissions at the national level. *Applied Energy*, 87, 2928-2937.
- Sitthiyot, T. & Holasut, K. (2020). A simple method for measuring inequality. *Palgrave Communications* 6(112), 1-9. Disponível online em: <https://doi.org/10.1057/s41599-020-0484-6>

- Smelser, N. J. (1968). Comparative analysis of economic activity. *Social sciences: problems and orientations*. Paris: Mouton.
- Snyder, R. C., Bruck, H. W. & Sapin, B. (1962). *Foreign Policy Decision-Making*. New York: Free Press of Glencoe.
- Sonin, K. (2022). Russia's Road to Economic Ruin: The Long-Term Costs of the Ukraine War Will Be Staggering. *Foreign Affairs*. Disponível online em: <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/russias-road-economic-ruin>
- Spain's National Recovery and Resilience Plan*(Next Generation EU delivery - How are the member States doing?). (2022). European Parliament. <https://www.europarl.europa.eu/EPRS/EPRS-Briefing-698878-NRRP-Spain-FINAL.pdf>
- Tashakkori, A. & Teddlie, C. (2003). Issues and dilemmas in teaching research methods courses in social and behavioural sciences: US perspective, *International Journal of Social Reserch Methodology*, 6(1), 61-77.
- Teddlie, C. & Tashakkori, A. (2009). *Foundations of Mixed Methods Research: Integrating Quantitative and Qualitative Approaches in the Social and Behavioral Sciences*. London: SAGE Publications, Inc.
- The World Bank (2022). Inflation, consumer prices (annual %). Disponível online em: <https://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG?end=2021&start=1960&view=chart>
- União Europeia (2023). InvestEU Fund. Disponível online em: [https://investeu.europa.eu/what-investeu-programme/investeu-fund\\_en](https://investeu.europa.eu/what-investeu-programme/investeu-fund_en)
- United Nations Climate Change (2008). *What is Kyoto Protocol?* Disponível online em: [https://unfccc.int/kyoto\\_protocol](https://unfccc.int/kyoto_protocol)
- United Nations Development Programme (2022). *Inclusive by Design: Accelerating Digital Transformation for the Global Goals*. Disponível online em: <https://www.undp.org/publications/inclusive-design-accelerating-digital-transformation-global-goals#:~:text=Digital%20transformation%20must%20be%20intentionally%20inclusive%20if%20it,digital%20transformation%20and%20what%20it%20involves%20in%20practice>.
- United Nations Environment Programme (2012). *Kyoto Protocols Clean Development Mechanism passes ne billionth certified emission reduction milestone*. Disponível online em: <https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/kyoto-protocols-clean-development-mechanism-passes-one-billionth>
- United Nations Framework Convention on Climate Change (2008). *Kyoto Protocol Reference Manual on Accounting of Emissions and Assigned Amounts*. Disponível online em: <https://unfccc.int/documents/34558>
- United Nations Framework Convention on Climate Change (2009). A Copenhagen Climate Treaty. Version 1.0. A Proposal for a Copenhagen Agreement by Members of the NGO Community. Disponível online em: [http://assets.wwf.org.uk/downloads/ngo\\_cph\\_treaty\\_final\\_040609.pdf](http://assets.wwf.org.uk/downloads/ngo_cph_treaty_final_040609.pdf)

- United Nations Framework Convention on Climate Change (2015). *Paris Agreement*. United Nations.
- United Nations Framework Convention on Climate Change (s.d). The Doha Climate Gateway. Disponível online em: <https://unfccc.int/process/conferences/the-big-picture/milestones/the-doha-climate-gateway>
- United Nations Framework Convention on Climate Change (s.d.a). UNFCCC 25 Years of Effort and Achievement. Key Milestones in the Evolution of International Climate Policy. Disponível online em: <https://unfccc.int/timeline/>
- United Nations Framework Convention on Climate Change (s.d.b). Conference of the Parties (COP). Disponível online em: <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>
- van Schaik, L. (2009). The Sustainability of the EU's Model for Climate Diplomacy in: Oberthür, Sebastian and Marc Pallemarts (2009), *The New Climate Policies of the European Union: Internal Legislation and Climate Diplomacy*, VUB Press. Disponível online em: [https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/20090900\\_chapter\\_vanschaik.pdf](https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/20090900_chapter_vanschaik.pdf)
- Vedolini, E. (2023). *Interlinkages between the just and ecological transition and the digital transformation* (ETUI Research Paper – Working paper 2023.01). Disponível online em: <https://www.etui.org/sites/default/files/2023-01/Interlinkages%20between%20the%20just%20ecological%20transition%20and%20the%20digital%20transformation-2023.pdf>
- Wan, G. H. (2002). Changes in regional inequality in rural China: decomposing the Gini index by income sources. *The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics*, 45(3), 361-381. Doi: <https://doi.org/10.1111/1467-8489.00148>
- Whiteford, P. (2006). Welfare State Reform in Continental and Southern Europe: Na Overview of Challenges and Strategies. *Revue française des affaires sociales*, 21-45. Disponível online em: <https://doi.org/10.3917/rfas.en605.0021>
- Worland, J. (2020). Europe Has Big Plans for a Green New Deal. Poland's Coal Country Isn't So Sure. *Time*. Disponível online em: <https://time.com/collection/great-reset/5900740/europe-green-new-deal-poland/>
- World Bank Group (2022). *Global Economic Prospects*. Disponível online em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>
- World Data Lab (2022). People in the World Living in Extreme Poverty. Disponível online em: <https://worldpoverty.io/headline>
- World Economic Forum (2022). *How much energy does the EU import from Russia?*. Disponível online em: <https://www.weforum.org/agenda/2022/03/eu-energy-russia-oil-gas-import/>
- Wurzel, R. W. & Connelly, J. (2011). Introduction: European Union political leadership in international climate change politics. In R. Wurzel & J. Connelly (Eds.), *The European Union as a Leader in International Climate Change Politics* (pp.24-37). Oxfordshire: Routledge.

- Yin, R. K. (1994). *Case Study research: Design and methods*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Zakeri, B., Paulavets, K., Barreto-Gomez, L., Echeverri, L.G., Pachauri, S., Boza-Kiss, B., Zimm, C., Rogelj, J., Creutzig, F., Ürge-Vorsatz, D., et al. (2022). Pandemic, War and Global Energy Transitions. *Energies* 2022, 15(17), 1-23. Doi: 10.3390/en15176114
- Zubov, I. (2022). The bottom is not visible: the Central Bank moved the point decline in GDP to mid-2023. *Noviye Izvestia*. Disponível online em: <https://en.newizv.ru/article/general/10-11-2022/the-bottom-is-not-visible-the-central-bank-moved-the-point-of-decline-in-gdp-to-mid-2023> Disponível online em: <https://en.newizv.ru/article/general/10-11-2022/the-bottom-is-not-visible-the-central-bank-moved-the-point-of-decline-in-gdp-to-mid-2023>
- 2023 Country Report (European Commission). (2023)

## ANEXOS

### Anexo I - Quadro Resumo 1. – Componentes do PRR de Espanha por Áreas Políticas

Pilares e Componentes	Reformas e Investimentos (R. e I.)	(M €)
<b>P1. Agenda urbana e rural, desenvolvimento da agricultura e combate à desertificação</b>		<b>14.407</b>
1.1. Plano de ação para uma mobilidade sustentável, segura e interligada em áreas urbanas e metropolitanas	R1. Plano de implementação para o carregamento de e o reforço de infraestruturas para veículos elétricos R2. Lei da mobilidade I1. Áreas com baixas emissões e transformação dos transportes urbanos e metropolitanos I2. Regime de incentivo à instalação de pontos de carregamento, aquisição de veículos elétricos e a pilha de combustível e inovação na mobilidade elétrica, carregamento e hidrogénio verde I3. Medidas destinadas a melhorar a qualidade e a fiabilidade dos serviços de transporte ferroviário	6.536
1.2. Plano de reabilitação habitacional e renovação urbana	R1. Execução da Agenda Urbana de Espanha (e respetivo plano de ação) R2. Atualização de 2020 da estratégia espanhola de renovação a longo prazo e respetivo plano de ação R3. Lei da habitação R4. Lei sobre a Qualidade da Arquitetura e do Meio Edificado e Nova Estratégia Nacional de Arquitetura R5. Gabinetes de renovação (balcão único) R6. Melhor financiamento das ações de renovação I1. Programa de reabilitação para a recuperação económica e social nas áreas residenciais I2. Programa para a construção de habitações sociais arrendadas energeticamente eficientes I3. Programa de reabilitação energética dos edifícios I4. Programa de regeneração e desafio demográfico I5. Programa de reabilitação dos edifícios públicos I6. Programa de apoio ao desenvolvimento de projetos-piloto para planos de ação locais da Agenda Urbana de espanhola	6.820
1.3. Transformação digital e “verde” das indústrias agroalimentar e de pesca	R1. Alteração das regras que regem as relações comerciais na cadeia alimentar R2. Desenvolvimento e revisão do quadro regulamentar para a sustentabilidade ambiental da pecuária R3. Quadro legislativo sobre nutrição sustentável nos solos agrícolas e legislação em matéria de poluição de origem agrícola R4. Impulsionar a governação e a gestão sustentável da irrigação espanhola	1.051

	<p>R5. Implementação do Plano de Ação II da Estratégia de Digitalização das áreas agroalimentares e rurais</p> <p>R6. Revisão do quadro regulamentar nacional para a regulamentação da pesca sustentável</p> <p>I1. Plano para melhorar a eficiência e a sustentabilidade da irrigação</p> <p>I2. Plano para reforçar a sustentabilidade e a competitividade da agricultura e da pecuária (I): modernização dos laboratórios de saúde animal e vegetal</p> <p>I3. Plano para reforçar a sustentabilidade e a competitividade da agricultura e da pecuária (II): reforço das capacidades e dos sistemas de biossegurança em viveiros e centros de limpeza e desinfeção</p> <p>I4. Plano para reforçar a sustentabilidade e a competitividade da agricultura e da pecuária (III): investimentos na agricultura de precisão, na eficiência energética e na economia circular no setor da agricultura e da pecuária</p> <p>I5. Estratégia de digitalização do setor agroalimentar e florestal e do ambiente rural: desenvolvimento de ações de apoio à digitalização e ao empreendedorismo do setor agroalimentar e florestal e do ambiente rural</p> <p>I6. Plano para promover a sustentabilidade, a investigação, a inovação e a digitalização no setor das pescas (IV). Modernização da rede de reservas marinhas de interesse piscatório</p> <p>I7. Plano para impulsionar a sustentabilidade, a investigação, a inovação e a digitalização no setor das pescas (IV). Impulsionar a investigação no domínio das pescas e da aquicultura e apoiar a formação</p> <p>I8. Plano para impulsionar a sustentabilidade, a investigação, a inovação e a digitalização no setor das pescas (III). Desenvolvimento tecnológico e inovação no setor das pescas e da aquicultura</p> <p>I9. Plano para impulsionar a sustentabilidade, a investigação, a inovação e a digitalização no setor das pescas (IV): Digitalização e utilização das TIC no setor das pescas</p> <p>I10. Plano para impulsionar a sustentabilidade, a investigação, a inovação e a digitalização no setor das pescas (V). Apoio à luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada</p> <p>I11. Plano para impulsionar a sustentabilidade, a investigação, a inovação e a digitalização no setor das pescas (VI): Apoio ao financiamento do setor das pescas</p>	
<b>P2. Infraestruturas e ecossistemas resilientes</b>		<b>10.400</b>
C4. Conservação e restauração da biodiversidade dos ecossistemas	<p>R1. Conservação da biodiversidade terrestre e marinha</p> <p>R2. Restauração dos ecossistemas e infraestruturas verdes</p> <p>R3. Gestão florestal sustentável</p> <p>I1. Digitalização e conhecimento do património natural</p> <p>I2. Conservação da biodiversidade terrestre e marinha</p> <p>I3. Restauração dos ecossistemas e infraestruturas verdes</p> <p>I4. Gestão florestal sustentável</p>	1.642

C5. Preservação da área costeira e dos recursos hídricos	R1. Planos e estratégias no domínio da água e alterações regulamentares I1. Implementação de ações de tratamento, saneamento, eficiência, poupança, reutilização e segurança das infraestruturas (DESEAR) I2. Monitorização e recuperação dos ecossistemas fluviais, recuperação de aquíferos e atenuação dos riscos de inundações I3. Transição digital no setor da água (aplicação digital do ambiente) - Projeto estratégico para a recuperação e transformação económicas (PERTE) para a digitalização das utilizações da água I4. Adaptar o litoral às alterações climáticas e aplicar estratégias marinhas e planos de ordenamento do espaço marítimo	2.091
C6. Mobilidade sustentável, segura e conectada	R1. Estratégia de mobilidade segura, sustentável e conectada R2. Estratégia ferroviária indicativa I1. Rede nacional de transporte: Corredores europeus I2. Programa da Rede Transeuropeia de Transportes, outras obras I3. Intermodalidade e logística I4. Programa de apoio a transportes sustentáveis e digitais	6.667
<b>P3. Transição energética justa e inclusiva</b>		<b>6.385</b>
C7. Implementação e integração de energias renováveis	R1. Quadro regulamentar para a promoção da produção de energias renováveis R2. Estratégia nacional de autoconsumo R3. Desenvolvimento das comunidades de energia R4. Quadro para a inovação e o desenvolvimento tecnológico no domínio das energias renováveis I1. Desenvolvimento de energias renováveis inovadoras, integradas em edifícios e processos de produção I2. Energia sustentável nas ilhas	3.165
C8. Infraestruturas elétricas, promoção de redes <i>smart</i> e implantação de flexibilidade e armazenamento	R1. Enquadramento da integração das energias renováveis no sistema energético: redes, armazenamento e infraestruturas R2. Estratégia de armazenamento de energia e adaptação do quadro regulamentar para a implantação do armazenamento de energia R3. Desenvolvimento do quadro regulamentar para os serviços de agregação, gestão da procura e flexibilidade R4. Ambientes de testagem ou bancos de ensaio da regulamentação I1. Implantação do armazenamento energético I2. Digitalização das redes I3. Novos modelos empresariais na transição energética	1.365
C9. Integração sectorial do hidrogénio renovável	R1. Roteiro para o hidrogénio I1. Hidrogénio renovável, um projeto nacional	1.555
C10. Estratégia de transição justa	R1. Protocolos para uma Transição Justa I1. Investimento numa Transição Justa	300

<b>P4. Administração Pública para o século XXI</b>		<b>4.239</b>
C11.Modernização da Administração Pública	R1. Reforma para a modernização e digitalização da administração R2. Reforma destinada a reforçar o Estado de direito e a eficiência do sistema judicial R3. Reforma destinada a modernizar a arquitetura institucional da governação económica R4. Estratégia nacional em matéria de contratos públicos R5. Capacidade administrativa I1. Modernização da Administração Geral do Estado I2. Projetos específicos para digitalizar a administração do Estado I3. Transformação e modernização digitais do Ministério da Política Territorial e Civil, do Serviço Nacional de Saúde e da administração das Comunidades Autónomas e das autarquias locais I4. Plano de transição energética na Administração Geral do Estado I5. Transformação da administração para a execução do Plano Espanhol de Recuperação e Resiliência	4.239
<b>P5. Modernização e digitalização da indústria e PME</b>		<b>16.075</b>
C12.Política industrial Espanha 2030	R1. Estratégia espanhola para estimular a indústria 2030 R2. Política de resíduos e reforço da economia circular I1. Espaços de dados setoriais para digitalizar setores estratégicos de produção I2. Programa para estimular a competitividade e a sustentabilidade industrial I3. Plano de apoio à aplicação da legislação em matéria de resíduos e à promoção da economia circular	3.782
C13.Fomentar o crescimento das PME	R1. Melhorar a regulamentação das empresas e o clima R2. Estratégia espanhola de Nação Empreendedora I1. Empreendedorismo I2. Crescimento I3. Digitalização e Inovação I4. Apoio ao comércio I5. Internacionalização	4.894
C14.Modernização e competitividade do sector do turismo	R1. Decreto Real de execução do Fundo Financeiro Estatal para a Competitividade do Turismo (FOCIT) I1. Transformação do modelo turístico rumo à sustentabilidade I2. Programa de digitalização e inteligência para os destinos e o setor do turismo I3. Estratégias de resiliência do turismo para os territórios extra-peninsulares I4. Ações no domínio da competitividade	3.400

C15. Conectividade digital, cibersegurança e instalação da rede 5G	<p>R1. Reforma do quadro regulamentar das telecomunicações: Direito geral, instrumentos regulamentares e instrumentos de execução</p> <p>R2. Roteiro 5G: Gestão e atribuição de espetro, redução dos encargos de implantação, Regulamento Cibersegurança 5G e apoio às autoridades locais</p> <p>I1. Promover a coesão territorial através da implantação de redes: Extensão da banda larga ultrarrápida</p> <p>I2. Reforço da conectividade em centros de referência, motores socioeconómicos e projetos de digitalização setorial</p> <p>I3. Vales de conectividade para as PME e os grupos vulneráveis</p> <p>I4. Renovação e sustentabilidade das infraestruturas</p> <p>I5. Implantação de infraestruturas digitais transfronteiriças</p> <p>I6. Instalação da 5G: redes, evolução tecnológica e inovação</p> <p>I7. Cibersegurança: Reforço das capacidades dos cidadãos, das PME e dos profissionais; melhorar o ecossistema do setor</p>	3.999
<b>P6. Promoção da ciência e inovação e fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde</b>		<b>5.025</b>
C16. Estratégia nacional para a IA	R1/I1. Estratégia nacional de IA	500
C17. Reforma institucional e reforço das capacidades do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação	<p>R1. Reforma da Lei da Ciência, Tecnologia e Inovação</p> <p>R2. Estratégia espanhola para a ciência, tecnologia e inovação 2021-2027 e Desenvolvimento Avançado do Sistema de Informação sobre Ciência, Tecnologia e Inovação</p> <p>R3. Reorganização das organizações públicas de investigação e racionalização da sua estrutura e funcionamento</p> <p>I1. Planos complementares de investigação e desenvolvimento com Comunidades Autónomas</p> <p>I2. Reforço da capacidade, das infraestruturas e do equipamento do Sistema Estatal de Ciência, Tecnologia e Inovação</p> <p>I3. Novos projetos privados, interdisciplinares, públicos de I &amp; D &amp; I, testes de conceito e concessão de auxílios na sequência de concursos internacionais. I &amp; D de ponta orientada para desafios sociais. Contratos públicos pré-comerciais</p> <p>I4. Nova carreira científica</p> <p>I5. Transferência de conhecimentos</p> <p>I6. Saúde</p> <p>I7. Ambiente, alterações climáticas e energia</p> <p>I8. I&amp;D&amp;I no sector automóvel sustentável</p> <p>I9. Sector Aeroespacial</p>	3.456
C18. Renovação e expansão das capacidades do Sistema Nacional de Saúde	<p>R1. Reforço dos cuidados primários e comunitários</p> <p>R2. Reforma do sistema de saúde pública</p> <p>R3. Reforçar a coesão, a equidade e a universalidade</p>	1.069

	<p>R4. Reforçar as competências profissionais e reduzir o emprego temporário</p> <p>R5. Reforma da regulamentação dos medicamentos e melhoria do acesso aos medicamentos</p> <p>I1. Plano de investimento para equipamento de alta tecnologia no Sistema Nacional de Saúde</p> <p>I2. Ações para reforçar a prevenção e a promoção da saúde</p> <p>I3. Reforço das capacidades de resposta a crises sanitárias</p> <p>I4. Formação de profissionais de saúde e recursos para partilhar conhecimentos e melhorar o tratamento dos doentes com doenças raras</p> <p>I5. Plano de racionalização do consumo de produtos farmacêuticos e promoção da sustentabilidade e expansão da carteira de serviços genómicos no Sistema Nacional de Saúde</p> <p>I6. <i>Data Lake</i> de saúde</p>	
<b>P7. Educação e conhecimento, formação contínua e desenvolvimento de capacidades</b>		<b>7.317</b>
C19. Plano Nacional para competências digitais	<p>R1. Plano nacional de competências digitais</p> <p>I1. Competências digitais transversais</p> <p>I2. Transformação digital da educação</p> <p>I3. Competências digitais para o emprego</p> <p>I4. Formação profissional em competências digitais avançadas</p>	3.593
C20. Plano estratégico para a formação profissional	<p>R1. Plano para a modernização da formação profissional</p> <p>R2. Lei que regula o sistema integrado de EFP ligado ao Sistema Nacional de Qualificações</p> <p>I1. Requalificação e melhoria das competências da população ativa no respeitante às qualificações profissionais</p> <p>I2. Transformação digital da formação profissional</p> <p>I3. Inovação e internacionalização da formação profissional</p>	2.076
C21. Modernização e digitalização do sistema de ensino	<p>R1. Nova lei orgânica da educação</p> <p>R2. Um novo modelo curricular para as competências essenciais, a aprendizagem fundamental e o planeamento académico inclusivo</p> <p>R3. Reforma global do sistema universitário</p> <p>I1. Promoção da educação e acolhimento</p> <p>I2. Programa de orientação, progresso e enriquecimento educativo (PROA+)</p> <p>I3. Apoio a estudantes e famílias vulneráveis</p> <p>I4. Formação de pessoal docente e de investigação</p> <p>I5. Melhorar as infraestruturas digitais universitárias, os equipamentos, as tecnologias, o ensino e a avaliação</p>	1.648
<b>P8. A nova economia de cuidados de saúde e políticas de emprego</b>		<b>4.855</b>
C22. Plano de emergência para o cuidado de saúde e de políticas de inclusão	R1. Reforçar os cuidados continuados e promover uma mudança no modelo de apoio e de cuidados continuados	2.492

	<p>R2. Modernização dos serviços sociais públicos e estabelecimento de um novo quadro regulamentar</p> <p>R3. Adoção de uma nova lei sobre a proteção das famílias e o reconhecimento da sua diversificação</p> <p>R4. Reforma do sistema de acolhimento de migrantes e requerentes de proteção internacional</p> <p>R5. Melhoria do sistema de prestações financeiras não contributivas da Administração Geral do Estado</p> <p>I1. Cuidados prolongados e plano de apoio: desinstitucionalização, equipamento e tecnologia</p> <p>I2. Plano de Modernização dos Serviços Sociais -Transformação tecnológica, inovação, formação e reforço das estruturas de acolhimento de crianças</p> <p>I3. Espanha Plano Nacional Acessibilidade</p> <p>I4. Plano Espanha protege contra a violência de género</p> <p>I5. Capacidade do sistema de acolhimento de migrantes e requerentes de proteção internacional</p>	
<p>C23. Novas políticas públicas para um mercado de trabalho dinâmico, resiliente e inclusivo</p>	<p>R1. Regulamentação do teletrabalho</p> <p>R2. Medidas para colmatar as disparidades entre homens e mulheres</p> <p>R3. Regulamentação do trabalho dos entregadores ao domicílio das plataformas digitais</p> <p>R4. Simplificação dos contratos: generalização dos contratos de duração indeterminada, razões para recorrer a contratos temporários e regulamentação do contrato de formação/aprendizagem</p> <p>R5. Modernização das políticas ativas do mercado de trabalho (PAMT)</p> <p>R6. Mecanismo permanente para a flexibilidade interna, a estabilidade do emprego e a requalificação dos trabalhadores em transição</p> <p>R7. Revisão dos incentivos à contratação</p> <p>R8. Modernização da negociação coletiva</p> <p>R9. Modernização das atividades de subcontratação</p> <p>R10. Simplificação e melhoria da assistência ao desemprego</p> <p>R11. Digitalização dos Serviços Públicos de Emprego (SPE) para a sua modernização e eficiência</p> <p>I1. Emprego dos jovens</p> <p>I2. Emprego feminino e integração da perspectiva de género nas políticas ativas do mercado de trabalho</p> <p>I3. Novas competências para a transição ecológica, digital e produtiva</p> <p>I4. Novos projetos territoriais de reequilíbrio e de equidade</p> <p>I5. Governança e reforço das políticas ativas do mercado de trabalho</p> <p>I6. Plano global para estimular a economia social</p> <p>I7. Promover o crescimento inclusivo associando as políticas de inclusão social ao regime nacional de rendimento mínimo</p>	<p>2.363</p>

<b>P9. Impulsionar os sectores da cultura e do desporto</b>		<b>825</b>
C24. Valorização da indústria cultural	R1. Desenvolvimento do estatuto do artista e promoção do investimento, do patrocínio e da participação culturais R2. Plano de reforço dos direitos de autor e direitos conexos I1. Reforço da competitividade das indústrias culturais I2. Impulsionar a cultura em todo o território I3. Digitalização e promoção dos principais serviços culturais	325
C25. Hub audiovisual espanhol	R1. Reforma do quadro regulamentar audiovisual I1. Programa para a promoção, modernização e digitalização do setor audiovisual	200
C26. Plano de promoção do desporto	R1. Lei do desporto R2. Lei dos profissionais do desporto R3. Estratégia nacional para a promoção do desporto I1. Plano digital para o desporto I2. Plano para a transição ecológica das instalações desportivas I3. Plano social para o desporto	300
<b>P10. Modernização do sistema tributário</b>		<b>N.A.</b>
C27. Medidas de prevenção e combate à fraude fiscal	R1. Adoção da lei antifraude R2. Modernização da Autoridade Tributária R3. Reforço da assistência aos contribuintes R4. Dimensão internacional R5. Modelo de cooperação	N.A.
C28. Reforma fiscal para o século XXI	R1. Medidas tomadas em 2020 e 2021 para atenuar os efeitos da pandemia de COVID-19 R2. Análise dos benefícios fiscais R3. Criação de um comité de peritos para a reforma fiscal R4. Reforma das medidas fiscais que contribuem para a transição ecológica R5. Aprovação do imposto sobre serviços digitais R6. Aprovação do imposto sobre as transações financeiras R7. Medidas fiscais a curto prazo em matéria de IRS R8. Adoção de curto prazo de medidas fiscais no domínio do imposto sobre as sociedades R9. Medidas fiscais a curto prazo nos impostos indiretos	N.A.
C29. Melhorar a eficácia da despesa pública	R1. Análise e processo de avaliação da despesa pública R2. Alinhamento do orçamento da administração central com a sustentabilidade <i>Development Goals of the 2030 Agenda</i> R3. Alinhamento do orçamento da administração do Estado com uma orçamentação ecológica	N.A.
C30. Sustentabilidade de longo prazo do sistema público de pensões	R1. Separação das fontes de financiamento da segurança social R2. Manutenção do poder de compra das pensões, alinhamento da idade efetiva de reforma com a idade legal de reforma, adaptação do período de	N.A.

	cálculo da pensão às novas carreiras e substituição do fator de sustentabilidade por um mecanismo de equidade intergeracional R3. Reforma do sistema de contribuições para a segurança social dos trabalhadores independentes R4. Racionalização dos acréscimos de maternidade R5. Revisão do atual sistema complementar de pensões R6. Ajustamento da base de contribuição máxima	
		<b>Total: 69.528</b>

Fonte: Parlamento Europeu, Governo de Espanha (2021)

## Anexo II - Quadro-Resumo 5.2. – Componentes do PRR de Portugal, Reformas e Investimentos Associados

Componentes	Reformas e Investimentos (R. e I.)	(M €)
<b>Resiliência</b>		<b>11.125</b>
C1. Serviço Nacional de Saúde	R1. Reforma dos cuidados de saúde primários R2. Reforma da saúde mental R3. Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos I1. Cuidados de Saúde Primários com mais respostas I2. Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos I3. Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências I4. Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa I5. Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (RAM) I6. Transição Digital na Saúde I7. Digitalização da Saúde na RAM I8. Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores (RAA) I9. Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa	1.383
C2. Habitação	R4. Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário I1. Programa de apoio ao acesso à habitação I2. Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário I3. Reforço da oferta de habitação apoiada na RAM I4. Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da RAA I5. Parque público de habitação a custos acessíveis I6. Alojamento Estudantil a custos acessíveis	2.733
C3. Respostas sociais	R5. Reforma da Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais	833

	<p>R6. Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025</p> <p>R7. Contratualização de Programas Integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas</p> <p>R8. Estratégia Nacional de Combate à Pobreza</p> <p>I1. Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais</p> <p>I2. Acessibilidades 360°</p> <p>I3. Fortalecimento das respostas sociais na RAM</p> <p>I4. Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social na RAA</p> <p>I5. Plataforma +Acesso</p> <p>I6. Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto</p>	
C4. Cultura	<p>I1. Redes Culturais e Transição Digital</p> <p>I2. Património Cultural</p>	243
C5. Investimento e inovação	<p>R9. Promoção da I&amp;I&amp;D e do investimento inovador nas empresas</p> <p>R10. Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento</p> <p>R11. Alargamento e Consolidação da Rede de Instituições de Interface</p> <p>R12. Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria</p> <p>R13. Desenvolvimento do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não financeiras</p> <p>I1.1. Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial</p> <p>I1.2. Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial</p> <p>I2. Missão Interface - renovação da rede de suporte C&amp;T e orientação para o tecido produtivo</p> <p>I3. Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria</p> <p>I4. Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores</p> <p>I5. Relançamento Económico da Agricultura Açoriana</p> <p>I6. Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento</p>	2.914
C6. Qualificações e competências	<p>R14. Reforma do ensino e da formação profissional</p> <p>R15. Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e empresas</p> <p>R16. Redução das restrições nas profissões altamente reguladas</p> <p>R17. Agenda de Promoção do Trabalho Digno</p> <p>R18. Combate à desigualdade entre mulheres e homens</p> <p>I1. Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional</p> <p>I2. Compromisso Emprego Sustentável</p>	1.324

	I3. Incentivo Adultos I4. Impulso Jovens CTEAM I5. Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA	
C7. Infraestruturas	I0. Alargamento da Rede de Carregamento de Veículos Elétricos I1. Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) I2. <i>Missing links</i> e aumento capacidade da Rede I3. Ligações transfronteiriças I4. Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias I5. Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores	690
C8. Florestas	R19. Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis R20. Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo R21. Prevenção e Combate de Fogos Rurais I1. Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis I2. Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo I3. Faixas de gestão de combustível - Rede Primária I4. Meios de prevenção e combate a incêndios rurais I5. Programa MAIS Floresta	615
C9. Gestão hídrica	R22. Gestão Integrada e Circular dos Recursos Hídricos em Situações de Escassez I1. Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve I2. Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato I3. Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM	390
<b>Transição climática</b>		<b>3.059</b>
C10. Mar	R23. Reforma do Ecossistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul I1. <i>Hub</i> Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul I2. Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas I3. Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval I4. Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	252
C11. Descarbonização da indústria	R24. Descarbonização da indústria I1. Descarbonização da indústria	715
C12. Bioeconomia	R25. Bioeconomia sustentável I1. Bioeconomia	145

C13.Eficiência energética dos edifícios	R26. Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios R27. Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública 2030 (ECO.AP 2030) R28. Estratégia Nacional de longo prazo para o Combate à Pobreza Energética I1. Eficiência energética em edifícios residenciais I2. Eficiência energética em edifícios da administração pública central I3. Eficiência energética em edifícios de serviços	610
C14.Hidrogénio e renováveis	R29. Estratégia Nacional para o Hidrogénio I1. Hidrogénio e gases renováveis I2. Potenciação da eletricidade renovável na RAM I3. Transição Energética nos Açores	370
C15.Mobilidade sustentável	R30. Reforma do Ecosistema dos Transportes I1. Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara I2. Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio I3. Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures I4. Linha BRT Boavista - Império I5. Descarbonização dos Transportes Públicos	967
<b>Transição digital</b>		<b>2.460</b>
C16. Empresas 4.0	R31. Transição digital do tecido empresarial I1. Capacitação Digital das Empresas I2. Transição Digital das Empresas I3. Catalisação da Transição Digital das Empresas	650
C17. Qualidade das Finanças Públicas	R32. Modernização e Simplificação da Gestão Financeira Pública I1. Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública I2. Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária I3. Transição digital da Segurança Social	406
C18. Justiça económica e ambiente de negócios	R33. Justiça económica e ambiente de negócios I1. Justiça económica e ambiente de negócios	267
C19. Administração pública digital	R34. Serviços Públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas R35. Reforma funcional e orgânica da Administração Pública R36. Administração Pública capacitada para a Criação de Valor Público I1. Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares I2. Serviços eletrónicos sustentáveis	578

	I3. Reforço do quadro geral de cibersegurança I4. Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas I5. Transição Digital da Administração Pública da RAM I6. Modernização e digitalização da Administração Pública- RAA I7. Capacitação da Administração Pública	
C20. Escola digital	R37. Reforma para a educação digital I1. Transição digital na Educação I2. Educação digital (Açores) I3. Programa de aceleração da digitalização da Educação na RAM	559
		<b>Total: 16 644</b>

Fonte: Parlamento Europeu (2021), República Portuguesa (2021)